ATA DA REUNIÃO DE 22.JULHO.2016 (PÚBLICA)

ATA N.º 15/2016

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente a Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Atribuição de Voto de Louvor; **1.3.** Construção do Parque Intermodal Alto da Vela – Ratificação de despacho; **1.4.** Construção do Parque Intermodal Alto da Vela – Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato; **1.5.** Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro para o ano letivo 2016/ 2017 – Ratificação de despacho de renovação de contratos; **1.6.** Ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro – Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato; **1.7.** Construção da Unidade de Saúde – Mafra Leste – Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato; **1.8.** Refeições escolares para os estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo e Pré-escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra – Ratificação do despacho de aprovação da minuta da adenda ao contrato n.º 85/2015; **1.9.** Relatório do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas 2015; **1.10.** Procedimento de Concessão do direito de uso privativo

de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada no Concelho de Mafra – Relatório Final; **1.11.** Proposta de abertura de procedimento concursal comum, com vista ao recrutamento, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de três trabalhadores, Técnico Superior na área da Solicitadoria, Engenharia do Ambiente e Engenharia Civil; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Contrato em regime de comodato de cedência de instalações, Escola Básica de Casais de Monte Bom, à Casa da Rita/ Crevide – Creche Popular de Moscavide – Alteração; **2.2.** Associação Cultural e Recreativa Casais de S. Lourenço – Atribuição de apoio financeiro; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.**----------

--- ABERTURA DA REUNIÃO: ----------

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e quarenta minutos. ----------

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagens em anexo (anexo I e II). ----------

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- INTERVENÇÕES: ----------

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ----------

--- O Presidente informou sobre os eventos realizados no Concelho de Mafra: de 8 a 17 de julho, no Jardim do Cerco, em Mafra, o Festival do Pão, evento que contou com mais de 100 mil visitantes; no dia 17 de julho, no Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o 3.º concerto do Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa", com o pianista Patrick Rodrigues, um dos maiores talentos da nova geração de pianistas brasileiros. ----------

--- Deu, também, conhecimento dos seguintes eventos que se realizarão no Concelho: no dia 24 de julho, pelas 21h30, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, o 4.º concerto do Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa", com o pianista Jan Michiels; de 30 de julho a 6 de agosto, o «Portuguese Surf Film Festival», na Ericeira; no dia 31

ATA DA REUNIÃO DE 22.JULHO.2016 (PÚBLICA)

de julho, pelas 21h30, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o último concerto do Festival de Música de Mafra "Filipe de Sousa", com o maestro Ferreira Lobo e a pianista Teresa da Palma Pereira. ----------

--- O Presidente informou, ainda, que, na sequência da hasta pública para a alienação da parcela de terreno, com 5.373,12 m², sita no Casal do Moinho de Baixo, junto à Variante Norte da Ericeira, foi apresentada uma proposta de € 910.000,00, encontrando-se a decorrer o procedimento para a concretização da venda. ----------

--- Mais informou que, na sequência do litígio com a IP – Infraestruturas de Portugal, SA, entidade esta que sucedeu às Estradas de Portugal, a decisão final do Tribunal Arbitral foi favorável à Câmara Municipal, tendo fixado em 3,3 milhões de euros o valor que aquela entidade deve ressarcir ao Município de Mafra, por conta da transferência dominial da autoestrada A21. Deu nota que pelo menos metade desse valor será aplicado na redução do passivo no que concerne à autoestrada. ----------

--- Por último, informou que, à semelhança do que tem vindo a acontecer noutros anos e atendendo a que agosto é tradicionalmente o mês das férias, não se realizarão reuniões de Câmara. ----------

--- DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA: ----------

--- O Vereador Rogério Costa, no uso da palavra, questionou se o objetivo é reduzir as dívidas referentes aos processos de expropriação litigiosa associados à autoestrada. ---

--- Manifestou satisfação com a presente edição do Festival do Pão, que registou muita afluência. ----------

--- Perguntou para quando estava prevista uma intervenção no Mercado Municipal de Mafra e se já se tinha efetuado algum estudo com vista à sua dinamização, atendendo ao decréscimo do número de visitantes. ----------

--- Por último, elogiou o anúncio publicitário relativo ao «Portuguese Surf Film Festival», o qual constitui, na sua opinião, um bom cartão de visita do Concelho e da Ericeira, em particular. ----------

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: ----------

--- Interveio, de seguida, a Vereadora Antonieta Lourenço que abordou a instabilidade internacional, associada aos atentados terroristas e à tentativa de golpe de estado na

Turquia, o que faz com que Portugal se torne um destino mais atrativo, situação esta que se repercutiu, também, na moldura turística da Ericeira e em Mafra, nomeadamente na visita ao Festival do Pão. ----------

--- Congratulou-se pela vitória da surfista Teresa Bonvalot, uma das caras da Billabong e da Ericeira Surf & Skate, na competição europeia de juniores da *World Surf League*, em Sopelana, Espanha, assim como pela conquista de David Reis, da Venda do Pinheiro, da medalha de ouro, na categoria -66kg, no Junior European Judo Cup Gdynia 2016. ----------

--- DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS: ----------

--- No uso da palavra, o Vereador Sérgio Santos fez referência que, na reunião realizada no dia 24 de junho, e uma vez que não estavam presentes todos os Vereadores, na altura não pediu esclarecimentos sobre a afirmação proferida pelo Presidente da Câmara a propósito de um alegado boicote à vinda do Museu da Música para Mafra. Assim, e para que não restem dúvidas, questionou o que foi entendido como boicote, de que forma ele foi feito e quem o fez, de modo a que não restem suspeições. ----------

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ----------

--- O Presidente começou por responder que, com a verba recebida, se pretende dar cumprimento aos acordos de regularização de dívida, que foram celebrados no início do mandato, com a Tamega Zagope e o Banco Português de Investimento, no âmbito da autoestrada. Mais esclareceu que o que foi assumido nesse acordo é que estava em curso um diferendo com as IP – Infraestruturas de Portugal e que quando existisse decisão, e esta viesse a dar razão no todo ou na parte à Câmara Municipal de Mafra, pelo menos metade do valor que viesse a ser recebido seria para amortizar a dívida. Quanto às expropriações, esclareceu que se trata de um outro processo. Neste âmbito, informou sobre a decisão tomada pelo Supremo Tribunal de Justiça relativamente a um processo de expropriação, que veio dar razão aos peritos e que foi favorável ao Município de Mafra, contrariando a decisão da juíza de 1.ª instância. ----------

--- Relativamente ao Mercado Municipal de Mafra, disse que a prioridade está na recuperação da envolvente, nomeadamente com a construção da nova zona de estacionamento, na medida em que tal recuperação é condição primeira para a atratividade do mercado. Entretanto, informou que estão a ser desenvolvidos projetos para dinamização dos Mercados Municipais de Mafra e da Ericeira. ----------

--- Quanto ao «Portuguese Surf Film Festival», partilhou o elogio feito relativamente à

beleza deste anúncio, cujas imagens foram captadas pela organização em parceria com a Câmara Municipal. ----------

--- No que concerne à instabilidade internacional, concordou que a mesma tem induzido, de alguma forma, turistas para Portugal, mas que o aumento da atratividade do Concelho de Mafra tem sido resultado de uma estratégia continuada. ----------

--- Sobre o judoca do Concelho de Mafra, David Reis, informou que se propõe, no âmbito do ponto 1.2. da ordem de trabalhos, a atribuição de um voto de louvor.--------

--- Quanto à instalação do Museu da Música em Mafra, esclareceu que não pretendeu fazer qualquer tipo de acusação em particular e que o que é relevante é que todos estejam empenhados para que o processo, que está em curso, venha a ser concluído. -

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- RELATÓRIO ANUAL RELATIVO AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE 2015 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA E CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DO SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DE MAFRA: ----------

--- O Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento do Relatório Anual relativo ao cumprimento do contrato de concessão de 2015, remetido pelo Presidente da Comissão de Acompanhamento da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema e Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de efluentes do Concelho de Mafra, em anexo (anexo III). ----------

--- ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

--- A Câmara Municipal tomou, ainda, conhecimento dos ofícios da Assembleia Municipal relativamente aos assuntos analisados em sessão realizada no dia 30 de junho findo e objeto de deliberação, bem como da Moção aprovada, intitulada "Por um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana" (anexo IV e V). ----------

--- II – ORDEM DO DIA: ----------

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E

FINANÇAS: ----------

--- 1.1. ATA: ----------

--- Presente a ata n.º 13/2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 24 de junho de 2016. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 13/2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 24 de junho de 2016. --------

--- 1.2. ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR: ----------

--- Presente, em anexo, Proposta de Voto de Louvor apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal (anexo VI). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da proposta apresentada e consequentemente atribuir o Voto de Louvor nos termos da mesma. ----

--- 1.3. CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/9942, elaborada, em 8 de julho de 2016, na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 8 de julho do corrente ano e, ainda, o despacho de adjudicação exarado pelo Presidente da Câmara Municipal, na mesma data, devidamente instruída com os documentos a que a mesma se refere (anexo VII). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 8 de julho do corrente ano, que adjudicou a empreitada referente à "Construção do Parque Intermodal Alto da Vela" à empresa SANCOVIA, LDA., NIPC 510040250, pelo valor global de € 1.002.201,36 (um milhão dois mil duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos) acrescido do IVA à taxa legal em vigor. ----------

--- 1.4. CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----

ATA DA REUNIÃO DE 22.JULHO.2016 (PÚBLICA)

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10520, elaborada, em 19 de julho de 2016, na Área de Contratação, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, da mesma data, devidamente instruída com a minuta do contrato, relativa à "Construção do Parque Intermodal Alto da Vela", onde se encontra ínsito o despacho de aprovação da referida minuta, datado de 19 de julho de 2016, do Presidente da Câmara Municipal (anexo VIII).----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 19 de julho de 2016, pelo Presidente da Câmara Municipal, que aprovou a minuta do contrato referente à "Construção do Parque Intermodal Alto da Vela". ----------

--- 1.5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO PARA O ANO LETIVO 2016/ 2017 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATOS: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10182, elaborada na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados, respetivamente, de 12 e 13 de julho do corrente ano, bem como o despacho exarado pelo Presidente da Câmara Municipal, da mesma data, que renovou os contratos de "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro", para o ano letivo de 2016/ 2017, devidamente instruída com os documentos a que a mesma se refere (anexo IX). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1

do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, considerando o projeto/ ação expresso no Plano de Atividades Municipal (2014|A|9), referente a Serviços Auxiliares de Ensino - Transportes Escolares, aprovar a renovação dos contratos que mereceram o visto emitido pelo Tribunal de Contas, em 12 de novembro de 2015, celebrados na sequência dos procedimentos concursais de 2015 (CPBS 4/2015, CPBS 6/2015 e ADBS 95/2015), para o ano letivo de 2016/ 2017, atento a manutenção dos preços unitários e tendo em conta o calendário escolar publicado, a 28 de junho de 2016, conforme o Despacho n.º 8294-A/2016 da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação, de 26 de junho, nos seguintes termos: renovação do contrato n.º 95/2015, de 22 de julho, celebrado com a cocontratante Auto Transportes de Santo Estêvão, Unipessoal, Lda., pelo valor de € 33.821,50 (trinta e três mil oitocentos e vinte e um euros e cinquenta cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; renovação do contrato n.º 96/2015, de 23 de julho celebrado com a cocontratante Sabugotur - Sociedade Táxis - Turismo, Unipessoal Lda., pelo valor de € 20.574,15 (vinte mil quinhentos e setenta e quatro euros e quinze cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; renovação do contrato n.º 119/2015, de 9 de setembro, celebrado com a cocontratante UTS - Viagens e Serviços, S.A., pelo valor de € 89.594,25 (oitenta e nove mil quinhentos e noventa e quatro euros e vinte cinco cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; renovação do contrato n.º 123/2015, de 16 de setembro, celebrado com a cocontratante SAFEBUS - Transportes Personalizados, Lda., pelo valor de € 19.608,66 (dezanove mil seiscentos e oito euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; renovação do contrato n.º 124/2015, de 16 de setembro, celebrado com a cocontratante Barraqueiro Transportes, S.A., pelo valor de € 125.944,00 (cento e vinte e cinco mil novecentos e quarenta e quatro euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; renovação do contrato n.º 125/2015, de 17 de setembro, celebrado com a cocontratante Turispraia - Empresa de Transportes, Lda., pelo valor de € 50.939,85 (cinquenta mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; renovação do contrato n.º 130/2015, de 24 de setembro, celebrado com a cocontratante Isidoro Duarte, Lda., pelo valor de € 56.934,99 (cinquenta e seis mil

novecentos e trinta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor e renovação do contrato n.º 132/2015, de 29 de setembro, celebrado com a cocontratante Isidoro Duarte, Lda., pelo valor de € 17.300,00 (dezassete mil e trezentos euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz um total, para o ano letivo de 2016/ 2017, de € 414.717,40 (quatrocentos e catorze mil setecentos e dezassete euros e quarenta cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. ----------

--- 1.6. AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLOS DA VENDA DO PINHEIRO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10033, elaborada, em 11 de julho de 2016, na Área de Contratação, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, de 12 de julho de 2016, devidamente instruída com a minuta do contrato, relativa à empreitada de "Ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro", onde se encontra ínsito o despacho de aprovação da referida minuta, datado de 7 de julho de 2016, do Presidente da Câmara Municipal (anexo X). ----------

--- Sobre a ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro, o Presidente informou que se estima que as obras estejam concluídas até ao final do presente ano. Referindo-se à rede escolar do Concelho de Mafra, o Presidente partilhou a sua preocupação quanto ao facto de ainda não ter sido cumprido o compromisso assumido pela Secretária de Estado da Educação, em reunião de rede realizada no Concelho de Mafra, na medida em que ainda não foi autorizada a abertura de mais turmas em contrato de associação no Colégio de Santo André. Aditou que, se tal não se verificar, os alunos terão necessariamente de ser integrados noutras escolas do Concelho, porventura mais distantes. Disse esperar que esta situação tenha, da parte da tutela, uma rápida resposta, sob pena de se anteverem perturbações no arranque do ano letivo. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na

sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 7 de julho de 2016, pelo Presidente da Câmara Municipal, que aprovou a minuta do contrato referente à empreitada de "Ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro". -

--- 1.7. CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE - MAFRA LESTE - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10240, elaborada, em 13 de julho de 2016, na Área de Contratação, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datado de 14 de julho de 2016, devidamente instruída com a minuta do contrato, relativa à "Construção da Unidade de Saúde – Mafra Leste", onde se encontra ínsito o despacho de aprovação da referida minuta, datado de 12 de julho de 2016, do Presidente da Câmara Municipal (anexo XI). ----------

--- O Presidente recordou que a construção desta Unidade de Saúde é uma questão emergente, na medida que a mesma contribuirá, sobremaneira, para a elevação das condições de prestação de cuidados de saúde dos munícipes. Como informação adicional, revelou que o projeto da Unidade de Saúde – Mafra Norte se encontra em fase de finalização, sendo objetivo desta Câmara Municipal a formalização de uma candidatura ao Quadro Comunitário até ao final do mês de agosto. Salientou que, no caso da Unidade de Saúde – Mafra Leste, foi rececionada a aprovação do projeto do apoio comunitário de metade do valor do custo da obra, estando previsto que o Ministério assuma 70% do valor total da obra e a Câmara Municipal 30%. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 12 de julho de 2016, pelo Presidente da Câmara Municipal, que aprovou a minuta do contrato referente à "Construção da Unidade de Saúde - Mafra Leste". ----------

--- 1.8. REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO N.º 85/2015: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10360, elaborada, em 15 de julho de 2016, na Área de Contratação, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, da mesma data, devidamente instruída com a minuta da adenda ao contrato n.º 85/2015, relativa ao

fornecimento e prestação de serviços de "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra", onde se encontra ínsito o despacho de aprovação da referida minuta, datado de 14 de julho de 2016, do Presidente da Câmara Municipal (anexo XII). -------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 14 de julho de 2016, pelo Presidente da Câmara Municipal, que aprovou a minuta da adenda ao contrato n.º 85/2015, referente ao fornecimento e prestação de serviços de "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra". ----------

--- 1.9. RELATÓRIO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2015: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10251, datada de 13 de julho de 2016, subscrita pela Equipa Multidisciplinar, sobre a qual recaiu o despacho de concordância do Senhor Presidente, devidamente instruída com o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (anexo XIII). ----------

--- No uso da palavra, Rui Diogo Pacheco Casaleiro e Cláudia Sofia Filipe Cardoso, membros da Equipa Multidisciplinar, apresentaram o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, através da apresentação efectuada em «*power point*», que junto se anexa (anexo XIV). Apresentadas que foram algumas questões pelos Vereadores, nomeadamente quanto às siglas nos quadros apresentados, os esclarecimentos necessários foram prestados pelos membros da mesma Equipa Disciplinar. ----------

--- Atentos os fundamentos de facto e de direito plasmados na documentação em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atenta a Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, aprovar o Relatório Anual de Execução do

Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2015. Mais deliberou que, nos termos da mesma Recomendação, o referido Relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças. ----------

--- III – <u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</u>: ----------

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público, não tendo comparecido qualquer munícipe, tendo-se retomado a reunião para dar seguimento aos pontos da ordem do dia. -------

--- 1.10. PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA - RELATÓRIO FINAL: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2016/10362, elaborada, em 15 de julho de 2016, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datado de 18 de julho de 2016, devidamente instruída com a documentação que a mesma se refere (anexo XV). ----------

--- A Vereadora Antonieta Lourenço informou que iria se abster neste ponto, na medida em que a forma como se procede à recolha e posterior atribuição de roupa usada lhe suscita muitas reservas. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores presentes do PPD/PSD, do Vereador Rogério Costa da CDU, dos Vereadores Elísio Summavielle e Sérgio Costa do PS e do Presidente da Câmara Municipal, e a abstenção da Vereadora Antonieta Lourenço do PS, atentos os artigos 7.º e 8.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, aprovar o Relatório Final, datado de 12 de julho de 2016, elaborado pelo júri do Procedimento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público, para a instalação de contentores de recolha de roupa usada no Concelho de Mafra, adjudicando os 11 (onze) lotes às respetivas entidades, a saber, o Lote 1 (Carvoeira) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); o Lote 2 (Encarnação) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); o Lote 3 (Ericeira) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 1.200,00 (mil e duzentos euros); o Lote 4 (Mafra) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 2.000,00 (dois mil euros); o Lote 5

ATA DA REUNIÃO DE 22.JULHO.2016 (PÚBLICA)

(Milharado) à WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 400,00 (quatrocentos euros); o Lote 6 (Santo Isidoro) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros); o Lote 7 (União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira) à H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 300,00 (trezentos euros); o Lote 8 (União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário) à H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); o Lote 9 (União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros); o Lote 10 (União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros); o Lote 11 (União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés) à TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros), montantes a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, bem como as taxas devidas pela ocupação do espaço público, em conformidade com os pontos 2.3.1. e 9 do Edital n.º 85/2016, de 16 de maio de 2016. ----------

--- 1.11. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, COM VISTA AO RECRUTAMENTO, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE TRÊS TRABALHADORES, TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DA SOLICITADORIA, ENGENHARIA DO AMBIENTE E ENGENHARIA CIVIL: ----------

--- Presente, em anexo, a informação interno/2016/10463, elaborada, em 19 de julho de 2016, na Divisão de Recursos Humanos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças (anexo XVI). ----------

---- Considerando os fundamentos plasmados na mencionada informação, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 1 a 3 do artigo 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a alínea a) do artigo 3.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 7-A/2016, de

31 de março, autorizar a abertura de Procedimento Concursal, para o recrutamento de 3 Técnicos Superiores, nas áreas de Solicitadoria (um), Engenharia Civil (um) e Engenharia do Ambiente (um), para o exercício de funções na Divisão de Gestão Financeira e Património, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e na Divisão de Ambiente Espaços Urbanos e Rurais, respetivamente, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, de entre trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público, por tempo indeterminado, salvo em caso de impossibilidade da ocupação dos postos de trabalho, por estes, sendo então possível recrutar trabalhadores com vinculo de emprego público a termo ou sem vinculo de emprego público. ----------

--- 2. <u>DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO</u>: ----------

--- 2.1. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, ESCOLA BÁSICA DE CASAIS DE MONTE BOM, À CASA DE RITA/ CREVIDE - CRECHE POPULAR DE MOSCAVIDE – ALTERAÇÃO: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno 2016/10296, elaborada, em 12 de julho de 2016, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 14 e 15 de julho de 2016, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere, designadamente com o pedido formulado pela Crevide – Creche Popular de Moscavide, e com a minuta da Adenda ao Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações (anexo XVII). ----------

--- Em aditamento, o Presidente salientou que a Casa da Rita, integrada na Crevide – Creche Popular de Moscavide, é composta por uma equipa especializada, que se dedica ao acompanhamento de crianças, jovens e adultos portadores de deficiência e/ ou dificuldades de aprendizagem, procurando promover as suas competências pessoais, sociais e funcionais, com vista à inserção na comunidade com autonomia e qualidade de vida. Funciona como alternativa e complemento, com métodos diferentes daqueles utilizados noutras dimensões. Para além deste âmbito, presta apoio às famílias, desenvolvendo atividades nos prolongamentos de horários e nas interrupções letivas, num período de funcionamento que abrange os 12 meses do ano. Assim, de modo a aumentar a sua capacidade, apresentaram uma proposta de ampliação das instalações, da antiga Escola Básica de Casais de Monte Bom, que lhes foi cedida em

regime de comodato pela Câmara Municipal. Explicou que este novo módulo representa um custo de € 180.000,00 a € 200.000,00, projeto este que já recebeu a aprovação da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. Para o efeito, informou que foi solicitada a alteração da duração do contrato de comodato, de cinco para dez anos. O Presidente apresentou, em papel, o esboço da pretendida ampliação. ----------

--- O Vereador Rogério Costa questionou se, na eventualidade do contrato de comodato não ser renovado daqui a dez anos, a Câmara Municipal terá de indemnizar a comodatária pelas obras realizadas ou se revertem a favor da Câmara Municipal. Mais referiu que não vê qualquer inconveniente na alteração de duração do contrato de comodato, de cinco para dez anos, mas que tem algumas dúvidas sobre a proposta do módulo, com linhas retas e modernas, que não se coaduna com a arquitetura da antiga escola primária. ----------

--- O Presidente concordou com a sugestão apresentada, aditando que serão dadas indicações no sentido de adequar a proposta à arquitetura do edifício da antiga escola.

--- Atenta a informação prestada e documentação anexa, que se dão por integralmente reproduzidas, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos das disposições conjugadas das alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a celebração da Adenda ao Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações, de acordo com a minuta em anexo à mencionada informação, através da qual é alterada a Cláusula Terceira, de duração de 5 (cinco) para 10 (dez) anos, do Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações, celebrado em 8 de novembro de 2014, e aditado em 21 de março de 2015, face ao investimento da comodatária, Crevide - Creche Popular de Moscavide, Associação sem Fins Lucrativos, no que concerne a realização das obras necessárias, no edificado da antiga Escola Básica de Casais de Monte Bom, tendo em vista a constituição de Estabelecimento de Ensino Especial. ----------

--- 2.2. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA CASAIS DE S. LOURENÇO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO: ----------

--- Presente, em anexo, a informação Interno 2016/10499, elaborada, em 19 de julho

de 2016, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 19 de julho corrente, devidamente instruída com o pedido de comparticipação formulado pela Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço e com a Informação de Cabimento n.º 2032, de 19 de julho de 2016 (anexo XVIII). ----------

--- O Presidente informou, em complemento, que a proposta vai no sentido de se apoiar a Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço com € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) para comparticipar as despesas de remodelação do telhado da sua sede. ----------

--- O Vereador Elísio Summavielle declarou que nada tinha a opor, a não ser a necessidade dar vida a estas infraestruturas, que foram construídas num tempo em que não existiam tantos condicionalismos financeiros. Assim, apelou a que fosse desenvolvida uma atividade regular e diversificada. ----------

--- O Presidente concordou com a necessidade de dinamizar a utilização das infraestruturas construídas. No que diz respeito à Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço, deu nota de que esta tem promovido, com alguma regularidade, atividades de futsal *indoor*. ----------

--- Atenta a informação prestada e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um apoio financeiro, no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço, para comparticipar as despesas de remodelação do telhado da sede. ----------

--- IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ---------

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

--- ENCERRAMENTO: ----------

--- Quando eram onze horas, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e

ATA DA REUNIÃO DE 22.JULHO.2016 (PÚBLICA)

subscrevo. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 30 de junho a 13 de julho de 2016.

Mafra, 14 de julho de 2016.

O Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO			
OP	64/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/06/13	2016/07/01	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ABEL CAMPOS RODRIGUES	ALTERAÇÃO DE FACHADA DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR VENDA DO PINHEIRO
OP	267/2010	ALTERAÇÕES	2016/06/17	2016/07/12	C	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ISABEL MARIA GARCIA PEREIRA JORGE DE OLIVEIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E TELHEIRO PARA ABRIGO AUTOMÓVEL RUA DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA-ERICEIRA
OP	46/1983	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/06/16	2016/07/07	C	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOAQUIM MANUEL LEAL CARREIRA	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS POVOA DA GALEGA
OP	52/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/06/13	2016/07/05	C	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	LEONEL MATIAS BENTO GOMES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, TELHEIRO PARA ABRIGO AUTOMÓVEL E BARBECUE, ANEXOS PARA ÁREAS TÉCNICAS, PISCINA E MUROS RIBAMAR DE CIMA
OP	516/1998	ALTERAÇÕES	2016/06/07	2016/07/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LILIANA LOURENÇO ALEMÃO	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM TRAVESSA DA FONTE, LOTE 19-BALEIA
OP	151/2013	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2013/09/26	2016/07/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA HELENA BORGES SOARES E SIMAS	PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE APOIO AGRICOLA E CISTERNA RUA DAS LOMBAS, S/N - IGREJA NOVA
OP	108/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/06/28	2016/07/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	NUNO MIGUEL VIVEIROS DA SILVA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS RUA NOVA DAS LOMBAS, N.º 24-BALEIA
OP	51/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/06/28	2016/07/11	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO MIGUEL DA SILVA ALEXANDRE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR MONTEMURO-SANTO ESTEVÃO DAS GALÉS
OP	29/2014	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/06/20	2016/07/06	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO NUNO GASPAR COROA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E BARRACÃO AGRÍCOLA CASAIS DE SÃO LOURENÇO
OP	192/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/06/27	2016/07/13	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	QUINTA DE SANT'ANA DO GRADIL-ACTIVIDADES TURISTICAS, LDA	ALTERAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIO E INSTALAÇÃO SANITÁRIA RUA DIREITA, Nº 3 - GRADIL
OP	155/2016	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP)	2016/06/15	2016/07/07	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RAUL JORGE DOS SANTOS MARQUES	CONSTRUÇÃO DE PISCINA PINHAL DOS FRADES
OP	7/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/04/22	2016/07/07	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RICARDO NUNES FIGUEIRA	PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE ANEXO RUA PRINCIPAL, S/N - CODEÇAL
OP	9/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/07/01	2016/07/08	C	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	RICARDO NUNES FIGUEIRA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR RUA PRINCIPAL - CODEÇAL
OP	142/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/06/22	2016/07/05	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	VITOR MANUEL DOS SANTOS ALVES DE SÁ	REMODELAÇÃO DE COBERTURA E APROVAÇÃO DE SOTÃO PARA HABITAÇÃO LARGO DA REPÚBLICA, N.º 5 E R DO POMBAL, N.º 2 E 4-ERICEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

À Reunião
O Presidente da Câmara Municipal,

2016/07/15

INFORMAÇÃO

Para cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas por mim no dia 13 de Julho de 2016, ao abrigo das competências que me foram delegadas, cujo resumo é o seguinte:

- Licença de Recinto Improvisado.....4
- Licença Especial de Ruído.....3
- Licença de Divertimento Público.....2

Mafra, 15 de Julho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

anexo II

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA

13/07/2016	LICENÇA DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUIDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUIDO	SOCIEDADE RECREATIVA DA CACHOEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA DIVERTIMENTO PÚBLICO	SOCIEDADE RECREATIVA DA CACHOEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SOCIEDADE RECREATIVA DA CACHOEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SOCIEDADE RECREATIVA DA CACHOEIRA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUIDO	PEOPLE IN SHAPE, LDA	ISENTO	DEFERIDO
13/07/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	PEOPLE IN SHAPE, LDA	ISENTO	DEFERIDO

À reunião para conhecimento
014
19/07/16

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
07 JUL. 2016
ENTRADA 20774

Adelino Manuel da Silva Soares, Engº.
Rua do Olival Nº 3, 3º A
2735-304 Cacém

Exmo. Senhor Presidente
Da Câmara Municipal de Mafra
Eng.º Hélder Sousa Silva
Praça do Município
2644-001 MAFRA

Cacém, 05/07/2016

Assunto: Comissão de acompanhamento da concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Mafra – ***Relatório Anual relativo ao cumprimento do contrato de concessão 2015.***

Exmo. Senhor Presidente,

Enquanto Presidente da Comissão de Acompanhamento em epígrafe, no cumprimento do disposto na alínea b), n.º 2, artigo 44º do decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, venho pelo presente ofício remeter em anexo, e para os devidos efeitos, a cópia do relatório anual de 2015 da respetiva Comissão de Acompanhamento.

Mais informo, que foi remetido original para a ERSAR e cópia do Relatório Anual de 2015 para a concessionária (Be Water – Águas de Mafra, S.A.).

Sem outro assunto de memento, subscrevo-me

Com respeitosos cumprimentos

Adelino Silva Soares, Eng.º

anexo III

Relatório anual relativo ao cumprimento do Contrato de Concessão

2015

Comissão de Acompanhamento do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Mafra.

Índice

1. Introdução 3
2. Descrição sumária do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de recolha e tratamento de Águas Residuais 4
3. A Concessionária 6
3.1 Apresentação 6
3.2 Obrigações contratuais da Concessionária 7
3.2.1 Renda da Concessão 8
3.3 Atividades Desenvolvidas 8
3.4 Evolução dos principais indicadores 9
3.4.1 Serviço de Água 9
3.4.2 Serviço de Águas Residuais 10
3.5 Avaliação da qualidade de serviço pela ERSAR 11
3.5.1 Serviço de Abastecimento de Água 11
3.5.2 Serviço de Águas Residuais 13
4. Investimento 14
5. Outros pontos marcantes do ano 16
5.1 Adaptação da estrutura tarifária – Aditamento 4 16
5.2 Pedido de reequilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão 16
5.3 Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento 17
5.4 Considerações Complementares 17
6. Desconformidades 18
7. Aspetos a Melhorar 18
8. Conclusões 18

1. Introdução

Dando cumprimento ao disposto no artigo 44.° do Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, foi no dia 20 de Junho de 2014 criada a ***Comissão de Acompanhamento do Contrato de Concessão*** *da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Mafra*.

Compete a esta Comissão emitir o **Relatório Anual relativo ao cumprimento do Contrato de Concessão,** a remeter igualmente à Concedente, à Concessionaria e à Entidade Reguladora, até ao final do 1º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito.

No entanto, tendo sido este o primeiro ano de trabalhos desta Comissão, e considerando que o Relatório de Atividades referente a 2015 só foi entregue a 31 de Março – conforme previsto no Contrato de Concessão – o que ainda conjugado com o facto de se ter procurado, sempre que possível, consensualizar as diferentes opiniões dos membros da Comissão sobre os temas em análise, só agora foi possível apresentar o presente documento.

2. Descrição sumária do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Recolha e Tratamento de Águas Residuais

Sistema de Abastecimento de Água

O Sistema Público de Abastecimento de Água do Concelho de Mafra, não dispondo de captações próprias, adquire a necessária água a sistemas (denominados) 'em Alta', através de 4 pontos de entrega e respectivos fornecedores, a seguir identificados:

- Reservatório de Lousa (EPAL):
- Reservatório dos Casais da Serra (EPAL);
- Reservatório do Sobral da Abelheira (Águas de Lisboa e Vale do Tejo, anteriormente Águas do Oeste);
- Hidropressor de S. João das Covas (SMAS de Sintra).

Em Junho de 2015 foi desativado um 5º ponto de entrega, através dos SMAS de Loures no Casal Borralho.

O Sistema de Abastecimento de Água era, no final de 2015, constituído por cerca de 955km de rede de Condutas, 26.392 Ramais, 42 Reservatórios (52 células) com uma capacidade total de 51.200m^3, representando uma capacidade média de armazenagem de cerca de 48 horas em relação ao dia médio de consumo. O Sistema é ainda constituído por 10 Estações Elevatórias e 17 Sistemas Hidropressores.

No final de 2015, o Sistema de Abastecimento de Água servia, no total, 39.754 Utilizadores (domésticos e não-domésticos) e o Volume de Água Faturado foi de 4.687.046 m^3.

Em 2015, o Volume de Água entrada no Sistema foi de 5.711.387 m^3, sendo 70% adquiridos à EPAL, 29% à AdO/AdLVT e 1% aos SMAS dos Concelhos limítrofes de Sintra e Loures.

Sistema de Águas Residuais

O Sistema de Recolha e Tratamento de Águas Residuais no concelho de Mafra é assegurado por 2 (duas) Entidades Gestoras Concessionárias, respetivamente a BE WATER–Águas de Mafra, SA no Sistema em "Baixa" e a AdLVT (anterior SIMTEJO) no Sistema em "Alta" que, por sua vez, e conforme previsto no diploma legal que lhe deu origem (D.L nº94/2015, de 29/05, Artigo 11º, delegou a responsabilidade de gestão à empresa EPAL, SA.

O Sistema em "Baixa" de Recolha e Tratamento de Águas Residuais, no final de 2015, era constituído por cerca de 437km de Redes Colectoras, 19.523 Ramais e por 81 Instalações Complementares da seguinte natureza:

- 16 Estações de Tratamento de Águas Residuais;
- 33 Estações Elevatórias de Águas Residuais;

- 32 Fossas Sépticas Coletivas.

No final do exercício de 2015, existiam 32.972 Utilizadores do Serviço de Saneamento e o Volume recolhido de Águas Residuais foi de 3.260.624 m^3.

020

3. A Concessionária

3.1 Apresentação

A **BE WATER–Águas de Mafra, S.A.** (adiante designada por BW–AM ou Concessionária), anteriormente designada por Compagnie Générale des Eaux (Portugal) – Consultadoria e Engenharia, S.A., celebrou com a Câmara Municipal de Mafra (adiante designada por CMM), em 15 de Dezembro de 1994, o **Contrato de Concessão** para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra.

O Contrato de Concessão inicial, por acordo entre as partes, foi alvo de **4 (quatro) Aditamentos** posteriores celebrados, respetivamente, em 23 de Dezembro de 2005, em 14 de Janeiro de 2009, em 18 de Janeiro de 2012 e 19 de Janeiro de 2016, estando presentemente fixado como horizonte temporal da Concessão a data de 28 de Fevereiro de 2025.

Sistemas de gestão implementados:

A Concessionária tem um Sistema de Gestão Integrado com a certificação dos seguintes Sistemas:

- Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo o referencial NP EN ISO 9001:2008, desde 2006;
- Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), segundo os referenciais OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, desde 2012;
- Sistema de Gestão Ambiental (SGA), de acordo com o referencial NP EN ISO 14001:2012, desde 2013.

Principais reconhecimentos

Como principais reconhecimentos da actividade empresarial da Entidade Gestora Concessionária, no âmbito do Contrato de Concessão, realçam-se os seguintes prémios e distinções:

- **2009** – Prémio ERSAR e Jornal A&A para a categoria "Qualidade da informação das entidades gestoras";
- **2010** - Medalha de mérito no projeto INSAAR 2009 (Conhecimento e caracterização do Sistema de Água);
- **2012** - Prémio ERSAR e Jornal A&A para a categoria "Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água Prestado aos Utilizadores";
- **2013 e 2014** - "Selo qualidade da Água" (ERSAR e A&A);
- **2014** - "Selo qualidade do serviço de Abastecimento público de Água" (ERSAR e A&A)

3.2 Obrigações contratuais da Concessionária

Relativamente às principais obrigações contratuais da Concessionária (abaixo elencadas), dos elementos disponibilizados pela Concessionária e informações apuradas junto do Concedente, não foi detectada nenhuma evidência de incumprimento contratual durante o ano de 2015.

A Renda da Concessão, a Caução Contratual e os investimentos a cargo da Concessionária serão tratados em capítulo próprio.

OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA (Caderno de Encargos do Contrato)	
SERVIÇOS A PRESTAR	
Operar as instalações de forma permanente e em boas condições - 2.3.1.a) CE	✓
Efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação necessários ao perfeito estado dos elementos de construção civil das infraestruturas - 2.3.1.b) CE	✓
Efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação adequados dos equipamentos elétricos, mecânicos e eletromecânicos dos Sistemas - 2.3.1.c) CE	✓
Efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação e conservação das instalações dos Sistemas - 2.3.1.d) CE	✓
Manter em perfeito estado de funcionamento e utilização todos os bens móveis dos Sistemas, os quais devem ser substituídos por outros de qualidade não inferior quando se deteriorem - 2.3.1. e) CE	✓
Efetuar o controlo do funcionamento das instalações, o controlo da qualidade da Água posta à disposição dos consumidores e o controlo das condições de descarga das Águas Residuais - 2.3.1.f) CE	✓
Adquirir, financiar, manter e renovar todos os meios necessários à prestação dos serviços - 2.3.1.g) CE	✓
Adquirir todos os materiais, instrumentos e serviços necessários à operação, manutenção e conservação dos Sistemas - 2.3.1.h) CE	✓
Fornecer à Entidade Adjudicante, ou a quem esta indicar, as informações, dados e estatísticas referentes ao funcionamento das instalações - 2.3.1.i) CE	✓
Elaborar os estudos, os projetos e os processos de concurso destinados ao lançamento por parte da CMM dos concursos para a adjudicação das empreitadas identificadas no Plano e Programa Bianual previsto no ponto 11.3 do Caderno de Encargos bem com proceder ao apoio técnico, à fiscalização e ao controlo global daquelas obras por conta da CMM - 2.3.1.j) CE e art.7º do 1º Aditamento	✓
Estabelecer uma relação global com os consumidores no espírito de prestação de serviço público - 2.3.1. m) CE	✓
Todas as construções equipamentos e acessórios necessários à boa execução da exploração serão mantidos em bom estado de funcionamento e reparados, se necessário, e qualquer que seja a dimensão da reparação, pela Concessionária que suportará os respetivos custos - 3.1.1 CE (até 15 metros nas redes de Água e até 60 metros nas redes de Águas Residuais – 3.1.2.c) CE)	✓
Os ramais serão mantidos, reparados, renovados e construídos de novo pela Concessionária, excetuando os ramais executados simultaneamente com novas redes – 3.2.2 CE	✓
A manutenção, reparação e substituição de contadores é da responsabilidade da Concessionária – 3.3.3 CE	✓
INTERRUPÇÕES DE SERVIÇO	
Qualquer interrupção no Abastecimento de Água ou nos Sistemas de recolha e de tratamento de Águas Residuais (que determine descargas diretas para o meio recetor) necessária a uma intervenção programada no Sistema, deverá ser feita após autorização da Entidade Adjudicante e em articulação com esta - 6.4.1 CE	✓
Em caso de avaria imprevisível ou qualquer outro acidente que obrigue à interrupção do fornecimento de Água ou à descarga, sem tratamento, de Águas Residuais, a Concessionária tomará as providências no sentido de dar conhecimento imediato e direto à Entidade Adjudicante e aos consumidores especiais afetados, designadamente hospitais, estabelecimentos escolares e grandes indústrias, e aos restantes consumidores afetados, estes através dos meios considerados adequados, se houver a previsão de que a situação se	✓

prolongue por mais de 4h - 6.4.3 CE	
FISCALIZAÇÃO	
O relatório semestral referido no ponto 11.1 do Caderno de Encargos deverá ser remetido ao Concedente e ao IRAR pela Concessionária até aos dias 30 do mês de Setembro e 31 do mês de Março de cada ano - 11.1 Aditamento 1	✓
O relatório anual referido no ponto 11.2 do Caderno de Encargos deverá ser remetido ao Concedente e ao IRAR pela Concessionária até ao dia 31 de Março de cada ano - 11.2 Aditamento 1	✓
A Concessionária está sujeita à apresentação, até 30 de Setembro de cada ano, do Plano e Programa Bianual respeitante aos investimentos desejáveis a efetuar no âmbito das ampliações e extensões do artigo 3 º do CE - 11.3 CE	✓

3.2.1 Renda da Concessão

De acordo com o disposto no n.º 14 do Caderno de Encargos do Contrato de Concessão (Renda da Concessão), o valor da retribuição anual a pagar pela Concessionária ao Concedente, em virtude da Concessão, é de 498.798 euros (atualizados anualmente com base no IPC), acrescido anualmente no quantitativo correspondente de 3% das despesas de investimento feitas pelo Concedente nos Sistemas concessionados e colocados à disposição da Concessionária no ano anterior.

Durante o exercício de 2015 a Concessionária procedeu ao pagamento ao Concedente do valor total da renda anual no montante total de 1.019.806,68euros, dando assim cumprimento ao previsto no Contrato de Concessão.

3.3 Atividades Desenvolvidas

As principais atividades desenvolvidas no ano de 2015 pela Concessionária constam do seu "Relatório de Exploração de 2015", cuja elaboração e data de entrega ao Concedente (até 31 de Março do ano seguinte a que respeita) está consignado no Contrato de Concessão – *Caderno de Encargos, cláusula n.º 11.2 e 1.º Aditamento ao Contrato de Concessão, artigo 11.º, n.º2.*

Deste documento constam igualmente os principais Indicadores da Atividade e da Qualidade do Serviço prestado pela BE WATER–Águas de Mafra, SA ao longo do ano, os principais eventos que marcaram o ano, as principais Obras realizadas no âmbito quer do Plano de Investimentos quer da Renovação e Manutenção das infraestruturas e ainda os dados relativos ao Pessoal, à Formação, à Segurança Higiene e Saúde no Trabalho e à situação Económico-Financeira do Contrato de Concessão celebrado com a Câmara Municipal de Mafra.

Este foi um dos documentos que serviu de base ao trabalho de análise, efetuado por esta Comissão de Acompanhamento, sobre as atividades desenvolvidas pela Concessionária no âmbito do Contrato de Concessão existente.

3.4 Evolução dos principais indicadores

3.4.1 Serviço de Água

3.4.1.1 Utilizadores

A evolução do nº de Utilizadores do Sistema de Abastecimento de Água face ao projetado no 1º Aditamento do Contrato (2005) encontra-se refletida na *Tabela 1*.

Salienta-se o crescimento verificado no ano de 2015 (+273 utilizadores), no entanto o desvio face ao perspetivado continua a acentuar-se, atingindo em 2015 o valor de -9,3%.

Nº utilizadores (un)	2011	2012	2013	2014	2015
1º Aditamento Contratual (2005)	41.005	41.717	42.426	43.137	43.831
Real	40.008	39.438	39.314	39.481	39.754
Variação (%)	-2,4	-5,5	-7,3	-8,5	-9,3

Tabela 1 - Evolução do nº de utilizadores do Sistema de Abastecimento de Água

3.4.1.2 Capitações médias globais

Da análise da *Tabela 2*, podemos verificar que, embora se registe uma ligeira subida da Capitação Média global no ano de 2015 (2%), a mesma mantém um diferencial substancial face ao projetado no 1º Aditamento ao Contrato (-20%).

Capitações médias globais (m³/contador.mês)	2011	2012	2013	2014	2015
1º Aditamento Contratual (2005)	12,37	12,34	12,34	12,33	12,33
Real	10,36	10,09	9,76	9,67	9,86
Variação (%)	-16,2	-18,2	-20,9	-21,6	-20,0

Tabela 2 - Evolução da capitação média global do Sistema de Abastecimento de Água

3.4.1.3 Volumes faturados de Água

Como se pode constatar na *Tabela 3* e conforme já referido anteriormente, o Volume Faturado de Água sofreu um aumento face ao ano anterior na ordem dos 2,6%. O seu diferencial face ao projetado no 1º Aditamento Contratual mantém-se acima dos 15% pelo 5º ano consecutivo.

Volume faturado (m³ x 1000)	2011	2012	2013	2014	2015
1º Aditamento Contratual (2005)	6.019	6.123	6.227	6.332	6.434
Real	4.963	4.811	4.613	4.570	4.687
Variação (%)	-17,5	-21,4	-25,9	-27,8	-27,1

Tabela 3 - Evolução do volume faturado de Água

3.4.1.4 Rendimento da rede

Ao observar a *Tabela 4* que mostra a evolução do Rendimento da Rede, verifica-se que apesar do decréscimo verificado em 2015 (-3,2%), o mesmo mantém-se acima do perspetivado no 1º Aditamento efectuado ao Contrato.

Rendimento da rede (%)	2011	2012	2013	2014	2015
1º Aditamento Contratual (2005)	79.5	79.5	79.5	79.5	79.5
Real	81.6	83.9	82.7	84.8	82.1
Variação (%)	2,6	5,5	4,0	6,7	3,3

Tabela 4 - Evolução do rendimento da rede

3.4.1.5 Qualidade da Água

Em cumprimento com o Plano Regulamentar, aprovado pela Entidade Reguladora (ERSAR), pelo 5º ano consecutivo, a Concessionária registou 100 % de cumprimento dos valores paramétricos.

3.4.2 Serviço de Águas Residuais

3.4.2.1 Utilizadores

Conforme se pode verificar na *Tabela 5* o nº de Utilizadores do Serviço de Águas Residuais aumentou no decorrer do ano de 2015 (+568 utilizadores). Do crescimento verificado, 357 novos utilizadores resultaram directamente das novas infraestruturas realizadas no âmbito do Plano de Investimentos contratualizado com o Concedente. Apesar do crescimento verificado em 2015, o diferencial para o perspetivado no 3º Aditamento ao Contrato, cresceu em relação a 2014, tendo-se fixado nos -9,7%.

Nº utilizadores (un)	2012	2013	2014	2015
3º Aditamento Contratual (2012)	33.499	34.766	35.710	36.531
Real	31.040	31.320	32.389	32.972
Variação (%)	-7,3	-9,9	-9,3	-9,7

Tabela 5 - Evolução do nº de utilizadores do serviço de Águas Residuais

3.4.2.2 Capitações médias globais

Analisando a evolução da Capitação Média global do Serviço de Águas Residuais, presente na *Tabela 6*, verifica-se um aumento durante o ano de 2015 (+3,6%), não obstante a mesma continuar aquém do previsto no 3º Aditamento Contratual (-7,4%).

Capitações médias globais (m³/utilizador.mês)	2012	2013	2014	2015
3º Aditamento Contratual (2012)	9,00	9,00	8,99	8,98
Real	8,38	8,09	8,02	8,31
Variação (%)	-6,8	-10,1	-10,7	-7,4

Tabela 6 - Evolução da capitação média global do serviço de Águas Residuais

3.4.2.3 Volumes faturados de Águas Residuais

Durante o ano de 2015, voltou a verificar-se um aumento do Volume Faturado (+6,3%) mas, apesar disso, tal parâmetro mantém-se com um desvio superior a 15% pelo 3º ano consecutivo face à previsão constante do 3º Aditamento ao Contrato. Os dados podem ser consultados na Tabela 7.

Volume faturado (m³ x 1000)	2012	2013	2014	2015
3º Aditamento Contratual (2012)	3.544	3.686	3.800	3.891
Real	3.130	3.026	3.068	3.261
Variação (%)	-11,7	-17,9	-19,3	-16,2

Tabela 7 - Evolução do volume faturado de Águas Residuais

3.5 Avaliação da qualidade de serviço pela ERSAR

3.5.1 Serviço de Abastecimento de Água

À semelhança dos anos anteriores, a Concessionária respondeu à informação solicitada pela ERSAR para a aferição dos Indicadores de Desempenho da Atividade de Abastecimento de Água. Ainda que provisórios, os dados relativos a 2015, demonstram a manutenção dos níveis de qualidade de serviço que, de acordo com os dados de anos anteriores, se situam na sua maioria acima da média nacional e dentro dos valores de referência definidos pela Entidade Reguladora para o serviço, com exceção dos indicadores "Adesão ao serviço" e "Reabilitação de condutas". Estes dependem respetivamente da taxa de habitabilidade do concelho e do plano de investimentos sob responsabilidade da Concedente.

Os resultados dos últimos 3 (três) anos podem ser consultados na *Tabela 8*.

Indicador	2013 Valor AdMafra Média Nacional Valor referência	2014 Valor AdMafra Média Nacional Valor referência	2015 Valor AdMafra (Provisórios) Média Nacional Valor referência
Adequação da Interface com o utilizador			
Acessibilidade física ao serviço	**96%** 94% [90; 100]	**97%** 94% [90; 100]	**97%** ND [90; 100]
Acessibilidade económica do serviço	**0,45%** 0,40% [0; 0,50]	**0,45%** 0,40% [0; 0,50]	**0,48%** ND [0; 0,50]
Ocorrência de falhas de abastecimento	**1,0/(1000 ramais.ano)** 0,9/(1000 ramais.ano) 0,0/(1000 ramais.ano)	**1,0/(1000 ramais.ano)** 1,3/(1000 ramais.ano) 0,0/(1000 ramais.ano)	**0,9/(1000 ramais.ano)** ND 0,0/(1000 ramais.ano)
Água segura	**100,00%** 98,41% [98,5; 100]	**100,00%** 98,63% [98,5; 100]	**100,00%** ND [98,5; 100]
Resposta a reclamações e sugestões	**100%** 87% 100%	**100%** 91% 100%	**100%** ND 100%
Sustentabilidade da Gestão do Serviço			
Cobertura dos gastos totais	**1,1** 1,0 [1,0; 1,1]	**1,1** 1,1 [1,0; 1,1]	**1,1** ND [1,0; 1,1]
Adesão ao serviço	**87,1%** 85,4% [95,0; 100]	**87,3%** 85,6% [95,0; 100]	**87,5%** ND [95,0; 100]
Água não faturada	**17,3%** 30,9% [0,0; 20,0]	**15,2%** 30,0% [0,0; 20,0]	**17,9%** ND [0,0; 20,0]
Adequação da capacidade de tratamento	**Não aplicável** 57% [90; 100]	**Não aplicável** 62% [90; 100]	**Não aplicável** ND [90; 100]
Reabilitação de condutas	**0,5%/ano** 1,0%/ano [1,0; 4,0 %/ano]	**0,3%/ano** 0,9%/ano [1,0; 4,0 %/ano]	**0,3%/ano** ND [1,0; 4,0 %/ano]
Ocorrência de avarias em condutas	**28/(100 Km.ano)** 40/(100 Km.ano) [0; 30/(100 Km.ano)]	**27/(100 Km.ano)** 36/(100 Km.ano) [0; 30/(100 Km.ano)]	**24/(100 Km.ano)** ND [0; 30/(100 Km.ano)]
Adequação dos recursos humanos	**2,9/1000 ramais** 2,1/1000 ramais [2,0; 3,5/1000 ramais]	**2,9/1000 ramais** 2,1/1000 ramais [2,0; 3,5/1000 ramais]	**2,9/1000 ramais** ND [2,0; 3,5/1000 ramais]
Sustentabilidade Ambiental			
Perdas reais de água	**63 l/(ramal.dia)** 139 l/(ramal.dia) [0; 100 l/(ramal.dia)]	**48 l/(ramal.dia)** 124 l/(ramal.dia) [0; 100 l/(ramal.dia)]	**69 l/(ramal.dia)** ND [0; 100 l/(ramal.dia)]
Cumprimento do licenciamento das captações	**Não aplicável** 21% 100%	**Não aplicável** 29% 100%	**Não aplicável** ND 100%
Eficiência energética de instalações elevatórias	**0,40 kWh/(m^3.100m)** 0,48 kWh/(m^3.100m) [0,27; 0,40 kWh/(m3.100m)]	**0,40 kWh/(m^3.100m)** 0,49 kWh/(m^3.100m) [0,27; 0,40 kWh/(m3.100m)]	**0,40 kWh/(m^3.100m)** ND [0,27; 0,40 kWh/(m3.100m)]
Destino final das lamas de tratamento	**Não aplicável** 100% 100%	**Não aplicável** 100% 100%	**Não aplicável** ND 100%

Tabela 8 - Indicadores de desempenho da atividade de Abastecimento de Água

3.5.2 Serviço de Águas Residuais

Tal como no Abastecimento de Água, também no que concerne à atividade de recolha de Águas Residuais foi prestada a informação solicitada pelo regulador. Tendo por base os resultados de anos anteriores, identificam-se ainda algumas áreas merecedoras de melhoria por parte da Concessionária. Os resultados dos últimos 3 (três) anos podem ser consultados na *Tabela 9*.

Indicador	2013 Valor AdMafra Média Nacional Valor referência	2014 Valor AdMafra Média Nacional Valor referência	2015 Valor AdMafra (Provisórios) Média Nacional Valor referência
Adequação da Interface com o utilizador			
Acessibilidade física ao serviço	**77%** 76% [85; 100]	**79%** 78% [85; 100]	**81%** ND [85; 100]
Acessibilidade económica do serviço	**0,41%** 0,27% [0; 0,50]	**0,41%** 0,28% [0; 0,50]	**0,44%** ND [0; 0,50]
Ocorrência de inundações	**0,16/(1000 ramais.ano)** 6,0/(1000 ramais.ano) [0; 0,25/(1000 ramais.ano)]	**0,16/(1000 ramais.ano)** 4,93/(1000 ramais.ano) [0; 0,25/(1000 ramais.ano)]	**0,05/(1000 ramais.ano)** ND [0; 0,25/(1000 ramais.ano)]
Resposta a reclamações e sugestões	**100%** 80% 100%	**100%** 86% 100%	**100%** ND 100%
Sustentabilidade da Gestão do Serviço			
Cobertura dos gastos totais	**1,1** 0,8 [1,0; 1,1]	**1,1** 0,8 [1,0; 1,1]	**1,1** ND [1,0; 1,1]
Adesão ao serviço	**88,3%** 87,2% [95,0; 100]	**88,6%** 87,9% [95,0; 100]	**88,7%** ND [95,0; 100]
Adequação da capacidade de tratamento	**Não aplicável** 45% [80; 100]	**Não aplicável** 37% [80; 100]	**Não aplicável** ND [80; 100]
Reabilitação de coletores	**0,4%/ano** 0,4%/ano [1,0; 4,0 %/ano]	**0,5%/ano** 0,4%/ano [1,0; 4,0 %/ano]	**0,3%/ano** ND [1,0; 4,0 %/ano]
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores	**0,5/(100 Km.ano)** 1,8/(100 Km.ano) [0,0/(100 Km.ano)]	**1,2/(100 Km.ano)** 2,2/(100 Km.ano) [0,0/(100 Km.ano)]	**0,0/(100 Km.ano)** ND [0,0/(100 Km.ano)]
Adequação dos recursos humanos	**5,7/(100 Km.ano)** 8,1/(100 Km.ano) [5,0; 11,0/(100 Km.ano)]	**5,6/(100 Km.ano)** 8,1/(100 Km.ano) [5,0; 11,0/(100 Km.ano)]	**5,1/(100 Km.ano)** ND [5,0; 11,0/(100 Km.ano)]
Sustentabilidade Ambiental			
Eficiência energética de instalações elevatórias	**1,62 kWh/(m^3.100m)** 0,56 kWh/(m^3.100m) [0,27; 0,40 kWh/(m3.100m)]	**1,56 kWh/(m^3.100m)** 0,64 kWh/(m^3.100m) [0,27; 0,40 kWh/(m3.100m)]	**1,29 kWh/(m^3.100m)** ND [0,27; 0,40 kWh/(m3.100m)]
Destino adequado de águas residuais recolhidas	**95%** 98% 100%	**96%** 99% 100%	**96%** ND 100%
Controlo de descargar de emergência	**0%** 26% [90; 100%]	**0%** 30% [90; 100%]	**8%** ND [90; 100%]
Análises de águas residuais realizadas	**100%** 86% 100%	**100%** 93% 100%	**100%** ND 100%
Cumprimento dos parâmetros de descarga	**47%** 85% 100%	**50%** 73% 100%	**46%** ND 100%
Destino das lamas de tratamento	**100%** 98% 100%	**100%** 100% 100%	**100%** ND 100%

Tabela 9 - Indicadores de desempenho da atividade de recolha de Águas Residuais

3.5.3 Reclamações

Durante o ano de 2015, os utilizadores apresentaram 168 reclamações de serviço, distribuídas pelas seguintes tipologias (classificação ERSAR):

Tipologia	Reclamações
Faturação e leitura	59
Qualidade do serviço	38
Tarifário	32
Ligação e disponibilidade	22
Atendimento	9
Qualidade da água	8
TOTAL	**168**

Relativamente à resolução das reclamações apresentadas, verificou-se que a maioria (61%), foram resolvidas como esclarecimentos, por terem um cariz meramente informativo. As reclamações resolvidas a favor do utilizador (25), corresponderam a 15% do total das reclamações apresentadas, sendo posteriormente definidas as medidas corretivas e/ou preventivas a implementar, bem como a metodologia da avaliação de eficácia e os respetivos prazos de implementação, com vista a corrigir as situações causadoras das reclamações e prevenir a ocorrência de situações futuras.

Resolução	Reclamações	
Esclarecimento efetuado	102	61%
Resolvido a favor do utilizador	25	15%
Resolvido a favor da empresa	19	11%
Atitude comercial	15	9%
Cancelado	7	4%
TOTAL	**168**	**100%**

4. Investimento

Ao abrigo do Contrato de Concessão vigente no Concelho, consoante se trate dos Sistemas Públicos Municipais de Abastecimento de Água ou de Saneamento de Águas Residuais 'em baixa', são distintas as contrapartes responsáveis pelos respetivos investimentos.

No que concerne ao **Sistema Público de Abastecimento de Água** é à entidade **Concedente CMM** quem compete contratualmente suportar os *investimentos de renovação e de ampliação das respectivas infraestruturas (n.º 3.4 e n.º 3.5 do Caderno de Encargos do Contrato de Concessão)* mas sem qualquer subordinação de valores mínimos ou máximos de despesa de investimento anuais e, portanto, por omissão, está implícito que o Concedente se reserva o direito de, discricionariamente, decidir anualmente o cabimento orçamental para tal efeito, na sequência do *Plano Bianual de Investimentos proposto pela Concessionária*, em cumprimento do disposto no Contrato da Concessão *(n.º 11.3 do Caderno de Encargos)*.

No ano em referência (2015), segundo o Relatório de Gestão Municipal de 2015 (rúbrica PAM/PPI 2014/I/36), a *despesa total de investimento realizada pela CMM em remodelações, ampliações ou alterações na Rede Pública de Distribuição de Água* ascendeu a 238.802,44 euros.

No que respeita aos **Sistemas de Águas Residuais 'em baixa' do Concelho**, já é a Concessionária BW–AM quem, contratualmente, tem a responsabilidade de consumar os respetivos investimentos, tendo por referência o Plano de Investimentos em Obras de Saneamento contratualizado no *2.º e 3.º Aditamentos ao Contrato de Concessão* mas que, anualmente, é consensualizado entre o Concedente e a Concessionária, tendo sempre por base o seu nível de execução à data, o valor de investimento previsto para esse ano e os montantes disponíveis para os anos futuros.

Em 2015, o montante de investimento (a preços correntes) previsto como referência no Plano de Investimentos de Saneamento era de 855.984,61 euros, tendo por parte da Concessionária um nível de execução ligeiramente superior que ascendeu a 864.094,53 euros (+0,9%)

030

5. Outros pontos marcantes do ano

5.1 Reformulação da Estrutura Tarifária (4º Aditamento Contratual)

Durante o ano de 2015, a Concedente e a Concessionária realizaram um trabalho conjunto com o objetivo de adaptar os tarifários de Abastecimento de Água (AA) e recolha de Águas Residuais (AR) praticados no Município de Mafra às recomendações da Entidade Reguladora (ERSAR), nomeadamente às recomendações IRAR nº1/2009 e ERSAR nº2/2010. Nesse trabalho foram avaliadas quais as alterações necessárias e os seus impactos nos utilizadores finais. O pressuposto principal deste trabalho teve por base não só o princípio da neutralidade financeira em 2016, na óptica da receita tarifária da Concessionária, mas também o objectivo de desagravar a factura mensal de Água e Saneamento para a maioria dos utentes municipais (domésticos e não-domésticos).

Este trabalho culminou com a entrada em vigor do novo tarifário no início de 2016, após a assinatura do 4º Aditamento ao Contrato Concessão, cujo objecto se cinge em exclusivo a esta matéria e onde está devidamente salvaguardada a neutralidade financeira de tal reestruturação tarifária enquanto não estiver terminado o processo de reequilíbrio económico-financeiro do Contrato já requerido pela Concessionária. Esta Comissão de Acompanhamento foi ouvida no processo e foram consideradas no referido aditamento as propostas por ela efetuadas.

5.2 Pedido de reequilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão

A Concessionária apresentou um pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, fundamentado no desvio superior a 15% *(para menos)* dos Consumos de Água e dos Volumes de Saneamento previstos contratualmente (1º e 3º Aditamentos) que se tem verificado nos últimos anos e também na entrada em vigor de alterações legislativas após a assinatura do Contrato / aditamentos.

A proposta para o reequilíbrio do Contrato foi apresentada em 9 de junho de 2015 (ofício RS-2015/41) e, no presente, mantém-se em análise por parte da entidade Concedente, para efeitos de tomada de posição ou de decisão.

5.3 Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento

A proposta de Regulamento de Serviços foi entregue na Câmara Municipal de Mafra (CMM) em Julho de 2012 para análise. Em Agosto de 2014, estando a mesma ainda por validar, foi apresentada, pela Concessionária, uma nova versão desse projeto com a adaptação ao modelo de Regulamento definitivo apresentado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento (ERSAR).

Durante o ano de 2015 a CMM analisou e trabalhou na referida proposta de Regulamento de Serviço, sendo expectável que a sua finalização, já englobando a incorporação da (nova) estrutura tarifária em vigor desde a celebração do 4º Aditamento ao Contrato, e após as necessárias promoção da sua consulta pública e posterior publicação no Diário da República, possa ocorrer no decurso do presente ano de 2016.

5.4 Considerações Complementares

O ano de 2015 foi marcado pela criação da empresa multimunicipal Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de Maio, mediante a agregação das empresas Águas do Zêzere e Coa, Águas do Centro, Águas do Oeste, SIMTEJO, SANEST, SIMARSUL, Águas do Norte Alentejano, Águas do Centro Alentejo, integradas no Grupo Águas de Portugal e que, no que ao Concelho de Mafra diz respeito, teve um impacto bastante positivo no Tarifário Municipal de Água não só devido à redução do preço de compra da Água ao Sistema 'em Alta' mas também, e sobretudo, pela extinção dos Valores Mínimos Garantidos a que, anualmente até 2064, o Município estava vinculado à EPAL por Contrato celebrado com tal entidade em 21/12/2005 e, posteriormente, revisto em 2010 e 2013.

O ano de 2015 fica ainda marcado pela comemoração dos 20 anos de Concessão dos serviços de Água no concelho de Mafra tendo sido realizada uma pequena cerimónia para celebração dessa data e organizada uma exposição com material demonstrativo das evoluções verificadas no sector e nos Serviços de Mafra em particular.

6. Desconformidades

De acordo com a análise efectuada às responsabilidades e atribuições presentes no Contrato de Concessão e respetivos Aditamentos, não foram detetadas desconformidades na atuação quer da Concessionária BE WATER – Águas de Mafra S.A. quer da Concedente Câmara Municipal de Mafra, em matéria da prestação dos Serviços Públicos de Águas e Esgotos aos utentes municipais.

7. Aspetos a Melhorar

No que concerne à taxa de Perdas de Água constatada em 2015 (17,5%), considera-se relevante o desenvolvimento de melhores esforços, de forma conjunta e empenhada, por parte das contrapartes Concedente e Concessionária, no objetivo de mitigar as ineficiências do Sistema Público de Abastecimento de Água no Concelho enquanto, respetivamente, entidade responsável pelos investimentos de remodelação e renovação da rede pública e entidade responsável pela sua gestão técnico-operacional.

A redução das influências indevidas ao Sistema de Águas Residuais, por via de uma efetiva separação entre os Sistema de Águas Pluviais será um importante ponto a ter em conta.
Estando a Rede de Águas Pluviais sob responsabilidade e gestão da Câmara Municipal de Mafra será importante fazer algum investimento nesta área.

8. Conclusões

O modelo de governação dos Contratos de Concessão tem, para além das funções e atribuições conferidas à Concedente, Concessionária e Entidade Reguladora, funções e atribuições duma Comissão de Acompanhamento nomeada e constituída, conforme disposto no Artigo 44.° do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, por um membro em representação do Concedente, por outro em representação da Concessionário e por um Presidente cooptado por acordo entre as Partes.

Compete à entidade Concessionária a realização da Gestão técnica, operacional e administrativa dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Saneamento de Águas Residuais ('em Baixa') no Concelho bem como os Investimentos respeitantes a este último serviço, em conformidade com o estatuído no Contrato de Concessão e seus (4) Aditamentos.

Compete à Comissão de Acompanhamento do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Mafra fazer o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Concessionária no sentido de assegurar a

conformidade do desempenho desta com os termos previstos da Legislação, no Contrato de Concessão e seus Aditamentos.

Em resultado da atuação desenvolvida, compete a esta Comissão expressar que, tanto quanto apurou, com base nos dados e informações fornecidos, quer pela Concessionária quer pela Concedente, relativamente ao ano de 2015, não tem nenhuma evidência nem indícios sobre qualquer facto que a leve a concluir ou a (sequer) suspeitar de qualquer incumprimento contratual ou legal por parte da Concessionária ou da Concedente, no âmbito das obrigações e deveres a que ambos estão subordinados dar cumprimento, respetivamente, nos termos do Contrato de Concessão e seus Aditamentos e dos preceitos legais aplicáveis.

Mafra, 28 de abril de 2016

O Presidente da Comissão de Acompanhamento da Concessão,

Eng.º Adelino Silva Soares

O Representante do Concedente na Comissão de Acompanhamento da Concessão,

Dr. Joaquim Sardinha

O Representante da Concessionária na Comissão de Acompanhamento da Concessão,

Eng.ª Susana Reis

A remeter
8/07/16.

MUNICÍPIO DE MAFRA

034

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
08 JUL. 2016
ENTRADA/ 20995

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		AM_Saida/2016/19 1.1.2/2016/1	07-07-2016

Assunto: **SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA DE 30 DE JUNHO DE 2016 - MINUTAS DAS DELIBERAÇÕES**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 30 de junho findo, sobre os seguintes assuntos:

- Plano Municipal de Emergência do Concelho de Mafra;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Local do Município de Mafra – Ratificação de despacho;
- Proposta de Regulamento para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Mafra;
- Relatórios e Contas do Ano de 2015 – Associações;
- Compromissos Plurianuais;
- Consolidação de Contas 2015;
- 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais;
- Alienação de terreno na Ericeira – parte do artigo 227 secção A da Freguesia da Ericeira.

Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Bizarro)

Assembleia Municipal

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

anexo IV

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

2. – ASSUNTO: ***PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DO CONCELHO DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberou, atentos os n.ºs 5, 9 e 10 do artigo 7.º da Diretiva, relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, aprovada em anexo à Resolução n.º 30/2015, da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio de 2015, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, emitir parecer favorável ao Relatório da consulta pública do Plano Municipal de Emergência do Concelho de Mafra, bem como à 3.ª revisão ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

Votos a Favor: 22 PPD/PSD; 8 PS; 3 CDU; 1 BE; 1 CDS/PP .....

Votos Contra: —

Abstenções: —

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

3. – ASSUNTO: ***PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, de acordo com o prescrito no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratificar o ato de aprovação da minuta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mafra, praticado através de despacho exarado pelo Presidente da Câmara Municipal, dado que de acordo com o previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a competência para autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, é da Assembleia Municipal.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

Votos a Favor: 22 (PSD; 8 PS; 3 CDU; 1 BE; 1 CDS/PP) .....

Votos Contra: — .....

Abstenções: — .....

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

037

ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

4. – ASSUNTO: ***PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto da alínea g), n.º 1, artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2016/8982, datada de 20 de junho de 2016, aprovar o Regulamento para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Mafra, o qual foi publicitado na página da* Internet*, da Câmara Municipal, em 2 de junho de 2016, através do Edital n.º 90/2016, de 30 de maio de 2016.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

Votos a Favor: 22 PPD|PSD, 8 PS, 3 CDU, 1 BE, 1 CDS|PP

Votos Contra: ---

Abstenções: .....

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA
ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

5. – ASSUNTO: ***RELATÓRIOS E CONTAS DO ANO DE 2015 - ASSOCIAÇÕES . --***

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apreciou os Relatórios e Contas do Ano de 2015 das seguintes entidades: AMTRES – Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento dos Resíduos; AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água; AML – Área Metropolitana de Lisboa; Associação Turismo de Lisboa – Visitors and Convention Bureau.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. ----------

Votos a Favor: .....

Votos Contra: .....

Abstenções: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

6. – ASSUNTO: ***COMPROMISSOS PLURIANUAIS***

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, datado de 21 de junho corrente, em anexo à informação interno/2016/8083, elaborada pela Divisão de Gestão Financeira e Património. ----*

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/~~Maioria.~~ ----------

Votos a Favor: 22 PPD/PSD; 8 PS; 3 CDU; 1 BE; 1 CDS|PP

Votos Contra: —

Abstenções: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA
ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

7. – ASSUNTO: ***CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2015.*** ----------
ENTIDADE:_____
DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Contas Consolidadas do ano de 2015.* ----------
--- Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou favoravelmente os referidos documentos, atento o disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------
Votos a Favor: 22 PPD/PSD, 1 CDS/PP
Votos Contra: 3 CDU
Abstenções: 8 PS; 1 BE

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO DE 30/06/2016 ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

8. – ASSUNTO: ***3.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 3.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais e da 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, apresentando o Orçamento da Despesa com "inscrições/reforços" no valor de € 129.305,00 (cento e vinte e nove mil trezentos e cinco euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 129.305,00 (cento e vinte e nove mil trezentos e cinco euros); o Plano de Atividades Municipais "inscrições/reforços" no valor de € 79.300,00 (setenta e nove mil e trezentos euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 7.000,00 (sete mil euros) e o Plano Plurianual de Investimentos "inscrições/reforços" no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros).* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: 22 PPD/PSD; 1 CDS/PP

Votos Contra: —

Abstenções: 8 PS; 1 BE; 3 CDU

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

MUNICÍPIO DE MAFRA

042

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA
ACTA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2016* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

9. – ASSUNTO: ***ALIENAÇÃO DE TERRENO NA ERICEIRA – PARTE DO ARTIGO 227 SECÇÃO A DA FREGUESIA DA ERICEIRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar, a alienação, através de hasta pública, da parcela de terreno para a construção, com 5.373,12 m², sita no Casal do Moinho de Baixo, junto à variante Norte da Ericeira, a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 227-A e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1825/19920825, da Freguesia da Ericeira, destinada a construção de edificações a usos afetos à prestação de serviços à população e ao uso terciário, nomeadamente, estabelecimentos de comércio e de serviços.* ----------

Mais deliberou, autorizar a concretização da alienação com recurso à hasta pública tendo por base o valor apurado pela Comissão Municipal de Avaliação, no montante de € 900.000,00 (novecentos mil euros), as condições gerais em conformidade com a documentação anexa à Proposta apresentada, bem como a composição da Comissão indicada na mesma Proposta. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: 22 PS|PSD, 8 PS, 1 CDS|PP

Votos Contra: .....

Abstenções: 3 CDU, 1 BE

ASSINATURAS:

_____ José Bizarro _____

A remeter
8/07/16

043

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
08 JUL. 2016
ENTRADA/ 20994

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		AM_Saida/2016/20 1.1.2/2016/1	07-07-2016

Assunto: **MOÇÃO APROVADA EM SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE JUNHO DE 2016 - "POR UM PASSE SOCIAL INTERMODAL PARA TODA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA"**

Relativamente ao assunto acima referido, informo que esta Assembleia Municipal em sessão de 30 de junho de 2016, aprovou, por maioria, com votos a favor do PS (8), da CDU (3) e 1 do BE, com 22 abstenções do PPD/PSD e 1 voto contra do CDS, aprovar a Moção, intitulada " Por Um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana", de que se envia cópia, em anexo, apresentada pelo PCP/PEV.

Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Bizarro)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

anexo V

CDU PCP-PEV

Aprovada com 8 votos do PS, 3 do CDU e 1 do BE a favor
com 22 votos do PSD como abstenção e
1 voto do CDS contra

Moção

Por um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa

Em Portugal, a seguir ao 25 de Abril de 1974, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações.

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

O sistema de bilhética da AML é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos - como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atractividade do sistema.

O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios.

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para termos uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem na Alemanha mais do triplo do que os praticados em Portugal.

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. É preciso pois garantir um aumento directo da oferta, mas também garantir que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética.

Assembleia Municipal de Mafra, 30/6/2016

CDU PCP-PEV

Os transportes públicos têm que ser atractivos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respectivos serviços no sistema.

Neste sentido, o PCP está a desenvolver uma iniciativa que pretende garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML, adequando assim o passe intermodal social à realidade urbana actual, promovendo a atractividade do Transporte Público e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade.

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.

Assim, considerando:

- A importância estratégica da promoção e uso do transporte público;
- A má cobertura que o actual sistema de Passe Social Intermodal oferece;
- A iniciativa do PCP e a sua proposta legislativa para a criação de um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa, que junte todos os operadores e todas as carreiras.

Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Mafra, propõem que a Assembleia Municipal de Mafra de 30 de Junho de 2016, recomende à Câmara Municipal de Mafra que em reunião do Executivo :

1. Afirme o seu interesse e disponibilidade para continuar a aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no Concelho de Mafra, bem como das vantagens associadas à existência de um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa;

2. Promova o debate e a iniciativa pública relativa a esta temática em todo o Concelho de Mafra.

Mafra, 30 de Junho de 2016

Os Eleitos CDU

1.2

046

LOUVOR

A participação em atividades desportivas contribui, decisivamente, para a formação integral dos jovens, quer do ponto de vista do rendimento corporal, quer ainda no desenvolvimento intelectual e no relacionamento interpessoal. Além disso, associar as virtudes do desporto à competição significa muito mais do que disponibilizar um palco para evidenciar publicamente as competências apreendidas: é estimular a capacidade de procurar a superação, de suportar a pressão psicológica, mas também de respeitar os adversários. Por todas estas razões, o desporto é uma escola de vida.

O jovem David Reis, residente na Venda do Pinheiro, conquistou a medalha de ouro (categoria -66 kg) do Junior European Judo Cup Gdynia 2016, que decorreu na Polónia. Depois dos vários títulos nacionais alcançados em diferentes escalões, este relevante feito desportivo é um justo reconhecimento pelo seu longo e meritório trabalho, tanto de preparação física como de disciplina mental. Estando hoje ao serviço do Sporting Clube de Portugal, o judoca iniciou a sua atividade com o treinador Nuno Lopes no Colégio Santo André, dedicando-se em exclusivo a esta modalidade desde os 13 anos.

Pelo seu sucesso desportivo, mas sobretudo pelo exemplo de perseverança para os restantes jovens, David Reis honra o Município de Mafra, pelo que é de justiça prestar-lhe público LOUVOR.

Paços do Município, 19 de julho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder Sousa Silva)

anexo VI

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

2016/07/08

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. À consideração superior.

8/7/2016

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços.

08/07/2016

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Determino, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a adjudicação da empreitada referente à execução da **" Construção do Parque Intermodal Alto da Vela"** à empresa **SANCOVIA, LDA., NIPC 510040250,** pelo valor global de **€ 1.002.201,36 (um milhão, dois mil, duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta plasmada em sede do Relatório Final do júri do procedimento, datado de 7 de julho.

À reunião de Câmara para ratificação.

8/7/2016

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/9942

ASSUNTO: **"Construção do Parque Intermodal Alto da Vela" - Adjudicação**

Na sequência de Despacho do Sr. Presidente, datado de 20 de maio do presente ano, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, cujo teor mereceu a ratificação do Órgão Executivo, conforme Deliberação de Câmara de 27 de maio procedeu-se à abertura de procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para a formação de contrato de empreitada

para a execução da **"Construção do Parque Intermodal Alto da Vela"**, cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico ocorreu a 23 de maio de 2016.

Conduzidos os devidos trâmites procedimentais, rececionadas as propostas, procedeu o júri do procedimento, designado na sequência do referido despacho e respetiva ratificação, à elaboração do Relatório Preliminar, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do CCP, tendo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP, aplicável por via da remissão efetuada pelo artigo 147.º, procedido à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, assim o querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Terminado o período de audiência prévia procedeu o júri do procedimento em apreço, à elaboração do Relatório Final (em anexo à presente informação), nos termos do art.º 148.º do CCP.

Pelo que, atento os números 3 e 4 do art.º 148.º do CCP, que determinam que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório final do júri, nomeadamente para efeitos de adjudicação, submete-se o mesmo, bem como os demais documentos que constituem o processo de concurso, sendo que o teor do dito relatório remete para a adjudicação da empreitada em apreço à empresa **SANCOVIA, LDA., NIPC 510040250,** pelo valor global de **€ 1.002.201,36 (um milhão, dois mil, duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos)** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

8 de julho de 2016.

O Assistente Técnico

(Nuno Santos)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO FINAL

CONCURSO PÚBLICO PARA:

"Construção do Parque Intermodal Alto da Vela"

Ao **7.º (sétimo) dia do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis**, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas nove horas, reuniu o Júri, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 20 (vinte) de maio de dois mil e dezasseis e ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 (vinte e sete) de maio do ano de dois mil e dezasseis, constituído pelo Presidente, António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, pelo 1.º Vogal Efetivo, Nuno Santos, Assistente Técnico, e pela 2.ª Vogal Suplente, Ana Domingos, Técnica Superior, em substituição da 2.ª Vogal Efetiva, Bernardete Calhaço, Chefe da Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado abreviadamente por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Final, na sequência da análise e avaliação do alegado pela concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA., NIPC 502341165. ---

I - PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

O Júri procedeu, na sequência da elaboração do Relatório Preliminar, ao 28.º (vigésimo oitavo) dia do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, nos termos do disposto no artigo 147.º e no n.º 1 do artigo 123.º, ambos do CCP, à audiência prévia escrita das concorrentes. ----------

Para o efeito, todas as concorrentes foram notificadas sobre o projeto de decisão final, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. ----------

No decurso desse prazo foi submetida, em 30 (trinta) de junho de dois mil e dezasseis, pelas 16:05:10, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, uma pronúncia, da concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA.,

NIPC 502341165, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais. ----------

II – ANÁLISE DA PRONÚNCIA ----------

Após receção da pronúncia, a mesma foi alvo de análise, sobre a qual o Júri se pronuncia nos termos e com os fundamentos seguintes: ----------

a) Segundo afirma a concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA. «*O concorrente classificado com a proposta economicamente mais vantajosa pelo Júri, a saber, SANCOVIA, LDA. não cumpriu o programa de concurso/ caderno de encargos e como proposto pelo Júri para outras propostas concorrentes, tem que ser excluído, igualmente, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP" e "Fundamentamos identificando o Anexo I do concorrente, especificamente a alínea g) do respetivo anexo, pelo que transcrevemos a forma correta:* ----------

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho; ----------

E, agora, a forma que o concorrente identificado escreveu na sua proposta: "g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 627.º do Código do Trabalho"». ----------

Relativamente a esta alegação, importa referir que, no Anexo I ao CCP, a alínea g) do n.º 4 tem a seguinte redação: «*g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho*». ----------

Por sua vez, a alínea g) do n.º 4 do Anexo I às peças do presente procedimento tem a seguinte redação: «*g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho*». -------

Note-se que, aquando da entrada em vigor do CCP, estava em vigor o Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, o qual estipulava, na alínea b) do n.º 1 do seu artigo 627.º que «*No caso de reincidência em contraordenação muito grave, praticada com dolo ou negligência grosseira e que tenha efeitos gravosos para o trabalhador, podem ser aplicadas ao agente*

as seguintes sanções acessórias: b) Privação de participar em arrematações ou concursos públicos por um período até seis meses». ----------

Entretanto, entrou em vigor o novo Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que prevê, na alínea b) do n.º 2 do seu artigo 562.º que «*No caso de reincidência em contraordenação prevista no número anterior, tendo em conta os efeitos gravosos para o trabalhador ou o benefício económico retirado pelo empregador com o incumprimento, podem ainda ser aplicadas as seguintes sanções acessórias: b) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos, por um período até dois anos*». -----

Ou seja, embora o legislador não tenha alterado o Anexo I ao CCP, para conformá-lo com o novo Código do Trabalho, a entidade adjudicante, nas peças do presente procedimento, substituiu a norma revogada (artigo 627.º do Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto), pela norma correspondente em vigor (artigo 562.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), ainda que tenha indicado, por lapso, a «*alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho*», quando deveria ter indicado a «*alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho*», lapso esse a que é aplicável o disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, segundo o qual «*Os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato*» (n.º 1) e «*A retificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, produz efeitos retroativos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado*» (n.º 2). –

Ora, com efeito, a concorrente SANCOVIA, LDA., NIPC 510040250, na alínea g) do n.º 4 do Anexo I (declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos), menciona o seguinte: «*Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho*». ----------

Contudo, contrariamente ao que foi alegado, tal facto não determina a exclusão da proposta apresentada pela concorrente SANCOVIA, LDA., por duas razões. ----------

Primeiramente porque, um olhar pelo disposto no artigo 70.º e 146.º do CCP, permite-nos constatar que **apenas constitui causa de exclusão das propostas a falta de apresentação da declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos (cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP) ou a falta de assinatura desta pela concorrente ou por representante com poderes para a obrigar (cfr. alínea e) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP), o que não é o caso**. ----------

Na situação em análise também não se vislumbra de que modo será aplicável a causa de exclusão prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, segundo o qual «*São excluídas as propostas cuja análise revele: b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.os 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º*».

Nunca é demais recordar que, para efeitos do CCP, «*entende-se por atributo da proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos*» (cfr. n.º 2 do artigo 56.º do CCP). ----------

Ou seja, a alegada alteração da alínea g) do n.º 4 do Anexo I (declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos), por parte da concorrente SANCOVIA, LDA., não configura um atributo da proposta, pois não diz respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos, concluindo-se, assim, pela inaplicabilidade, ao caso vertente, da causa de exclusão prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP. ------

Em segundo lugar porque **a concorrente SANCOVIA, LDA. limitou-se a apresentar o Anexo I (declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos) em estrita conformidade com o Anexo I ao CCP, cuja alínea g) do seu n.º 4 tem a seguinte redação: «*g) Não foi objeto de***

aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho». ----------

b) Mais afirma a concorrente que «*Relativamente aos concorrentes Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira, Pinto & Soares, S.A. ambos alteração a Lista de Preços Unitários do Dono de Obra, especificamente no artigo 14.4.2.3 onde a unidade é "UN" e a quantidade é "33" e ambos os concorrentes modificaram a mesma para "33,33" (sublinhado nosso) pelo que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos*». ----------

Relativamente a esta alegação, a quantidade a concurso não é de 33, mas sim o valor do artigo 14.4.2.1 a dividir por 3 (100/3), sendo por isso uma dízima infinita periódica. Apesar da fórmula estar visível para os concorrentes, a célula estava formatada para zero casas decimais, aparecendo o valor de 33. -------

No caso dos concorrentes que optaram por copiar os elementos para outra folha de cálculo, pode ter-se dado o caso de terem copiado os dados pelo valor das células e não pela fórmula que estas continham, e dai aparecer o valor de 33,33, não havendo dessa forma qualquer vantagem para os concorrentes, razão pela qual se conclui que esta alegação não colhe, não existindo fundamento para excluir as concorrentes TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A., NIPC 502519533, e TEIXEIRA, PINTO & SOARES, LDA., NIPC 503864960. ----------

c) A concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA. alega, ainda, que «*Igualmente, fundamentamos que a mensagem do júri na plataforma às 16h30 de dia 20 de junho em resposta à nossa mensagem submetida às 12h22m do mesmo dia com identificação de um erro no ficheiro de excel do mapa de quantidades e que é atributo da proposta, sendo o mesmo ficheiro protegido pelo Dono de Obra, e da conversa que existiu com a nossa funcionária que iriam responder à mesma via plataforma com novo mapa de quantidades em excel corrigido e prorrogação do prazo de submissão, levou a que a proposta da Cadimarte entrasse na plataforma fora de prazo devido a esse facto direto. Mais se clarifica, que mesmo assim, a Cadimarte cumpre*

com todos os atributos do Caderno de Encargos» e *«A proposta da Cadimarte deu entrada depois da hora, pelo que estávamos aguardar a resposta do Dono de Obra, sendo que a nossa proposta tem a capacidade de mais de 200mb, e o tempo que decorreu fora das 17h, é o necessário para efetuarmos o upload de ficheiros dessa capacidade».* ----------

Ora, em 20/06/2016, pelas 12:26:53, a concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA., submeteu, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, um pedido de *«Esclarecimentos das peças do procedimento»*, com o seguinte teor: *«Exmos. Senhores,* ----------

Solicitamos republicação da LPU, uma vez que existem artigos com quantidades com 3 ou mais casas decimais, nomeadamente 2.2.11, 14.4.2.3, 22.18, 22.19, 22.20, 22.21, 22.26, 22.27 e 22.28. ----------

Em anexo enviamos vosso ficheiro com os artigos realçados a amarelo». -----

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 50.º (*Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento*) do CCP, *«Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento* ***devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas***» (negrito e sublinhado nosso).

Por sua vez, atento o disposto no n.º 2 do artigo 61.º do CCP, «***Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados****, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas*» (negrito e sublinhado nosso). ----------

Na verdade, quando a concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA., submeteu, na plataforma eletrónica, o seu pedido, já se encontravam ultrapassados os prazos para solicitação de esclarecimentos e apresentação de erros ou omissões. ----------

Não obstante tal circunstância, o Júri analisou o pedido da concorrente e, pelas 16:30:18, do referido dia 20/06/2016, informou a concorrente do seguinte: *«Exmos. Senhores* ----------

Com base no transmitido pelo concorrente, parece que ***terá criado um outro ficheiro, em vez de trabalhar com o LPU do concurso***. ----------

Ao criar outro ficheiro deixou de ter os arredondamentos que estão no LPU. *Face ao exposto, deverão introduzir no vosso ficheiro os respetivos arredondamentos, de forma ficar com as quantidades iguais ao LPU. Contudo, se não efetuar os arredondamentos, o júri procederá posteriormente à correção da proposta»* (negrito e sublinhado nosso). ----------

Isto é, não foi detetado qualquer erro no ficheiro "*LPU _ Mapa de Quantidades Final (após erros e omissões)*", tendo sido a própria concorrente que, em vez de trabalhar com o ficheiro fornecido pela entidade adjudicante, decidiu criar outro ficheiro, que ficou com arredondamentos diferentes do ficheiro fornecido, situação esta alheia à entidade adjudicante. ----------

Relembre-se que, no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 20/04/2012, se preconiza que, no âmbito dos procedimentos "*as regras devem ser tão precisas e objetivas quanto possível, pelo que ao não atender-se a um critério objetivo de prazo para entrega das propostas, pode-se sempre colocar a questão de, findo o prazo indicado no convite, qual é o lapso de tempo razoável para aceitar as propostas: dois minutos, quatro minutos, dezoito minutos, dois dias, no dia anterior à reunião de adjudicação dos serviços objeto do presente procedimento??? A aceitação de exceções à regra do prazo equivaleria à abertura de portas à discricionariedade num domínio que deve pautar-se pelo rigor e objetividade em nome, não só dos interesses dos particulares, como também em defesa do interesse público*" e que a "***admissão de propostas fora do prazo viola os princípios da legalidade, da igualdade dos concorrentes, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé, princípios fundamentais do Direito Administrativo***" (negrito e sublinhado nosso). ----------

Significa isto que, admitir a concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA., que apresentou a sua proposta após o termo fixado para a sua apresentação, consubstanciaria uma violação dos princípios da legalidade, da igualdade dos concorrentes, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé, o que não é aceitável. **Subsistem, assim, os fundamentos de facto e de direito da proposta de exclusão da proposta apresentada pela concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA.**, atento o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, por a mesma ter sido apresentada depois do termo do prazo fixado no Programa de Procedimento. ----------

III – PROPOSTA ----------

Face ao exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, e nos termos do n.º 3 do artigo 148.º do CCP, manter o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, de 28 (vinte oito) de junho do ano de dois mil e dezasseis, ou seja, manter a proposta de exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes VAMARO - CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A. (nos termos das disposições conjugadas do artigo 146.º, n.º 2, alínea d) e do artigo 57.º, n.º 1, ambos do CCP, pela falta de apresentação dos seguintes documentos: "*Plano de trabalhos*", "*Plano de equipamento*", "*Plano de mão-de-obra*" e "*Plano de pagamentos e cronograma financeiro*") e CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA. (atento o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, por a mesma ter sido apresentada depois do termo do prazo fixado no Programa de Procedimento), assim como, manter a ordenação (e respetiva pontuação) das propostas para efeitos de adjudicação, constante do referido Relatório Preliminar, e **propor a adjudicação da empreitada *supra* referida, relativa à "Construção do Parque Intermodal Alto da Vela" à concorrente classificada em primeiro lugar, ou seja, à SANCOVIA, LDA., NIPC 510040250, pelo valor global de € 1.002.201,36 (um milhão, dois mil, duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor**. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

O Presidente do Júri,

07/07/2016

X

António Sousa Fernandes
Chefe da Divisão de Obras e Manutenção
Assinado por: ANTÓNIO SOUSA FERNANDES

1.º Vogal Efetivo

07/07/2016

X

Nuno Santos
Assistente Técnico
Assinado por: NUNO MIGUEL GOMES DOS SANTOS

2.ª Vogal Suplente

07/07/2016

X

Ana Domingos
Técnica Superior
Assinado por: ANA EUNICE REIS DOMINGOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO PARA:

"Construção do Parque Intermodal Alto da Vela"

Ao **28.º (vigésimo oitavo) dia do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis**, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas nove horas, reuniu o Júri, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 20 (vinte) de maio de dois mil e dezasseis e ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 (vinte e sete) de maio do ano de dois mil e dezasseis, constituído pelo Presidente, António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, pelo 1.º Vogal Efetivo, Nuno Santos, Assistente Técnico, e pela 2.ª Vogal Efetiva, Bernardete Calhaço, Chefe da Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, abreviadamente designado CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, para proceder à elaboração do presente Relatório Preliminar, na sequência da análise e avaliação das propostas apresentadas. ----------

1. PROPOSTAS APRESENTADAS ----------

1.1. Foram apresentadas propostas, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, *SaphetyGov* (www.saphety.com), dentro do prazo estipulado no Programa de Procedimento, e de acordo com a respetiva ordem de submissão, pelas seguintes entidades: ----------

- **TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.**, NIPC 502519533, pelo valor global de € 1.080.363,81 (um milhão, oitenta mil, trezentos e sessenta e três euros e oitenta e um cêntimos); ----------

- **TEIXEIRA, PINTO & SOARES, LDA.**, NIPC 503864960, no valor de € 1.094.890,90 (um milhão, noventa e quatro mil, oitocentos e noventa euros e noventa cêntimos); -

- **SANCOVIA, LDA.,** NIPC 510040250, no valor de € 1.002.201,36 (um milhão, dois mil, duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos); e ----------

- **VAMARO - CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.**, NIPC 501649557, pelo valor global de €

1.025.047,90 (um milhão e vinte e cinco mil, quarenta e sete euros e noventa cêntimos).-------- ----------

Foi também apresentada uma proposta após o termo do prazo estipulado no Programa de Procedimento, pela seguinte entidade: ----------

- **CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA.**, NIPC 506345793, pelo valor global de € 981.800,00 (novecentos e oitenta e um mil e oitocentos euros). ----------

1.2 A entidade **NORCEP, CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.**, NIPC 502300264, apresentou unicamente o Anexo I e o LPU, sem estarem devidamente preenchidos. ----------

1.3 Além disso, foram submetidas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, as seguintes exposições/ declarações: ----------

a) A sociedade **TASKDONE - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA.**, NIPC 510527400, submeteu uma declaração, referindo que "*declara, sob compromisso de honra, que em virtude do valor da proposta orçamentado exceder o preço base do procedimento, o que resulta no não cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, não poderá apresentar proposta*"; ----------

b) A sociedade **OBRAGOITO - CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, NIPC 502533943, apresentou uma exposição, referindo que "*depois de ter analisado os elementos do concurso referentes à Empreitada de construção do Parque Intermodal Alto da Vela, declara que não vai apresentar proposta*"; ----------

c) A sociedade **CONSTRAGRAÇO - CONSTRUÇÕES CIVIS, LDA.**, NIPC 506636208, submeteu uma exposição, da qual se extrai que "*vem por este meio informar que na sequência do estudo para a elaboração da proposta referente ao procedimento "Construção do Parque Intermodal Alto da Vela" verificámos a impossibilidade de terminar a elaboração da proposta no prazo de resposta*"; -

d) A sociedade **CONSDEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, NIPC 502172428, apresentou uma declaração, referindo que "*informa que não ira apresentar proposta dado que o preço que iria apresentar ultrapassava o preço base inicial*"; ----------

e) A sociedade **PERENE, S.A.**, NIPC 504338854, apresentou uma declaração, referindo que *"tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e caderno de encargos e no âmbito da elaboração de proposta para execução da empreitada para "**Construção do Parque Intermodal Alta da Vela**", vem por este meio comunicar que em virtude do valor da proposta orçamentado exceder o preço base do procedimento, o que resulta no não cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos não poderá apresentar proposta"*; ----------

f) A sociedade **URBEHYDRAULIC, LDA.**, NIPC 510170030, apresentou uma declaração, referindo que *"declara, para efeitos do procedimento de "**CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA**", e de terem elaborado o estudo com o objectivo de concorrer à empreitada em questão, declara que o preço total apurado para a execução da empreitada se revela superior ao preço base definido pelo Dono de Obra, pelo que não é possível apresentar proposta"*; ----------

g) A sociedade **ARMANDO CUNHA, LDA.**, NIPC 500316066, apresentou uma declaração, referindo que *"depois de consultar o procedimento referente à Empreitada de **CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA**, declara que o preço base não se enquadra no valor orçamentado"*; ----------

h) A sociedade **TECNACO - TÉCNICOS DE CONSTRUÇÃO S.A.**, NIPC 511237219, submeteu uma declaração, referindo que *"declara que não vai apresentar Proposta para a empreitada "**CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA**", por motivo de o valor ser superior ao preço base do procedimento. A conjugação dos diversos custos apurados para esta empreitada resultaram num valor que não se enquadra nos parâmetros indicados no programa de procedimento, nomeadamente no valor base, inviabilizando a análise desta de acordo com o art. 70 alínea d) do DL 18/2008 de 29 de Janeiro"*; ----------

i) A sociedade **CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.**, NIPC 502496878, apresentou uma declaração, referindo que *"declara que não apresenta proposta pelo facto de o preço a que chegámos ser superior ao preço base"*; e ----------

j) A sociedade **EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMÂNDIO CARVALHO, S.A.**, NIPC 501428119, submeteu uma declaração, mencionando que "*declara, para efeitos do concurso público "**CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA**", que o valor que obteve após o estudo deste procedimento é superior ao valor base estabelecido. Assim, atendendo ao facto de não ter sido possível atingir um preço inferior ao preço base do concurso, decidimos não apresentar a respectiva proposta*". ----------

2. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS ----------

2.1. De acordo com o n.º 1 do artigo 70.º do CCP, "*As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos factores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições*", pelo que, após a análise das propostas de todas as concorrentes, o Júri constatou, desde logo, que a concorrente **VAMARO - CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.**, NIPC 501649557, não apresentou, como devia, os documentos exigido nos pontos 5.1.3 a 5.1.6 do Programa de Procedimento, a saber, "*Plano de trabalhos*", "*Plano de equipamento*", "*Plano de mão-de-obra*" e o "*Plano de pagamentos e cronograma financeiro*". ----------

Atento o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, no relatório preliminar, o Júri deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que "*não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º*". ----------

Do elenco dos documentos que constituem a proposta previsto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP constam, designadamente, os "*Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar*" e os "*Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule*" (cfr. alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP). ----------

Por conseguinte, **o júri deliberou, por unanimidade, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente VAMARO - CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.,**

nos termos das disposições conjugadas do artigo 146.º, n.º 2, alínea d) e do artigo 57.º, n.º 1, ambos do CCP, pela falta de apresentação dos seguintes documentos: *"Plano de trabalhos", "Plano de equipamento", "Plano de mão-de-obra" e "Plano de pagamentos e cronograma financeiro"*. ----------

2.2. O júri constatou, ademais, que a concorrente **CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA.**, NIPC 502341165, submeteu a sua proposta na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante após o termo fixado para a sua apresentação. ----------

Ora, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, no relatório preliminar, o Júri deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que *"tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação"*. ----------

O ponto 10 do Programa do Procedimento, relativo ao *PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS*, determina que as propostas serão entregues *"até às **17:00 horas do 24.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para Diário da República (prazo contínuo). Caso esse dia venha a coincidir com dia não útil o prazo limite corresponderá às **17:00 do dia útil imediato***", salientando-se que, no presente procedimento, o prazo para apresentação das propostas terminou às **17h00m do dia 20/06/2016**. ----------

Ora, quando a concorrente **CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA.** submeteu a sua proposta na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, às **19h31m, do dia 20/06/2016**, o prazo para apresentação das propostas já tinha terminado, não se afigurando existir quaisquer problemas técnicos na plataforma que tivessem impedido a submissão atempada da proposta em causa. ----------

Neste contexto, realça-se o entendimento perfilhado no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 20/04/2012, segundo o qual, no âmbito dos procedimentos *"as regras devem ser tão precisas e objetivas quanto possível, pelo que ao não atender-se a um critério objetivo de prazo para entrega das propostas, pode-se sempre colocar a questão de, findo o prazo indicado no convite, qual é o lapso de tempo razoável para aceitar as propostas: dois minutos, quatro minutos, dezoito minutos, dois dias, no dia anterior à reunião de adjudicação dos serviços objeto do presente procedimento??? A aceitação de exceções à regra do prazo equivaleria à abertura de portas à discricionariedade num domínio que deve pautar-se pelo rigor e*

objetividade em nome, não só dos interesses dos particulares, como também em defesa do interesse público" e que a *"admissão de propostas fora do prazo viola os princípios da legalidade, da igualdade dos concorrentes, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé, princípios fundamentais do Direito Administrativo"*. ----------

Nesta conformidade, **o júri deliberou, por unanimidade, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente CADIMARTE - CONSTRUÇÕES, LDA., atento o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, por a mesma ter sido apresentada depois do termo do prazo fixado no Programa de Procedimento**. ----------

3 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO ----------

Para efeitos de avaliação das propostas apresentadas pelas concorrentes, foi aplicado o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, definido por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 20 (vinte) de maio de dois mil e dezasseis e ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 (vinte e sete) de maio do ano de dois mil e dezasseis, e constante do ponto 12 do Programa de Procedimento, que, em seguida, se transcreve: ----------

*"**12. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS*** ----------

*12.1 A adjudicação é efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.* ----------

12.2 Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação: ----------

***a) Preço global da proposta** (50%);* ----------

***b) Qualidade técnica da proposta** (50%), dividida pelos seguintes subfactores:* ----------

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme Caderno de Encargos (45%); ----------

b.2) Plano de Trabalhos (20%); ----------

b.3) Plano de Mão-de-Obra (17,5%); ----------

b.4) Plano de Equipamento (17,5%). ----------

12.3 Para efeitos da pontuação/ classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no 12.2 serão aplicados os seguintes métodos: ----------

***a)** No que concerne ao preço global das propostas, as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação da inversamente proporcional, ou seja: ---*

$x_i y_i = k$ *----------*

sendo K= 0,80 x preço base x 100; ----------

x_i *- valor da proposta de cada concorrente ----------*

y_i *- pontuação de cada concorrente ----------*

***b)** No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia: ----------*

- Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom; ----------

- Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica: ----------

Mau.....[0-20[Pontos

Insuficiente..... [20-40[Pontos

Suficiente.....[40-60[Pontos

Bom.....[60-80[Pontos

Muito Bom.....[80-100] Pontos

Sendo de referir o seguinte no que respeita a cada um dos subfactores: -------

b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar a obra, incluindo a definição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme peças escritas e desenhadas e Caderno de Encargos e de forma a garantir o cumprimento do prazo e a execução dos trabalhos com qualidade; ----------

b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas, tendo em consideração o prazo para a execução da obra; ----------

b.3) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, a quantidade e as características da mão de obra, tendo em atenção o tipo de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento; ----------

b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo e a quantidade de equipamentos e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra. ----------

c) *Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.".* ----------

4 – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ----------

4.1-PREÇO GLOBAL DAS PROPOSTAS ----------

Da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 3 do presente relatório, o júri procedeu à avaliação das propostas em função do fator Preço Global da Proposta (50%), tendo-se obtido as pontuações, conforme mapa abaixo apresentado: ----------

Preço base do concurso: 1.095.602,78€ ----------

0,80 x Preço base = 876.482,22 €----------

CONCORRENTES	VALOR DA PROPOSTA	PONTUAÇÃO OBTIDA
TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	1 080 363,81 €	81,13
TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.	1 094 890,90 €	80,05
SANCOVIA, Lda.	1 002 201,36 €	87,46

4.2-QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA ----------

Em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto

3, *supra*, o júri procedeu, em seguida, à avaliação da qualidade técnica das propostas (50%), em função dos subfactores que densificam este fator, a saber: ----------

- Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme Caderno de Encargos (45%);----------

- Plano de Trabalhos (20%);----------

- Plano de Mão-de-Obra (17,5%); e ----------

- Plano de Equipamento (17,5%).----------

4.2.1 - MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO MODO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA ----------

A empresa **TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.,** apresenta uma memória descritiva e justificativa, com alguma pormenorização, onde faz uma descrição do modo de execução de alguns trabalhos, salientando algumas das diversas tarefas que compõem a empreitada e indica os respetivos meios humanos e equipamentos. Indica os testes e ensaios a realizar e que entregará no final da empreitada as telas finais e a documentação técnica referente aos equipamentos aplicados. Faz uma descrição muito resumida da execução da rede de água, da rede de esgotos, das instalações elétricas, das instalações eletromecânicas e da rede de telecomunicações. Assegura a realização da formação aos utilizadores dos equipamentos. Nada refere quanto aos pontos 5 e 6 do Caderno de Encargos e não apresenta uma planta com a implantação do estaleiro, não permite ao dono da obra perceber como vai organizá-lo. ----------

A empresa **TEIXEIRA, PINTO & SOARES, LDA.**, apresenta uma memória descritiva e justificativa onde faz uma descrição muito resumida e muito tipificada, do modo de execução dos trabalhos, sendo pouco discriminativa em relação à empreitada em concreto. Refere os ensaios a realizar às redes de abastecimento de água e esgoto. Refere também que serão selecionados os métodos construtivos e os equipamentos que originem o menor ruído possível na obra. Faz uma descrição muito resumida da execução da rede de água, da rede de esgoto, das instalações elétricas, das instalações eletromecânicas, da rede de telecomunicações e dos arranjos exteriores. Assegura que os caminhos ou acessos nas imediações da área de intervenção não ficam obstruídos

ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local, conforme o ponto 5 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos. ----------

A empresa **SANCOVIA, LDA.**, apresenta uma memória descritiva e justificativa pormenorizada e devidamente adaptada à obra, onde faz uma descrição do modo de execução dos trabalhos, salientando as diversas tarefas que compõem a empreitada e indica os respetivos meios humanos e equipamentos. Face às características do local, faz uma abordagem sobre a necessidade de executar alguns trabalhos de forma faseada e como proceder para garantir a segurança do muro de pedra existente na Rua do Canal. Assegura que os caminhos ou acessos nas imediações da área do projecto não ficam obstruídos ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local, conforme o ponto 5 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos. Apresenta uma planta com a implantação do estaleiro, que permite perceber como vai o empreiteiro organizar o mesmo. Menciona os ensaios a realizar e que no final entregará as telas finais das especialidades. ----------

4.2.2- PLANO DE TRABALHOS ----------

A empresa **TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada. Faz referência à realização de ensaios, entrega de telas finais e compilação técnica e ao exigido nos pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos. ----------

A empresa **TEIXEIRA, PINTO & SOARES, LDA.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico, verificando coerência com a programação da obra. Faz referência à realização de ensaios, entrega de telas finais e ao exigido nos pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos.----------

A empresa **SANCOVIA, LDA.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico, verificando coerência com a programação da obra. Faz referência à realização de ensaios, entrega de telas finais e ao exigido nos pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos. ----------

4.2.3- PLANO DE MÃO-DE-OBRA----------

A empresa **TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.**, apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra, com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada e faz referência ao exigido nos pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos.----------

A empresa **TEIXEIRA, PINTO & SOARES, LDA.**, apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra, com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada. ----------

A empresa **SANCOVIA, LDA.**, apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada.----------

4.2.4- PLANO DE EQUIPAMENTOS ----------

A empresa **TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.**, apresenta um plano de equipamentos em que relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos a executar na empreitada, indicando o tempo afeto à obra. Faz referência ao exigido nos pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos.----------

A empresa **TEIXEIRA, PINTO & SOARES, LDA.**, apresenta um plano de equipamentos em que relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos a executar na empreitada, referindo o tempo que irão estar em obra.----------

A empresa **SANCOVIA, LDA.**, apresenta um plano de equipamentos referente aos trabalhos a executar e relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada, indicando também o tempo que irão estar em obra.----------

Assim, efetuada a análise do fator Qualidade Técnica da Proposta, nos moldes *supra* mencionados, sintetiza-se em seguida no quadro *infra*, as pontuações obtidas: -------

CONCORRENTES	MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	PLANO DE TRABALHOS	PLANO DE MÃO-DE-OBRA	PLANO DE EQUIPAMENTO
TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	80,0	85,0	85,0	85,0

TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.	75,0	82,5	85,0	85,0
SANCOVIA, LDA.	90,0	85,0	85,0	85,0

4.3- CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS ----------

No quadro seguinte, sintetiza-se a análise efetuada às propostas, em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa e fatores e subfactores que o densificam, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 3 do presente relatório, onde, para cada um dos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, se indica a pontuação simples e ponderada de cada proposta, bem como a sua pontuação e classificação final: ----------

ANÁLISE MULTI - CRITÉRIO						
CRITÉRIOS DE APRECIAÇÃO / CONCORRENTES	PREÇO TOTAL DA PROPOSTA		QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA		PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIF.
	Facto de Ponderação: 50%		Facto de Ponderação: 50%			
	Pontuação	Pontuação Ponderada	Pontuação	Pontuação Ponderada		
TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	81,13	40,56	82,76	41,38	**81,94**	**2.º**
TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.	80,05	40,03	80,01	40,01	**80,03**	**3.º**
SANCOVIA, LDA.	87,46	43,73	87,26	43,63	**87,36**	**1.º**

5 – PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS----------

Por último, o Júri, em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa e dos fatores e subfactores que o densificam, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 3 do presente relatório, **deliberou, por unanimidade, propor a ordenação das**

propostas, para efeitos de adjudicação, de acordo com o descrito no quadro *infra*: ----------

1.º Classificado	SANCOVIA, LDA.
2.º Classificado	TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.
3.º Classificado	TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.

6 – AUDIÊNCIA PRÉVIA----------

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP, aplicável por via da remissão efetuada pelo artigo 147.º do mesmo diploma legal, o Júri procederá, de seguida, à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.-

O Presidente do Júri,

28/06/2016

X

António Sousa Fernandes
Chefe da Divisão de Obras e Manutenção
Assinado por: ANTÓNIO SOUSA FERNANDES

1.º Vogal Efetivo

28/06/2016

X

Nuno Santos
Assistente Técnico
Assinado por: NUNO MIGUEL GOMES DOS SANTOS

2.ª Vogal Efetiva

28/06/2016

X Bernardete Rosa Calhaço

Bernardete Calhaço
Chefe da Divisão de Administração Geral e As...
Assinado por: MARIA BERNARDETE RODRIGUES SABINA ROSA CALHAÇO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com o parecer informativo. 19./7./2016 ...../...../..... O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	À reunião. 19./07./16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10520

ASSUNTO: Construção do Parque Intermodal Alto da Vela

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário".

Considerando que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em 19 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a minuta do contrato da empreitada identificada em epígrafe.

Considerando que tal despacho fica sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

anexo VIII

Propõe-se o agendamento, para deliberação do Órgão Executivo, da ratificação do Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do qual foi aprovada a minuta do contrato relativo à empreitada de "Construção do Parque Intermodal Alto da Vela".

A consideração superior.

Mafra, 19 de julho de 2016

A Assistente Técnica



(Florentina Vilela)

Aprovada
19/07/2016
O presidente

(Hélder Sousa Silva)

CONTRATO N.º ___/2016

"CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA"

--- Aos _____ dias do mês de ____ do ano dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** SANCOVIA, LDA., com sede no Caminho dos Loureiros, n.º 1, Ribeira, 2665-373 Milharado, pessoa coletiva número 510040250, a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo Comercial, representada no presente ato pelo gerente Rúben Daniel Carreira Batalha, portador do cartão de cidadão número 13481413 4ZY6, válido até 15.01.2018 e contribuinte número 238388522, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef. 261 810 182 • Fax 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada de **"CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL ALTO DA VELA"** para o primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

CLÁUSULA 2.ª – a) A empreitada a realizar no âmbito do presente contrato tem o prazo de execução de cento e oitenta dias nos termos da proposta e cadernos de encargos; **b)** O prazo de caução é o estabelecido na cláusula 37.ª do caderno de encargos; **c)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O preço contratual é de um milhão sessenta e dois mil trezentos e trinta e três euros e quarenta e quatro cêntimos, sendo um milhão dois mil duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos, referentes ao valor da empreitada e sessenta mil cento e trinta e dois euros e oito cêntimos relativos ao valor do IVA; **b)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será efetuado após o Visto do Tribunal de Contas e de harmonia com a proposta, a cujo exato cumprimento o segundo outorgante se obriga e caderno de encargos; **c)** A revisão de preços é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula mencionada na cláusula 30.ª do caderno de encargos.

CLÁUSULA 4.ª – **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso

público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente, em vinte de maio de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em vinte e sete de maio deste mesmo ano; **c)** A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho proferido pelo Senhor Presidente em oito de julho de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada _____ deste mesmo ano; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho proferido, pelo Senhor Presidente em _____, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada _____.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capitulo zero três zero um; classificação económica – capitulo zero sete grupo zero um artigo zero quatro alínea noventa e nove, cuja dotação global para o presente ano económico é de seiscentos e oitenta e quatro mil e noventa euros, e o saldo disponível é de seiscentos e sessenta e quatro mil trezentos e setenta e três euros e dez cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 3227, datada de 2016/07/11.

CLÁUSULA 6.ª – – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de seguro caução apólice n.º 100017265/200, emitida em doze de julho de dois mil e dezasseis, pela COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A., com sede na Av. da República, n.º 58, 1069-057 Lisboa, no valor de cinquenta mil cento e dez euros e sete cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor da empreitada, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em dezanove de julho de dois mil e dezasseis, pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Fazenda Pública, emitida em sete de maio de dois mil e dezasseis, pelo Serviço de Finanças de Mafra;
c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em treze de julho de dois mil e doze e válida até treze de novembro de dois mil e dezasseis;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos órgãos sociais de gerência, Rúben Daniel Carreira Batalha, ambos datados de quinze de

julho de dois mil e dezasseis, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça;

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL	510040250		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (1,83) por cada página de contrato)		
420104			
	TOTAL		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o teor da informação. À consideração superior as renovações em apreço.

13/7/2016

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços à consideração superior.

12/07/2016

A Chefe de Divisão,

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Determino, a título excecional atenta a necessidade de cumprir com os prazos subjacentes à abertura do novo ano letivo escolar, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a renovação dos contratos subjacentes à **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro"**, para o ano letivo 2016/2017 conforme proposta e demais elementos apresentados pelos serviços.

À reunião de Câmara para ratificação.

13/07/2016

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10182

ASSUNTO: "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro" - Renovação de Contratos - ano letivo 2016/2017

Atento o projeto/Acão expresso em Plano de Atividades (2014|A|9), referente a Serviços Auxiliares de Ensino - Transportes Escolares;

- Considerando as deliberações de Câmara, ambas de 20 de março de 2015, que determinaram a emissão do devido parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato concernente à **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de**

Anexo IX

Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro", para o ano letivo 2015/2016 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, bem como a abertura de procedimento por **Concurso Público**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.

Conduzida a devida tramitação do procedimento **(CPBS 4/2015),** veio o mesmo a culminar no despacho de adjudicação do Sr. Presidente, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, exarado a 18 de junho de 2015 (adjudicação das propostas ordenadas em lugar subsequente face à caducidade da adjudicação ao concorrente V.T. BUS, Lda, em virtude da não apresentação dos documentos de habilitação), e subsequente ratificação do órgão executivo conforme deliberação de 26 de junho, nos seguintes termos:

- Adjudicação à concorrente **Sabugotur – Sociedade Táxis-Turismo, Unipessoal Lda.** nos termos

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra	34,45 €	7.372,30 €
8	Escola Básica da freguesia de São Miguel de Alcainça	54,45 €	9.365,40 €
13	Escola Básica da Malveira	24,45 €	4.205,40 €

O que se traduziu num valor anual de **20.943,10 € (vinte mil novecentos e quarenta e três euros e dez cêntimos)** a que correspondeu um preço contratual de **62.829,30 € (sessenta e dois mil oitocentos e vinte e nove euros e trinta cêntimos)** acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor e

- Adjudicação à concorrente **Auto Transportes de Santo Estevão, Unipessoal, Lda.** nos termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
20	Escola Básica de Santo Estevão das Galés - I	100,00 €	17.200,00 €
21	Escola Básica de Santo Estevão das Galés - II	95,50 €	16.426,00 €

O que se traduziu num valor anual de **33.626,00€ (trinta e três mil seiscentos e vinte e seis euros)** a que correspondeu um preço contratual de **100.878,00€ (cem mil oitocentos e setenta e oito euros)** acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor.

Constatando-se que dos 28 lotes que constituíam o objeto do procedimento **CPBS 4/2015** apenas 5 foram alvo de adjudicação e respetiva outorga do contrato, viu-se a entidade adjudicante na contingência de proceder ao despoletar de novo procedimento para colmatar a adjudicação dos lotes desertos de propostas no referido procedimento.

➢ Assim, considerando as deliberações de Câmara, ambas de 10 de julho de 2015, que determinaram a emissão do devido parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato concernente à **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro"**, para o ano letivo 2015/2016 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, bem como a abertura de procedimento por **Concurso Público**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, despoletou-se o devido procedimento **(CPBS 6/2015),** sendo que conduzida a devida tramitação do procedimento veio o mesmo a culminar no despacho de adjudicação do Sr. Vice-Presidente, nos termos conjugados do disposto no n.º 3 do art.º 57.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua redação atual, conforme Despacho 68/2013-PCM, de 28 de Outubro, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, exarado a 28 de agosto de 2015 e subsequente ratificação do órgão executivo conforme deliberação de 4 de setembro de 2015, nos seguintes termos:

❖ Adjudicação à empresa ***Turispraia – Empresa de Transportes, Lda.***, de acordo com o seguinte quadro:

Lotes	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
3	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra - II	103,00€	17.716,00€
10	Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira I	82,45€	14.181,40€
23	Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	109,00€	18.748,00€

ao que correspondeu o valor total anual de **50.645,40€ (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e quarenta cêntimos)** o que se traduziu num preço contratual de **151.936,20€ (cento e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e vinte cêntimos),** valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor;

❖ Adjudicação à empresa **UTS - Viagens e Serviços, S.A.**, de acordo com o seguinte quadro:

Lotes	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
5	Escola Básica e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	80,35€	13.820,20€
6	Escola Básica e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	79,35€	13.648,20€
9	Escola Básica e Jardim de Infância de Sobral da Abelheira (circuito para assegurar o serviço de almoço na Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira)	23,70€	4.574,10€
11	Escola Básica e Jardim de Infância Artur Patrocínio – Azueira II	79,35€	13.648,20€
15	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	127,70€	21.964,40€
16	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	123,60€	21.259,20€

ao que correspondeu o valor total anual de **88.914,30€ (oitenta e oito mil, novecentos e catorze euros e trinta cêntimos),** o que se traduziu num preço contratual de **266.742,90€ (duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e dois euros e noventa cêntimos**), valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor;

❖ Adjudicação à empresa **Isidoro Duarte, Lda.**, de acordo com o seguinte quadro:

Lotes	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
17	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	122,64€	21.094,08€
18	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	65,95€	14.113,30€
19	Escola Básica da Venda do Pinheiro	129,84€	22.332,48€

ao que correspondeu o valor total anual de **57.539,86€ (cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e seis cêntimos), o que se traduziu num preço contratual de 172.619,58€ (cento e setenta e dois mil, seiscentos e dezanove euros e cinquenta e oito cêntimos),** valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor;

❖ Adjudicação à empresa **Barraqueiro Transportes, S.A.**, de acordo com o seguinte quadro:

Lotes	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
1	Escola Básica Hélia Correia - Mafra	82,00€	14.104,00€
2	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	82,00€	14.104,00€
14	Escola Básica de São Silvestre do Gradil e São Miguel da Enxara do Bispo	99,00€	17.028,00€
22	Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	112,00€	19.264,00€
24	Escola Básica da freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	90,50€	15.566,00€
26	Escola Básica da freguesia da Encarnação - I	88,50€	15.222,00€
27	Escola Básica da freguesia da Encarnação - II	89,50€	15.394,00€
28	Escola Básica da freguesia da Encarnação - III	84,50€	14.534,00€

ao que correspondeu o valor total anual de **125.216,00€ (cento e vinte e cinco mil, duzentos e dezasseis euros),** o que se traduziu num preço contratual de **375.648,00€ (trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito euros),** valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor; e

❖ Adjudicação à empresa **SAFEBUS – Transportes Personalizados, Lda.**, de acordo com o seguinte quadro:

Lotes	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
7	Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	38,09€	8.151,26€
25	Escola Básica da Ericeira	69,09€	11.883,48€

ao que correspondeu o valor total anual de **20.034,74€ (vinte mil e trinta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos**), o que se traduziu num preço contratual de **60.104,22€ (sessenta mil, cento e quatro euros e vinte e dois cêntimos),** valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Sendo que, não obstante a condução de dois procedimentos por **Concurso Público**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de

Janeiro, na sua atual redação, **(CPBS 4/2015 e CPBS 6/2015)** constatou a entidade adjudicante, já em setembro, a ausência de proposta para lote 12.

➢ Assim face à necessidade de garantir cocontratante que garantisse a prestação do referido lote, considerando o despacho de abertura do Exmo. Sr. Presidente, no uso de competência própria, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, exarado a 3 de setembro despoletou-se o procedimento, face à impossibilidade de cumprir prazos inerentes a demais procedimentos, por Ajuste Direto nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – **ADBS 95/2015**, endereçando-se convite a todos os concorrentes que apresentaram propostas nos dois concursos públicos internacionais cessantes. Sendo que conduzida a devida tramitação procedimental do procedimento em apreço veio a mesma a culminar no despacho de adjudicação do Sr. Presidente, nos termos conjugados do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, com a alínea f) número 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, exarado a 15 de setembro, nos seguintes termos:

❖ Adjudicação à empresa **ISIDORO DUARTE, S.A.,** de acordo com o seguinte quadro:

Lotes	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
12	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	**172,00€**	**17.200,00€**

Do que resultou, considerando os três procedimentos atrás mencionados e tendo-se garantida a devida habilitação dos adjudicatários, a outorga dos **contratos espelhados no seguinte quadro resumo:**

Procedimento	N.º Contrato	Data	Cocontratante	Lotes
CPBS 4/2015	95/2015	22/07	Auto Transportes de Santo Estevão, Unipessoal, Lda	20 e 21
	96/2015	23/07	Sabugotur – Sociedade Táxis-Turismo, Unipessoal Lda.	4, 8 e 13

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

CPBS 6/2015	119/2015	9/09	UTS - Viagens e Serviços, S.A.	5,6,9,11,15 e 16
	123/205	16/09	SAFEBUS – Transportes Personalizados, Lda	7 e 25
	124/2015	16/09	Barraqueiro Transportes, S.A.,	1,2,14,22,24,26,27 e 28
	125/2015	17/09	Turispraia – Empresa de Transportes, Lda.,	3,10 e 23
	130/2015	24/09	Isidoro Duarte, Lda.,	17, 18, 19
ADBS 95/2015	132/2015	29/09	Isidoro Duarte, Lda.	12

Submetidos os contratos e demais elementos dos procedimentos nos termos e para efeitos de fiscalização prévia e de harmonia com o determinado pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, publicada no Diário da República, 2.ª série – n.º 156, em 16 de agosto de 2011, que se traduziu na obtenção do visto emitido por parte de tal entidade a **12 de novembro de 2015**.

Pelo que considerando o conjunto de informações constantes da **Distribuição EDOC/2016/22794** exaradas pela **Divisão de Educação e Juventude - Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico,** que remetem para a necessidade da contratualização da prestação dos serviços em apreço para o ano letivo 2016/2017, nomeadamente tendo em conta o calendário escolar publicado a 28 de junho de 2016 conforme Despacho 8294-A/2016 da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estrado da Educação, de 26 de junho, foram contatados os cocontratantes no sentido de proceder à renovação, nomeadamente, nos termos das cláusulas 2.ª e 3.ª dos referidos contratos (conforme ofícios em anexo à presente informação), contato esse que mereceu, conforme elementos em anexo, a concordância e aceitação dos termos da renovação.

Assim, tendo sido salvaguardada a devida cabimentação da verba, conforme informações de cabimento em anexo à presente informação, propõe-se a renovação do contratos elencados atrás, referentes à **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro", para o ano letivo 2016/2017, nos seguintes termos:**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

N.º Contrato	Data	Cocontratante	Lotes	Valor s/ IVA ano letivo 2016/2017
95/2015	22/07	Auto Transportes de Santo Estevão, Unipessoal, Lda	20 e 21	33.821,50€
96/2015	23/07	Sabugotur – Sociedade Táxis-Turismo, Unipessoal Lda.	4, 8 e 13	20.574,15€
119/2015	9/09	UTS - Viagens e Serviços, S.A.	5,6,9,11,15 e 16	89.594,25€
123/205	16/09	SAFEBUS – Transportes Personalizados, Lda	7 e 25	19.608,66€
124/2015	16/09	Barraqueiro Transportes, S.A.,	1,2,14,22,24,26,27 e 28	125.944,00€
125/2015	17/09	Turispraia – Empresa de Transportes, Lda.,	3,10 e 23	50.939,85€
130/2015	24/09	Isidoro Duarte, Lda.,	17, 18, 19	56.934,99€
132/2015	29/09	Isidoro Duarte, Lda.	12	17.300,00€
		Valor total renovação contratos ano letivo 2016/2017		414.717,40€

À consideração superior.

O Técnico Superior.

(Vasco Mota)

Maria Fernandes

De: Eng:Isidoro Duarte <eng.isidoro@isidoroduarte.pt>
Enviado: 7 de julho de 2016 16:11
Para: Contratação Pública
Assunto: FW: Renovação do Contrato n.º 130/2015 e 132/2015 (ano letivo 2016/2017)
Anexos: 13.pdf

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Concluído

Boa tarde

Juntamos a nossa proposta para a renovação dos contratos de transporte para o ano lectivo 2016/2017

Obrigado e cumprimentos,

Isidoro Duarte Pereira
Isidoro Duarte, S.A.
T. +351 21 975 86 60
F. +351 21 975 86 69
eng.isidoro@isidoroduarte.pt

Isidoro Duarte, S.A. - Sociedade Anónima - Registada sob o n.º 66 - C.R.C. de Mafra - Capital Social: 500.300 € - Cont. N.º 500 142 467

PROPOSTA

Isidoro Duarte, SA, empresa de transporte de passageiros, com sede na Póvoa da Galega, Milharado, Mafra, pessoa colectiva nº 500142467, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra sob o nº 66, com o capital social de 500.300 €, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à renovação do contrato a celebrar para a "Prestação de Serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas da Ericeira, Mafra e Venda do Pinheiro, para o ano lectivo de 2016/2017", obriga-se a executar todos os serviços que constituem essa prestação de serviços, em conformidade com os termos e condições constantes no caderno de encargos e demais elementos do procedimento, nas seguintes condições de preço e prazo,

PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS: € 56.934,99 (cinquenta seis mil novecentos trinta quatro euros noventa e nove cêntimos)

Junta: Lista de preços unitários

À quantia supra mencionada acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (6%)

Condições de pagamento: 60 dias após a recepção da factura

Validade da proposta: 120 dias

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor

Póvoa da Galega, 06 de Julho de 2016

Isidoro Duarte, S.A.
O Administrador

SEDE: Av. de Portugal, nº 17 - PÓVOA DA GALEGA - 2665-357 MILHARADO
Telf.: 351 219 758 660 - Fax: 351 219 758 669
Site: www.isidoroduarte.pt - E-mail: geral@isidoroduarte.pt

TERMINAL: R. Cipriano Dourado, Lj. G
Interface Campo Grande - 1600-428 LISBOA
Telf.: 351 217 582 514

Isidoro Duarte, S.A. - Sociedade Anónima - Registada sob o n.º 66 - C.R.C. de Mafra - Capital Social: 500.300 € - Cont. N.º 500 142 467

MAPA DE PREÇOS UNITÁRIOS

Lote 17:
Preço unitário (dia/lote)
Preço lote: 173 dias x 122,64 = 21.216,72

Lote 18:
Preço unitário (dia/lote)
Preço lote: 201 dias x 65,95 = 13.255,95

Lote 19:
Preço unitário (dia/lote)
Preço lote: 173 dias x 129,84 = 22.462,32

Total : 56.934,99 € (cinquenta seis mil novecentos trinta quatro euros e noventa nove cêntimos)

A estes preços acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (6%)

Póvoa da Galega, 06 de Julho de 2016

Isidoro Duarte, S.A.
O Administrador

SEDE: Av. de Portugal, nº 17 - PÓVOA DA GALEGA - 2665-357 MILHARADO
Telf.: 351 219 758 660 - Fax: 351 219 758 669
Site: www.isidoroduarte.pt - E-mail: geral@isidoroduarte.pt

TERMINAL: R. Cipriano Dourado, Lj. G
Interface Campo Grande - 1600-428 LISBOA
Telf.: 351 217 582 514

Isidoro Duarte, S.A. - Sociedade Anónima - Registada sob o n.º 66 - C.R.C. de Mafra - Capital Social: 500.300 € - Cont. N.º 500 142 467

PROPOSTA

Isidoro Duarte, SA, empresa de transporte de passageiros, com sede na Póvoa da Galega, Milharado, Mafra, pessoa colectiva nº 500142467, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra sob o nº 66, com o capital social de 500.300 €, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à renovação do contrato a celebrar para a "Prestação de Serviços no âmbito dos Transportes Escolares – Lote 12 (Escola Básica São Miguel – Enxara do Bispo) para o ano lectivo de 2016/2017, obriga-se a executar todos os serviços que constituem essa prestação de serviços, em conformidade com os termos e condições constantes no caderno de encargos e demais elementos do procedimento, nas seguintes condições de preço e prazo,

PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS: **€ 17.300,00** (dezassete mil trezentos euros)

Junta: Lista de preços unitários

À quantia supra mencionada acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (6%)

Condições de pagamento: 60 dias após a recepção da factura

Validade da proposta: 120 dias

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor

Póvoa da Galega, 06 de Julho de 2016

Isidoro Duarte, S.A.
O Administrador

SEDE: Av. de Portugal, nº 17 - PÓVOA DA GALEGA - 2665-357 MILHARADO
Telf.: 351 219 758 660 - Fax: 351 219 758 669
Site: www.isidoroduarte.pt - E-mail: geral@isidoroduarte.pt

TERMINAL: R. Cipriano Dourado, Lj. G
Interface Campo Grande - 1600-428 LISBOA
Telf.: 351 217 582 514

Isidoro Duarte, S.A. - Sociedade Anónima - Registada sob o n.º 66 - C.R.C. de Mafra - Capital Social: 500.300 € - Cont. N.º 500 142 467

MAPA DE PREÇOS UNITÁRIOS

Lote 12:
Preço unitário (dia/lote)
Preço lote: 173 dias x € 100,00 = € 17.300

Total : 17.300 € (dezassete mil e trezentos euros)

A estes preços acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (6%)

Póvoa da Galega, 06 de Julho de 2016

Isidoro Duarte, S.A.
O Administrador

SEDE: Av. de Portugal, nº 17 - PÓVOA DA GALEGA - 2665-357 MILHARADO
Telf.: 351 219 758 660 - Fax: 351 219 758 669
Site: www.isidoroduarte.pt - E-mail: geral@isidoroduarte.pt

TERMINAL: R. Cipriano Dourado, Lj. G
Interface Campo Grande - 1600-428 LISBOA
Telf.: 351 217 582 514

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

EXMO SENHOR ADMINISTRADOR DA EMPRESA

ISIDORO DUARTE SA

AV DE PORTUGAL 17 PÓVOA DA GALEGA
2665-357 MILHARADO

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9559 10.3.9/2015/6 **10.3.7/2015/95**	30/06/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contratos 130/2015 e 132/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente aos procedimentos **CPBS 6/2015 e ADBS 95/2016,** ambos referentes à **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos de cada um dos procedimentos, que veio a culminar na outorga do **contratos 130/2015** de **24 de setembro** e **132/2015** de **29 de setembro** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
17	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	**122,64€**
18	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	**65,95€**
19	Escola Básica da Venda do Pinheiro	**129,84€**

e

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
12	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	**100,00€**

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª dos contratos em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
17	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	66	107	173
18	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	74	127	201
19	Escola Básica da Venda do Pinheiro	66	107	173

e

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
12	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: concursosccp@cm-mafra.pt até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Com os melhores cumprimentos.

Paços do Concelho, 2016/07/01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º 130/2015
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** ISIDORO DUARTE, S.A., com sede na Av. de Portugal, n.º 17, Póvoa da Galega, 2665-357 Milharado, pessoa colectiva número 500142467, a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Comercial de Mafra, representada no presente acto pelos Administradores, Isidoro António Duarte Pereira, portador do cartão de cidadão número 02032143 0ZY5, válido até 05.08.2018, contribuinte fiscal número 175115257 e António Manuel Mateus Silva, portador do cartão de cidadão número 05032227 3ZZ3, válido até 17.02.2016, contribuinte fiscal número 139091386, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de cinquenta e sete mil quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e seis cêntimos, referente aos lotes 17, 18 e 19, a que corresponde o preço contratual de cento e setenta e dois mil seiscentos e dezanove euros e cinquenta e oito cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à

actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em dois de Julho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em dez de Julho de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara proferido em vinte e oito de Agosto de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em quatro de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de catorze de Agosto de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três

mil e quarenta euros e o saldo disponível é de quinhentos e setenta e dois mil oitocentos e vinte e quatro euros e vinte cêntimos, conforme informação de compromisso n.º3587, de 2015/08/28.

CLÁUSULA 6.ª - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de depósito efectuado em sete de Setembro de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos, do valor de dois mil oitocentos e setenta e sete euros, apresentando o respectivo documento comprovativo, correspondente a cinco por cento do valor da prestação, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em três de Agosto de dois mil e quinze de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em cinco de Setembro de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Mafra;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em nove de Dezembro de dois mil e catorze e válida até nove de Dezembro de dois mil e quinze;

d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da sociedade, Isidoro António Duarte Pereira, António Manuel Mateus Silva e José Diogo de Sousa da Câmara Horta Osório, datados de dez, dezoito e vinte, todos de Agosto de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

TRIBUNAL DE CONTAS
Proc Fisc. Prévia
FP 2085/2015
2015/10/2

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTA:

Foi paga a guia n.º 10977 de 2015/09/29

CONTRIBUINTE FISCAL	500142467		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11		10,92
420104			
	TOTAL		**€10,92**

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

AVERBAMENTO N.º 1 -Em virtude de existir incorrecção na data de aprovação da minuta do contrato referida na alinea **d)** da cláusula 4.ª, pelo presente averbamento corrige-se a mesma. Assim a referida cláusula passa a ter a seguinte redacção:

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em dois de Julho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em dez de Julho de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara proferido em vinte e oito de Agosto de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em quatro de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de catorze de Setembro de dois mil e quinze.

Mafra, 22 de Outubro de 2015

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

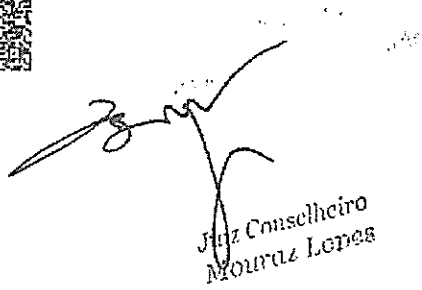
_____

O Oficial Público, _____

TRIBUNAL DE CONTAS

Processo de Fiscalização Prévia

FP 2085/2015
02/10/2015



Juiz Conselheiro
Mourato Lemes

TRIBUNAL DE CONTAS

12 NOV. 2015

VISADO

EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º132/2015
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES – LOTE 12 (ESCOLA BÁSICA SÃO MIGUEL – ENXARA DO BISPO)"

--- Aos vinte e nove dias do mês de Setembrodo ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** ISIDORO DUARTE, S.A., com sede na Av. de Portugal, n.º 17, Póvoa da Galega, 2665-357 Milharado, pessoa colectiva número 500142467, a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo Comercial de Mafra, representada no presente acto pelos Administradores, Isidoro António Duarte Pereira, portador do cartão de cidadão número 02032143

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

0ZY5, válido até 05.08.2018, contribuinte fiscal número 175115257 e António Manuel Mateus Silva, portador do cartão de cidadão número 05032227 3ZZ3, válido até 17.02.2016, contribuinte fiscal número 139091386, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES – LOTE 12 (ESCOLA BÁSICA SÃO MIGUEL – ENXARA DO BISPO)"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do ajuste directo efectuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de dezassete mil e duzentos euros, referente ao lote 12, a que corresponde o preço contratual de cinquenta e um mil e seiscentos euros, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela

atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do ajuste directo relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em três de Setembro de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Presidente da Câmara proferido em quinze de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de vinte e nove de Setembro de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três mil e quarenta euros e o saldo disponível é de quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos, conforme informação de compromisso n.º3852, de 2015/09/16.

CLÁUSULA 6.ª - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de depósito efectuado em vinte e dois de Setembro de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos, do valor de oitocentos e sessenta euros, apresentando o respectivo

documento comprovativo, correspondente a cinco por cento do valor da prestação, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em três de Agosto de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em cinco de Setembro de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Mafra;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em nove de Dezembro de dois mil e catorze e válida até nove de Dezembro de dois mil e quinze;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da sociedade, Isidoro António Duarte Pereira, António Manuel Mateus Silva e

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

José Diogo de Sousa da Câmara Horta Osório, datados de dez, dezoito e vinte, todos de Agosto de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º 11126 de 2015/09/29

CONTRIBUINTE FISCAL	500142467		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11		9,10
420104			
	TOTAL		€9,10

TRIBUNAL DE CONTAS

Proc. Fisc Prévia

FP 2086/2015
2015/10/2

Juiz Conselheiro
Dr. Moura e Lopes

TRIBUNAL DE CONTAS

12 NOV. 2015

VISADO

EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

Maria Fernandes

De: Vasco Mota
Enviado: 7 de julho de 2016 09:46
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Renovação contrato n.º 125/2015 8ano letivo 2016/2016)
Anexos: PROPOSTA preços 2016_2017.pdf

Importância: Alta

Para registo sff.

De: Guilhermina Ramalho [mailto:guilhermina.ramalho@inalva.pt]
Enviada: 6 de julho de 2016 17:23
Para: Contratação Pública <concursosccp@cm-mafra.pt>
Assunto: RE: Renovação contrato n.º 125/2015 8ano letivo 2016/2016)
Importância: Alta

Exmos. Senhores,

Na sequência do vosso mail infra, vimos por este meio enviar em anexo proposta de preços para o ano letivo 2016 /2017.

Ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Guilhermina Ramalho
Directora

Inalva
AGÊNCIA DE VIAGENS, LDA.

Membro **GO 4 TRAVEL**

Av. 5 de Outubro, 6.B – r/c
2560 – 270 TORRES VEDRAS
RNAVT Nº 1760
Telef: 261 314 143
Fax: 261 314 242
E-mail: guilhermina.ramalho@inalva.pt

De: Turispraia - Empresa de Transportes, Lda. [mailto:turispraia@sapo.pt]
Enviada: 6 de julho de 2016 15:26
Para: Guilhermina Ramalho <guilhermina.ramalho@inalva.pt>
Assunto: Fwd: Renovação contrato n.º 125/2015 8ano letivo 2016/2016)

-------- Mensagem reencaminhada --------
Assunto: Renovação contrato n.º 125/2015 8ano letivo 2016/2016)
Data: Fri, 1 Jul 2016 16:50:58 +0000
De: Aprovisionamento <Aprovisionamento@cm-mafra.pt>
Para:turispraia@sapo.pt <turispraia@sapo.pt>

Exmos. Senhores,

Junto se envia oficio exarado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara concernente ao **procedimento CPBS 6/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 125/2015** de **17 de setembro de 2016** (em anexo ao presente mail).

Por subdelegação de competências da CDGFP – Despacho n.º 16/2014, de 17 de julho

Grato pela atenção despendida

Vasco Mota
Área de Contratação Pública e Aprovisionamento
Divisão de Gestão Financeira e Património
Departamento de Administração Geral e Finanças
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 143
e-mail: vascomota@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

Turispraia
Empresa de Transportes, Lda.

082

PROPOSTA

PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A TURISPRAIA – Empresa de Transportes, Lda., com sede em Rua Professor Guilherme de Assunção, nº 28, 2640-488 MAFRA, com o Contribuinte Fiscal nº 500 677 751, proposta de preços para a "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" – Renovação contrato 125/2015 (ano letivo 2016/2017) - Referência CPBS 6/2015 DAGF/DGFP/ACPA, obriga-se a fornecer o objeto do referido contrato, de acordo com as condições estabelecidas, pela quantia global de 50 939,85 € (Cinquenta mil novecentos trinta nove euros e oitenta cinco cêntimos), conforme lista de preços unitários e globais por lote como se segue.

Lotes	Preços unitários	Preços globais
3	103,00 € Cento e três euros.	17 819,00 € Dezassete mil oitocentos e dezanove euros.
10	82,45 € Oitenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos.	14 263,85 € Catorze mil duzentos e sessenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos.
23	109,00 € Cento e nove euros.	18 857,00 € Dezoito mil oitocentos e cinquenta e sete euros.

Aos preços indicados na presente proposta acresce o IVA à taxa legal em vigor (6%).

Condições de Pagamento:
A faturação será mensal e o pagamento será a 45 (quarenta cinco) dias após a apresentação da fatura.

Para efeitos de contacto posterior informamos contactos telefónicos dos sócios gerentes:
Guilhermina Ramalho – Tlm: 919388925 ou e-mail: guilhermina.ramalho@inalva.pt ;
Manuel Meirinhos – Tlm: 919387726 ou e-mail: manuel.meirinhos@inalva.pt .

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo ao que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Mafra, 06 de julho de 2016
TURISPRAIA
Empresa de Transportes, Lda
Dra. Guilhermina Ramalho
Sócia gerente

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

EXMO(A) SENHOR (A) GERENTE DA EMPRESA

TURISPRAIA-EMPRESA DE TRANSPORTES, LDA.

R PROF GUILHERME DE ASSUNÇÃO N 28
2640-488 MAFRA

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9561 10.3.9/2015/6	01/07/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contrato 125/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente ao procedimento **CPBS 6/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 125/2015** de **17 de setembro** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
3	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra - II	**103,00€**
10	Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira I	**82,45€**
23	Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	**109,00€**

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª do contrato em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
3	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra - II	66	107	173
10	Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira I	66	107	173
23	Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: **concursosccp@cm-mafra.pt** até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Com os melhores cumprimentos.

Paços do Concelho, 2016.07.01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CONTRATO N.º125/2015
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos dezassete dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** TURISPRAIA-EMPRESA DE TRANSPORTES, LDA., com sede na Rua Professor Guilherme de Assunção, 28, 2640-488 Mafra, pessoa colectiva número 500677751, a que corresponde o número de registo da

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Conservatória do Registo Comercial de Mafra, representada no presente acto pelo gerente Manuel António Machado Meirinhos, portador do Cartão de Cidadão número 05935366 0ZY6, válido até 18.08.2020 e contribuinte número 174561660, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de cinquenta mil seiscentos e quarenta e cinco euros e quarenta cêntimos, referente aos lotes 3, 10, e 23, a que corresponde o preço contratual de cento e cinquenta e um mil novecentos e trinta e seis euros e vinte cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes

à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em dois de Julho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em dez de Julho de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara proferido em vinte e oito de Agosto de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em quatro de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de catorze de Setembro de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três mil e quarenta euros e o saldo disponível é de quinhentos e setenta mil

quinhentos e onze euros e quatro cêntimos, conforme informação de compromisso n.º3590, de 2015/08/28.

CLÁUSULA 6.ª - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de depósito efectuado em dez de Setembro de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos, do valor de dois mil quinhentos e trinta e dois euros e vinte sete cêntimos, apresentando o respectivo documento comprovativo, correspondente a cinco por cento do valor da prestação, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em onze de Setembro de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em onze de Setembro de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Mafra;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em dois de Fevereiro de dois mil e quinze e válida até dois de Fevereiro de dois mil e dezasseis;

d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais de gerência, Guilhermina Maria Baudouin Ramalho e Manuel António Machado Meirinhos, datados de nove de Setembro de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º 10711 de 2015/09/17

CONTRIBUINTE FISCAL	5006 77751		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11		9,10
420104			
	TOTAL		**€9,10**

TRIBUNAL DE CONTAS
Proc. Fisc Prévia
FP 2084/2015
2015/10/2

Juiz Conselheiro
Mouraz Lopes

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

Maria Fernandes

De: Rodest <rodest@rodest.pt>
Enviado: 6 de julho de 2016 17:46
Para: Contratação Pública
Cc: Nuno Carmo; Comercial Mafrense
Assunto: FW: Prestação de serviços no âmbito dos transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de ensino dos agrupamentos de escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira - Renovação do contrato 124/2015 (ano Letivo 2016/2017)
Anexos: PROPOSTA Mafra Julho2016.pdf

Ex.mos. Senhores,

Por lapso, foi-vos remetida na mensagem de correio electronico anterior a proposta errada.

Assim, queiram por favor considerar antes o documento que se anexa.

Cumprimentos,

Etelvina Jesus
Secretária do Conselho de Administração

BARRAQUEIRO TRANSPORTES SA

Barraqueiro Transportes, S.A.
Av. Santos e Castro, s/n
1769-022 Lisboa
Telefone: 00 351 217 511 602
Fax: 00 351 217 511 670

Contribuinte: 500 151 997



De: Rodest
Enviada: 6 de julho de 2016 17:01
Para: 'Contratação Pública' <concursosccp@cm-mafra.pt>
Cc: Nuno Carmo <nuno.carmo@rodest.pt>
Assunto: Prestação de serviços no âmbito dos transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de ensino dos agrupamentos de escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira - Renovação do contrato 124/2015 (ano Letivo 2016/2017)

Prestação de serviços no âmbito dos transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de ensino dos agrupamentos de escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira - Renovação do contrato 124/2015 (ano Letivo 2016/2017)

Ex.mos. Senhores,

Na sequência do vosso ofício datado de 30 de junho passado, remetemos a nossa proposta e os documentos solicitados, relativos ao assunto em título, para a renovação do contrato 124/2015 para o ano letivo 2016/2017.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Etelvina Jesus
Secretária do Conselho de Administração

BARRAQUEIRO TRANSPORTES, SA

PROPOSTA

"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos Alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro", renovação do contrato 124/2015 (ano letivo 2016/2017)

BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida Santos e Castro, e estabelecimento em Mafra, sito na Avenida Francisco Sá Carneiro, N.E.M., rua 6 Pav. 02, 2640-486, Mafra, Pessoa Colectiva n.º 500 151 997, depois de ter tomado conhecimento do objeto do **Concurso Público, procedimento nº CPBS 6/2015** para **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos Alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro", renovação do contrato 124/2015 (ano letivo 2016/2017)** do Município de Mafra, obriga-se a efectuar prestação de serviços em conformidade com as indicações estabelecidas no Convite e Caderno de Encargos:

Preços unitários: no mapa anexo a esta proposta.

Valor global – Ano letivo 2016/2017: 125.944,00 euros (cento e vinte cinco novecentos e quarenta e quatro euros).

Aos preços indicados acresce o IVA à taxa legal de 6%.

O pagamento deverá ser efectuado num prazo de 45 dias após emissão de factura através de transferência bancária, por cheque ou em dinheiro.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Lisboa, 06 de julho de 2016

BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A.

barraqueiro
barraqueiro
boa viagem
EBEVEL
estremadura
frota azul
mafrense

BARRAQUEIRO TRANSPORTES, SA
Av. Santos e Castro, n.º [illegible] Tel. 21 [illegible]
1249-022 LISBOA Fax. 21 [illegible]
E-mail: [illegible]@[illegible].pt
www.barraqueiratransportes.pt

BARRAQUEIRO TRANSPORTES, SA

LOTES	VALOR/DIA	TOTAL DO ANO LECTIVO
Lote 1 - Esc. B. Hélia Correia	82,00 €	14.186,00 €
Lote 2 - Esc. B. Dr. Sanches Brito - Salgados e Esc. B. Hélia Correia - Mafra	82,00 €	14.186,00 €
Lote 14 - Esc. B. S.Silvestre do Gradil e S.Miguel Enxara do Bispo	99,00 €	17.127,00 €
Lote 22 - Esc. B. da Freguesia de Santo Isidoro I	112,00 €	19.376,00 €
Lote 24 - Esc. B. da Freguesia da Carvoeira	90,50 €	15.656,50 €
Lote 26 - Esc. B. da Freguesia da Encarnação I	88,50 €	15.310,50 €
Lote 27 - Esc. B. da Freguesia da Encarnação II	89,50 €	15.483,50 €
Lote 28 - Esc. B. da Freguesia da Encarnação III	84,50 €	14.618,50 €

BARRAQUEIRO TRANSPORTES SA

mafrense
frota azul
boa viagem
barraqueiro
barraqueiro

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO(A) SENHOR(A) SÓCIO(A)-GERENTE DA EMPRESA

Barraqueiro Transportes, SA

Av. Dr. Francisco de Sá Carneiro, NEM, Rua 6 - Pavilhão 02
2640-486 MAFRA

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9558 10.3.9/2015/6	30/06/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contrato 124/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente ao procedimento **CPBS 6/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 124/2015** de **16 de setembro** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
1	Escola Básica Hélia Correia - Mafra	**82,00€**
2	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	**82,00€**
14	Escola Básica de São Silvestre do Gradil e São Miguel da Enxara do Bispo	**99,00€**
22	Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	**112,00€**
24	Escola Básica da freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	**90,50€**
26	Escola Básica da freguesia da Encarnação - I	**88,50€**

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

27	Escola Básica da freguesia da Encarnação - II	**89,50€**
28	Escola Básica da freguesia da Encarnação - III	**84,50€**

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª do contrato em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	**2017**	**Total**
1	Escola Básica Hélia Correia - Mafra	66	107	173
2	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	66	107	173
14	Escola Básica de São Silvestre do Gradil e São Miguel da Enxara do Bispo	66	107	173
22	Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	66	107	173
24	Escola Básica da freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	66	107	173
26	Escola Básica da freguesia da Encarnação - I	66	107	173
27	Escola Básica da freguesia da Encarnação - II	66	107	173
28	Escola Básica da freguesia da Encarnação - III	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: concursosccp@cm-mafra.pt até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Com os melhores cumprimentos.

Paços do Concelho, 2016/07/01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º 124/2015
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., com sede na Av. Santos e Castro, 1769-022 Lisboa, pessoa colectiva número 500151997, a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo Comercial

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

de Lisboa- 2.ª Secção, representada no presente acto pelos administradores Martinho Manuel dos Santos Costa, portador do Cartão de Cidadão número 07459528 1ZY0, válido até 04.09.2019, contribuinte fiscal número 153431334 e Maria Isabel Serrano Baptista Corte Real de Oliveira dos Santos Pais, portadora do Cartão de Cidadão número 07358080 5ZZ1, válido até 18.03.2016, contribuinte fiscal número 153978082, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de cento e vinte e cinco mil duzentos e dezasseis euros referente aos lotes 1, 2, 14, 22, 24, 26, 27 e 28, a que corresponde o preço contratual de trezentos e setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e oito euros, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal

em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em dois de Julho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em dez de Julho de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara proferido em vinte e oito de Agosto de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em quatro de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de catorze de Setembro de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja

dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três mil e quarenta euros e o saldo disponível é de seiscentos e dois mil duzentos e vinte euros e oitenta e nove cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 3591, de 2015/08/28.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de garantia n.º GAR/15301470, emitida em um de Setembro de dois mil e quinze, pelo Banco BPI., S.A., com sede na Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto, no valor de seis mil duzentos e sessenta euros e oitenta cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor da prestação de serviços, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em vinte e cinco de Agosto de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em vinte e um de Julho de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Lisboa-11;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em quatro de Agosto de dois mil e oito e válida até dezassete de Outubro de dois mil e quinze;

d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da Sociedade, Humberto Manuel dos Santos Pedrosa, David Humberto Canas Pedrosa, Martinho Manuel dos Santos Costa, Jorge Manuel Mendes da Cruz Filipe e Maria Isabel Serrano Baptista Corte Real de Oliveira dos Santos Pais, datados de quinze e vinte e um de Julho de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

_____

O Oficial Público, _____

TRIBUNAL DE CONTAS
Proc Fisc. Prévia
FP 2083/2015
2015/10/2

Juiz Conselheiro
Alberto Fernandes Brás

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTA:

Foi paga a guia n.º 10662 de 2015/09/16

Juiz Conselheiro
Mouraz Lopes

CONTRIBUINTE FISCAL	500151997,		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1,º n.º 1.11		10,92
420104			
	TOTAL		**€10,92**

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

Maria Fernandes

De: noreply@email.invoicexpress.com em nome de SAFEBUS TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA via InvoiceXpress <noreply@email.invoicexpress.com>
Enviado: 5 de julho de 2016 14:26
Para: Contratação Pública
Cc: paulasimoesroque@gmail.com
Assunto: Município de Mafra , recebeu um orçamento de SAFEBUS TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA
Anexos: Orçamento-1-2016.pdf

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Concluído

Caro(a) Município de Mafra ,

Recebeu um orçamento de SAFEBUS TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA.

Para mais detalhes clique no seguinte link:
https://www.app.invoicexpress.com/documents/9582652e62c518bdf3a675666417b5874fd163bcc649d41

Obrigado.
SAFEBUS TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA

[Mensagem enviada a partir de InvoiceXpress | Software de faturação online]

Ver documento

Para consultar a sua conta-corrente clique aqui

Powered by InvoiceXpress
Software de faturação online

nhc3v

SAFEBUS TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA
Urb. Tapada Village - Rua das Serras n.28
Carapinheira
2640-316 Igreja Nova - Mafra
tel: +351 969350374 **fax:** 219660531
web: www.safebus.pt
e-mail: geral@safebus.pt
Contribuinte: 508025583 **Capital social:** 50.000,00€
Conservatória: C.R.Comercial Mafra Matricula 508025583

Exmo.(s) Sr.(s)
Câmara Municipal Mafra
Praça do Município

2644-001 Mafra
Portugal

Original

Orçamento nº 2016/1

Data	Contribuinte	Observações
2016/07/05	502177080	Ano letivo 2016/ 2017 Lote 7 - Jardim de infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - 201 dias (74 dias 2016 + 127 dias 2017) Lote 25 - Escola Básica da Ericeira - 173 dias (66 dias 2016 + 107 dias...
Válido até	**V/ Ref.**	
2016/08/04	Renovação Contrato Nº123/2015 (ano letivo 2016/2017) - Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares - Lotes 7 e 25	

Código	Descrição	Preço Un.	Qtd.	IVA %	Total Ilíquido
TRCMM03809	Lote 7	38,09 €	201.0	6,00	7.656,09 €
TRCMM06909	Lote 25	69,09 €	173.0	6,00	11.952,57 €

Imposto	Incidência	Valor
IVA6	19.608,66 €	1.176,52 €

Sumário	
Soma:	19.608,66 €
S/IVA:	19.608,66 €
IVA:	1.176,52 €

Dados Bancários

IBAN	PT50 0007 0000 0020 7867 89...
SWIFT/BIC	SWIFT/BIC BESCPTPL

Total 20.785,18 €

Transporte Crianças Alvará nº300098|Animação Turística RNAAT nº192/2010|Campos Férias Reg.nº168/IPDJ

SAFEBUS TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA
Urb. Tapada Village - Rua das Serras n.28
Carapinheira
2640-316 Igreja Nova - Mafra
tel: +351 969350374 **fax:** 219660531
web: www.safebus.pt
e-mail: geral@safebus.pt
Contribuinte: 508025583 **Capital social:** 50.000,00€
Conservatória: C.R.Comercial Mafra Matricula 508025583

Exmo.(s) Sr.(s)
Câmara Municipal Mafra
Praça do Município

2644-001 Mafra
Portugal

Duplicado

Orçamento nº 2016/1

Data	Contribuinte	Observações
2016/07/05	502177080	Ano letivo 2016/ 2017 Lote 7 - Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - 201 dias (74 dias 2016 + 127 dias 2017) Lote 25 - Escola Básica da Ericeira - 173 dias (66 dias 2016 + 107 dias...
Válido até	**V/ Ref.**	
2016/08/04	Renovação Contrato Nº123/2015 (ano letivo 2016/2017) - Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares - Lotes 7 e 25	

Código	Descrição	Preço Un.	Qtd.	IVA %	Total ilíquido
TRCMM03809	Lote 7	38,09 €	201.0	6,00	7.656,09 €
TRCMM06909	Lote 25	69,09 €	173.0	6,00	11.952,57 €

Imposto	Incidência	Valor
IVA6	19.608,66 €	1.176,52 €

Sumário	
Soma:	19.608,66 €
S/IVA:	19.608,66 €
IVA:	1.176,52 €

Dados Bancários

IBAN	PT50 0007 0000 0020 7867 89...
SWIFT/BIC	SWIFT/BIC BESCPTPL

Total 20.785,18 €

Transporte Crianças Alvará nº300098|Animação Turística RNAAT nº192/2010|Campos Férias Reg.nº168/IPDJ

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

EXMA SENHORA SÓCIA-GERENTE DA EMPRESA
SAFEBUS - TRANSPORTES PERSONALIZADOS LDA

TAPADA VILLAGE - R DAS SERRAS 28
2640-308 IGREJA NOVA

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9560 10.3.9/2015/6	30/06/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contrato 123/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente ao procedimento **CPBS 6/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 123/2015** de **16 de setembro** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário
7	Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	**38,09€**
25	Escola Básica da Ericeira	**69,09€**

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª do contrato em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
7	Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	74	127	201
25	Escola Básica da Ericeira	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: concursosccp@cm-mafra.pt até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Paços do Concelho, 2016/07/01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CONTRATO N.º123/2015
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** SAFEBUS – Transportes Personalizados, LDA., com sede na Tapada Village, Rua das Serras n.º 28, Carapinheira 2640-308 Igreja Nova, pessoa colectiva número 508025583 a que corresponde o número

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

de registo na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, representada no presente acto pela gerente Paula Cristina da Ressureição Simões Roque, portadora do Cartão de Cidadão número 10414690 7ZZ5 válido até 17.03.2018, contribuinte fiscal número 212164546, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de vinte mil e trinta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos, referente aos lotes 7 e 25, a que corresponde o preço contratual de sessenta mil cento e quatro euros e vinte e dois cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os

aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em dois de Julho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em dez de Julho de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara proferido em vinte e oito de Agosto de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em quatro de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de quinze de Setembro de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três mil e quarenta euros e o saldo disponível é de quinhentos e cinquenta e sete mil

cento e trinta e sete euros e doze cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 3592, de 2015/08/28.

CLÁUSULA 6.ª - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, tendo efectuado um depósito em trinta e um de Agosto de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de mil e um euros e setenta e quatro cêntimos, apresentando o respectivo documento comprovativo.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em três de Julho de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em vinte e quatro de Agosto de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Mafra;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em cinco de Janeiro de dois mil e quinze e válida até cinco de Janeiro de dois mil e dezasseis;

d) Certificados do Registo Criminal da empresa da titular dos órgãos sociais de gerência, Paula Cristina da Ressureição Simões Roque, datados de vinte e quatro de Agosto de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

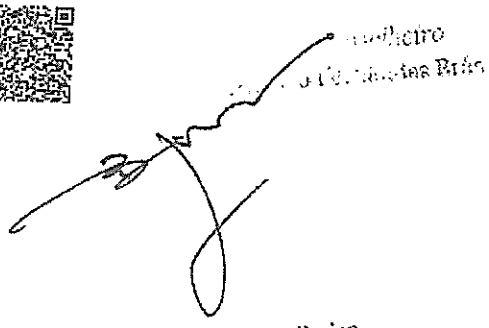
O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º 10659 de 2015/09/16

CONTRIBUINTE FISCAL	508025583		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (1,82 por cada página de contrato)		9,10
420104			
	TOTAL		**€9,10**

TRIBUNAL DE CONTAS
Proc Fisc. Prévia
FP 2082/2015
2015/10/2



Juiz Conselheiro
Mouraz Lopes

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

Maria Fernandes

De: Nuno Santos
Enviado: 6 de julho de 2016 16:53
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Renovação de Contrato 119/2015 (Ano letivo 2016/2017)
Anexos: Anexo I.pdf; Procuração.pdf; proposta.pdf; Lista de preços unitarios.pdf

Boa tarde
Para registo sff

Com os melhores cumprimentos

Nuno Santos
Área de Contratação Pública e Aprovisionamento
Divisão de Gestão Financeira e Património
Departamento de Administração Geral e Finanças
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 143
Fax: 261 810 144
e-mail: nunosantos@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

De: UTS - Viagens e Serviços, s.a. [mailto:geral@uts.pt]
Enviada: 6 de julho de 2016 15:49
Para: Contratação Pública <concursosccp@cm-mafra.pt>
Assunto: RE: Renovação de Contrato 119/2015 (Ano letivo 2016/2017)

Exmos. Senhores,

Em resposta ao solicitado, enviamos e anexo a proposta de Renovação do contrato **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira"**, para o ano letivo 2016/2017.

Com os melhores cumprimentos

Vera Oliveira

Viagens e Serviços S.A.

Avª. António Feijó, Prédio Avenida Loja 7
4990-029 Ponte de Lima
Telefone: 258 944 007
Fax: 258 944 290

www.uts.pt
E-mail: geral@uts.pt

ALVARÁ 200154

De: Contratação Pública [mailto:concursosccp@cm-mafra.pt]
Enviada: sexta-feira, 1 de Julho de 2016 17:42
Para: geral@uts.pt
Assunto: Renovação de Contrato 119/2015 (Ano letivo 2016/2017)

Exmos. Senhores,

Junto se envia oficio exarado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara concernente ao Procedimento CPBS6/2015 - **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 119/2015** de **09 de Setembro** (em anexo ao presente mail).

Por subdelegação de competências da CDGFP – Despacho n.º 16/2014, de 17 de julho.

Grato pela atenção despendida

Vasco Mota
Área de Contratação Pública e Aprovisionamento
Divisão de Gestão Financeira e Património
Departamento de Administração Geral e Finanças
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 143
e-mail: vascomota@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

VIAGENS

Ponte de Lima:
Av. António Feijó - Prédio Avenida - Loja 7
4990 - 029 Ponte de Lima
Tel.: 258944007 • Fax: 258944290
E-mail: geral@uts.pt

Lisboa:
Rua Luís Freitas Branco, n.º 26B
1600-490 Lisboa
Tel.: 217570402 • Fax: 217570310
E-mail: geral.lisboa@uts.pt

www.uts.pt

PROPOSTA

UTS – Viagens e Serviços S.A, contribuinte 504133799 registada na Conservatória do Registo Comercial de Ponte de Lima sob o mesmo número, com sede na Avenida António Feijó Loja 7, 4990-029 Ponte de Lima, depois de ter tomado conhecimento do procedimento "**Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, Ericeira" - Renovação contrato 119/2015 (Ano letivo 2016/2017)** " a que se refere o anúncio publicado no Diário da república, 2.ª série, 4035/2015, obriga-se a fornecer o objecto do concurso, de acordo com as condições estabelecidas naqueles documentos, pela quantia global de **89.594,25€** (oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e quatro e vinte e cinco cêntimos), conforme lista de preços unitários dos transportes e demais documentação necessária, anexa.

O preço indicado acresce o valor do iva à taxa legal em vigor 6%.

Ponte de Lima, 06 de julho 2016

Atentamente

UTS - Viagens e Serviços, S.A.
A Administração

VIAGENS

Ponte de Lima:
Av. António Feijó - Prédio Avenida - Loja 7
4990 - 029 Ponte de Lima
Tel.: 258944007 • Fax: 258944290
E-mail: geral@uts.pt

Lisboa:
Rua Luís Freitas Branco, n.º 26B
1600-490 Lisboa
Tel.: 217570402 • Fax: 217570310
E-mail: geral.lisboa@uts.pt

www.uts.pt

Lista de Preços Unitários

N.º do Lote	DESIGNAÇÃO	Nº de dias	Preço Unitário (**Proposta**)	**Preço Lote** (P.U. X N.º dias)
5	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	173	80,35 €	13.900,55 €
6	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	173	79,35 €	13.727,55 €
9	Escola Básica e Jardim de Infância de Sobral da Abelheira (Circuito para assegurar o serviço de almoço na Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira)	201	23,70 €	4.763,70 €
11	Escola Básica e Jardim de Infância Artur Patrocínio – Azueira - II	173	79,35 €	13.727,55 €
15	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	173	127,70 €	22.092,10 €
16	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	173	123,60 €	21.382,80 €
				89.594,25 €

Ponte de Lima, 06 de julho 2016

A Administração

UTS - Viagens e Serviços, S.A.
A Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

EXMA SENHORA GERENTE
UTS - VIAGENS E SERVIÇOS, S.A

AV. ANTÓNIO FEIJÓ, PRÉDIO AVENIDA, LOJA 7
4990-029 PONTE DE LIMA

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9562 10.3.9/2015/6	30/06/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contrato 119/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente ao procedimento **CPBS 6/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 119/2015** de **9 de setembro** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
5	Escola Básica e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	**80,35€**
6	Escola Básica e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	**79,35€**
9	Escola Básica e Jardim de Infância de Sobral da Abelheira (circuito para assegurar o serviço de almoço na Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira)	**23,70€**
11	Escola Básica e Jardim de Infância Artur Patrocínio – Azueira II	**79,35€**
15	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	**127,70€**
16	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	**123,60€**

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª do contrato em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
5	Escola Básica e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	66	107	173
6	Escola Básica e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	66	107	173
9	Escola Básica e Jardim de Infância de Sobral da Abelheira (circuito para assegurar o serviço de almoço na Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira)	74	127	201
11	Escola Básica e Jardim de Infância Artur Patrocínio – Azueira II	66	107	173
15	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	66	107	173
16	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: concursosccp@cm-mafra.pt até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Com os melhores cumprimentos.

Paços do Concelho, 2016/07/01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º119/2015

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A., com sede na Av. António Feijó, Prédio Avenida, Loja 7, 4990-029 Ponte de Lima, pessoa colectiva número 504133799, a que corresponde a matrícula da Conservatória do

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Registo Comercial de Ponte de Lima, representada no presente acto pela procuradora Vera Lúcia Conceição Oliveira, portadora do cartão de cidadão número 12015043 3ZY3, válido até 10.11.2018, contribuinte fiscal número 215808835, qualidade e poderes que verifiquei pela procuração datada de vinte de Junho de dois mil e onze e, elaborada no Cartório Notarial de Susana Alexandra Barros Ribeiro.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de oitenta e oito mil novecentos e catorze euros e trinta cêntimos, referente aos lotes 5, 6, 9, 11, 15 e 16, a que corresponde o preço contratual de duzentos e sessenta e seis mil setecentos e quarenta e dois euros e noventa cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à

actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente em dois de Julho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em dez de Julho de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara proferido em vinte e oito de Agosto de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em quatro de Setembro de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de oito de Setembro de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três

mil e quarenta euros e o saldo disponível é de quinhentos e oitenta e seis mil seiscentos e setenta e três euros e oito cêntimos, conforme informação de compromisso n.º3593, de 2015/08/28.

CLÁUSULA 6.ª - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de depósito efectuado em um de Setembro de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos, apresentando o respectivo documento comprovativo.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em seis de Agosto de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em vinte e cinco de Junho de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Ponte de Lima;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em treze de Dezembro de dois mil e catorze e válida até dezoito de Dezembro de dois mil e quinze;

d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da Sociedade, Águeda Maria Maciel Lima Oliveira e Carlos Alberto São João dos Santos Vieira, datados de doze de Junho de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, Vera Lúcia Conceição Oliveira

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º 10398 de 2015/09/09

CONTRIBUINTE FISCAL	504133799		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas - art.º 1.º n.º 1.11		9,10
420104			
	TOTAL		**€9,10**

TRIBUNAL DE CONTAS
Proc. Fisc. Prévia
FP 2081/2015
2015/10/2

Juiz Conselheiro
Augusto Fernandes Brás

Juiz Conselheiro
Muiraz Lopes

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

Maria Fernandes

De: Vasco Mota
Enviado: 7 de julho de 2016 09:46
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Renovação de Contrato 96/2015 (Ano letivo 2016/2017)
Anexos: APRESENTAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA - RENOCAÇÃO CONTRATO 96_2015.pdf

Para registo sff

De: SabugoTur [mailto:sabugotur@gmail.com]
Enviada: 6 de julho de 2016 19:05
Para: Contratação Pública <concursosccp@cm-mafra.pt>
Assunto: Re: Renovação de Contrato 96/2015 (Ano letivo 2016/2017)

Exmo. Sr. Vasco Mota,

Segue em anexo a proposta para a renovação do contrato 96/2015.

Melhores cumprimentos.

Mário Esteves

No dia 1 de julho de 2016 às 18:07, Contratação Pública <concursosccp@cm-mafra.pt> escreveu:

Exmos. Senhores,

Junto se envia oficio exarado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara concernente ao **Procedimento CPBS 4/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 96/2015** de **23 de julho** (em anexo ao presente mail).

Por subdelegação de competências da CDGFP – Despacho n.º 16/2014, de 17 de julho.

Grato pela atenção despendida

Vasco Mota
Área de Contratação Pública e Aprovisionamento

Divisão de Gestão Financeira e Património

Departamento de Administração Geral e Finanças

Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra

Telef.: 261 810 143

APRESENTAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA

Mário da Luz Assunção Esteves, portador do Cartão de Cidadão n.º 08875632 7 ZZ2, válido até 14/04/2018, morador na Avenida General Barnabé António Ferreira n.º 29 1º C, Sabugo, 2715-454 Almargem do Bispo, na qualidade de representante legal de Sabugotur Lda., NIF 505522136, com sede na Avenida General Barnabé António Ferreira n.º 29 1º C, 2715-454 Almargem do Bispo, no âmbito da renovação do contrato 96/2015 (ano lectivo 2016/2017 - Lotes 4, 8 e 13) celebrado na sequência do procedimento CPBS 4/2015 – "Prestação de serviço no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira", obrigo-me a cumpri-lo integralmente e de acordo com os seguintes preços:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário **Proposta** (dia/lote)	Previsão do n.º de dias			**Preço do Lote** (Preço Unit. x Total Dias)
			2016	2017	Total	
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	34,45 €	74	127	201	6.924,45 €
8	Escola Básica de São Miguel de Alcainça	54,45 €	66	107	173	9.419,85 €
13	Escola Básica da Malveira	24,45 €	66	107	173	4.229,85 €
TOTAL		**113,35 €**	**206**	**341**	**547**	**20.574,15 €**

Lote 4 – O valor da proposta ascende a 34,45 € (trinta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) por dia e 6.924,45 € (seis mil novecentos e vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) para 201 dias.

Lote 8 – O valor da proposta ascende a 54,45 € (cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) por dia e 9.419,85 € (nove mil quatrocentos e dezanove euros e oitenta e cinco cêntimos) para 173 dias.

Lote 13 – O valor da proposta ascende a 24,45 € (vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) por dia e 4.229,85 € (quatro mil duzentos e vinte e nove euros e oitenta e cinco cêntimos) para 173 dias.

O valor global da proposta ascende a 113,35 € (cento e treze euros e trinta e cinco cêntimos) por dia e 20.574,15 € (vinte mil quinhentos e setenta e quatro euros e quinze cêntimos) para 547 dias.

A todos os valores contidos na proposta acresce IVA à taxa legal em vigor.

Sabugo, 06 de Julho de 2016

sabugoTur
Soc. Exp. Turismo Unipessoal, Lda
Av. General Barnabé António Ferreira nº 29 1º C
Sabugo 2715-454 Almargem do Bispo
Contribuinte. 505 522 136

A Gerência

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO(A) SENHOR(A) SÓCIO(A)-GERENTE DA EMPRESA

SABUGOTUR-Sociedade Taxis Turismo Unipessoal, Lda

AV GENERAL BARNABÉ ANTÓNIO FERREIRA, Nº29, 1º C
2715-454 SABUGO

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9555 10.3.9/2015/4	30/06/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contrato 96/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente ao procedimento **CPBS 4/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 96/2015** de **23 de julho** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra	34,45€
8	Escola Básica da freguesia de São Miguel de Alcainça	54,45€
13	Escola Básica da Malveira	24,45€

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª do contrato em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra	74	127	201
8	Escola Básica da freguesia de São Miguel de Alcainça	66	107	173
13	Escola Básica da Malveira	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: concursosccp@cm-mafra.pt até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Com os melhores cumprimentos.

Paços do Concelho, 2016/07/01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º 96/2015

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos vinte e três dias do mês de Julho do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** SABUGOTUR - SOCIEDADE TÁXIS - TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., com sede na Avenida General Barnabé António Ferreira, n.º 29, 1.º C - Sabugo, 2715-454 Almargem do Bispo, pessoa colectiva número 505522136, a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo Comercial de Sintra, representada no presente acto pelo gerente Mário da Luz da Assunção Esteves, portador do cartão de cidadão número 08875632 7ZZ2, válido até 14.04.2018 e contribuinte número 189556889, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

d) O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de vinte mil novecentos e quarenta e três euros e dez cêntimos, referente aos lotes 4, 8 e 13, a que corresponde o preço contratual de sessenta e dois mil oitocentos e vinte e nove euros e trinta cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de Março de dois mil e

quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Presidente da Câmara proferido em

dezoito de Junho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em vinte e seis de Junho de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de treze de Julho de dois mil e quinze

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capitulo zero quatro zero três; classificação económica – capitulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três mil e quarenta euros e o saldo disponível é de setecentos e doze mil novecentos e oitenta e oito euros e setenta e três cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 2695, de 2015/06/22.

CLÁUSULA 6.ª Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, tendo efectuado um depósito em vinte e quatro de Junho de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de mil duzentos e quatro euros e sessenta e seis cêntimos, apresentando o respectivo documento comprovativo.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em quatro de Maio de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em vinte e dois de Maio de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Sintra-2 Algueirão;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em vinte e dois de Outubro de dois mil e catorze e válida até vinte e dois de Outubro de dois mil e dezasseis;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e do titular dos órgãos sociais de gerência Mário da Luz da Assunção Esteves, datados de sete de Maio de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

TRIBUNAL DE CONTAS
Proc. Fisc. Prévia
FP 2080/2015
2015/10/2

Juiz Conselheiro
[illegible] Lopes

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º 8591 de 2015/07/23

CONTRIBUINTE FISCAL	505522136		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11		10,92
420104			
	TOTAL		**€10,92**

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM EXECUÇÃO DIÁRIA DE VISTO

Maria Fernandes

De: Nuno Santos
Enviado: 6 de julho de 2016 16:53
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Renovação Contrato 95/2015 (Ano Letivo 2016/2017)

Boa tarde
Para registo sff

Com os melhores cumprimentos

Nuno Santos
Área de Contratação Pública e Aprovisionamento
Divisão de Gestão Financeira e Património
Departamento de Administração Geral e Finanças
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 143
Fax: 261 810 144
e-mail: nunosantos@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

De: Transportes Santo Estevão [mailto:autosantoestevao@gmail.com]
Enviada: 6 de julho de 2016 15:45
Para: Contratação Pública <concursosccp@cm-mafra.pt>
Assunto: Renovação Contrato 95/2015 (Ano Letivo 2016/2017)

Exmos Senhores:

Serve o presente para confirmar que aceitamos os termos estabelecidos apresentados por V.Exas.

Sendo assim, de forma a garantir a renovação do respetivo contrato, a proposta é a seguinte:

Ano de 2016

Lote 20 - Escola Básica de Santo Estevão das Galés I - 66 Dias (Ano 2016) x 100,00€ = 6.600,00€

Lote 21 - Escola Básica de Santo Estevão das Galés II - 66 Dias (Ano 2016) x 95,50€ = 6.303,00€

Ano de 2017

Lote 20 - Escola Básica de Santo Estevão das Galés I - 107 Dias (Ano 2017) x 100,00€ = 10.700,00€

Lote 21 - Escola Básica de Santo Estevão das Galés II - 107 Dias (Ano 2017) x 95,50€ = 10.218,50€

Com os melhores Cumprimentos,

Milene Lino

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contratação Pública e Aprovisionamento

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO(A) SENHOR(A) SÓCIO(A)-GERENTE DA EMPRESA AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA

BAIRRO ALEGRE LT 1 R/C VIV SÃO JOÃO DE BRITO
2665-503 VENDA DO PINHEIRO

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Interno/2016/9553 10.3.9/2015/4	30/06/2016

Assunto: **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira" -Renovação contrato 95/2015 (ano letivo 2016/2017)**

Exmos. Srs.,

Na sequência da tramitação procedimental concernente ao procedimento **CPBS 4/2015 - "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira",** para o ano letivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos letivos subsequentes que resultou na adjudicação, nos termos da proposta apresentada por V. Exas, sobre os termos estabelecidos em sede de Caderno de Encargos e demais elementos processuais, que veio a culminar na outorga do **contrato 95/2015** de **22 de julho** (em anexo ao presente mail), nos seguintes termos:

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)
20	Escola Básica de Santo Estevão das Galés - I	€100,00
21	Escola Básica de Santo Estevão das Galés - II	€95,50

Considerando os termos conjugados das cláusulas 2.ª e 3.ª do contrato em apreço e atento o n.º 1 do art.º 35.º da Lei7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) que mencionam que os valores pagos por contratos de serviços que em 2016, venham a renovar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não podem ultrapassar os valores pagos em 2015, pretendendo a entidade adjudicante proceder à renovação do objeto contratual em apreço para o **ano letivo 2016/2017** solicita-se o envio de proposta

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

de preço (unitário/dia, total por lote e global) atento o calendário escolar e o respetivo número de dias letivos, por lote:

N.º Lote	Designação	Previsão do n.º de dias		
		2016	2017	Total
20	Escola Básica de Santo Estêvão das Galés - I	66	107	173
21	Escola Básica de Santo Estêvão das Galés - II	66	107	173

A proposta deverá ser endereçada para o endereço eletrónico: **concursosccp@cm-mafra.pt** até às **17:00 do dia 06 de julho.**

Informa-se ainda, no sentido de garantir os devidos trâmites inerentes à renovação em apreço, posteriormente à devida aprovação da Renovação por parte do Órgão Competente para a decisão de contratar proceder-se-á à devida Notificação de Renovação e solicitação da atualização dos documentos de habilitação bem como a prestação de caução para o ano letivo em apreço (conforme alínea c) da cláusula 3.ª do contrato).

Com os melhores cumprimentos.

Paços do Concelho, 2016.07.01

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143 • Fax: 261 810 144
e-mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º 95/2015

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua redacção actual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa colectiva número 502177080, representada no presente acto pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA., com sede no Bairro Alegre, Lote 1, r/c Vivenda S. João de Brito, 2665-503 Venda do Pinheiro, pessoa colectiva número 501393862, a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo Comercial de Mafra, representada no presente acto pela gerente Milene Raquel da Cunha Lino, portadora do cartão de cidadão número 11321647 5ZZ9, válido até 01.03.2016 e contribuinte número 224001639, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objecto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efectuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CLÁUSULA 2.ª – a) A prestação de serviços objecto do presente contrato será prestado pelo adjudicatário no prazo que corresponde ao ano lectivo de 2015/2016; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face a orientações provenientes do Ministério da Educação e Ciência; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano lectivo 2015/2016, com possibilidade de renovação para os dois anos lectivos subsequentes; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é de trinta e três mil seiscentos e vinte e seis euros, referente aos lotes 20 e 21, a que corresponde o preço contratual de cem mil oitocentos e setenta e oito euros, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à actualização (no inicio de cada ano lectivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela actualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado) **c)** A caução, para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018, devida pelo segundo contraente será solicitada aquando de cada uma das possíveis renovações; **d)** O pagamento com os encargos previstos anteriormente será efectuado após o Visto do Tribunal de Contas e conforme proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exacto cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em vinte de Março de dois mil e quinze; **c)** A prestação de serviços objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido em dezoito de Junho de dois mil e quinze, ratificado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em vinte e seis de Junho de dois mil e quinze; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por despacho do Senhor Presidente, datado de treze de Julho de dois mil e quinze.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capitulo zero quatro zero três; classificação económica – capitulo zero dois grupo zero dois artigo dez, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão setecentos e três mil e quarenta euros e o saldo disponível é de setecentos e vinte e sete mil duzentos e oitenta e sete euros e sessenta cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 2694, de 2015/06/22.

CLÁUSULA 6.ª - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, tendo efectuado um depósito em vinte e nove de Junho de dois mil e quinze, na Caixa Geral de Depósitos SA, Agência de Quinta de São José, em Sacavém, no valor de mil seiscentos e oitenta e um euros e trinta cêntimos, apresentando o respectivo documento comprovativo, correspondente a cinco por cento do valor da prestação, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na sua redacção actual.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em trinta de Junho de dois mil e quinze, pelo Serviço Segurança Social Directa;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em trinta de Junho de dois mil e quinze, pelo Serviço de Finanças de Mafra-1;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em dezasseis de Dezembro de dois mil e catorze e válida até dezasseis de Dezembro de dois mil e quinze;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e do titular dos órgãos sociais de gerência Milene Raquel da Cunha Lino, datados de vinte e oito de Abril de dois mil e quinze, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direcção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____ AUTO TRANSPORTES SANTO ESTEVÃO, LDA. A Gerência

O Oficial Público, _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Juiz C. eiro
Mouraz Lopes

CONTA:

Foi paga a guia n.º 8546 de 2015/07/22

CONTRIBUINTE FISCAL	501393862		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11		10,92
420104			
	TOTAL		**€10,92**

TRIBUNAL DE CONTAS
12 NOV. 2015
VISADO
EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1785
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	698.779,70
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	414.325,45
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	22.836,62
8 = 6 - 7	Saldo Residual	391.488,83

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS6/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1786
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	721.616,32
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	391.488,83
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	20.599,72
8 = 6 - 7	Saldo Residual	370.889,11

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS6/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1787
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	742.216,04
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	370.889,11
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	50.930,88
8 = 6 - 7	Saldo Residual	319.958,23

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS6/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1788
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	793.146,92
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	319.958,23
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	7.821,32
8 = 6 - 7	Saldo Residual	312.136,91

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS6/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

_____ (e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1789
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	800.968,24
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	312.136,91
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	36.163,93
8 = 6 - 7	Saldo Residual	275.972,98

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS6/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1790
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	837.132,17
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	275.972,98
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	6.996,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	268.976,98

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º ADBS95/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1796
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F. 2.1.2. 02		Serviços auxiliares de ensino
C. E. 020210		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	844.128,17
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	268.976,98
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	8.222,10
8 = 6 - 7	Saldo Residual	260.754,88

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS4A/2015EDOC/2016/22794 - FATIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 1797
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F.	2.1.2. 02	Serviços auxiliares de ensino
C. E.	020210	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes

1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.729.660,00
4	Despesas Pagas	616.554,85
5	Encargos Assumidos (a)	852.350,27
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	260.754,88
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	13.677,18
8 = 6 - 7	Saldo Residual	247.077,70

2016/06/16 (c)

ADITAMENTO AO CONTRATO PCO N.º CPBS4A/2015EDOC/2016/22794 - FÁTIMA FRANCO"Renovação de contratos para prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, para o ano letivo 2016/2017"

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com o parecer. 12/7/2016 ...../...../..... O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	A remeter 19/07/16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10033

ASSUNTO: Ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo da Venda do Pinheiro - Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo orgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário".

Considerando que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em 07 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a minuta do contrato da empreitada identificada em epígrafe.

Considerando que tal despacho fica sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

anexo X

Propõe-se o agendamento, para deliberação do Órgão Executivo, da ratificação do Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do qual foi aprovada a minuta do contrato relativo à empreitada de "Ampliação da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo da Venda do Pinheiro".

A consideração superior.

Mafra, 11 de julho de 2016

A Assistente Técnica

(Isabel Miranda)

Aprovada
07-07-2016
O Presidente
(Hélder Sousa Silva)

CONTRATO N.º____/2016

"AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO DA VENDA DO PINHEIRO"

--- Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** FAMACONCRET, LDA., com sede na Rua Remígio Costa, 212, Pavilhão 9, 4760-042 Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva número 506429008, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, representada no presente ato pelo gerente Luís Manuel Azevedo Pereira da Silva, portador do cartão de cidadão número 08137618 9ZZ1, válido até 08.11.2020 e

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef. 261 810 182 • Fax 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

contribuinte número 185700969, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada de **"AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO DA VENDA DO PINHEIRO"** para o primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

CLÁUSULA 2.ª – a) A empreitada a realizar no âmbito do presente contrato tem o prazo de execução de cento e vinte dias nos termos da proposta e cadernos de encargos; **b)** O prazo de caução é o estabelecido na cláusula 37.ª do caderno de encargos; **c)** O presente contrato irá produzir efeitos a contar da data da consignação da obra.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O preço contratual é de seiscentos e nove mil seiscentos e dezanove euros e vinte e cinco cêntimos, sendo quinhentos e setenta e cinco mil cento e doze euros e cinquenta cêntimos, referentes ao valor da empreitada e trinta e quatro mil quinhentos e seis euros e setenta e cinco cêntimos relativos ao valor do IVA; **b)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será efetuado após o Visto do Tribunal de Contas e de harmonia com a proposta, a cujo exato cumprimento o segundo outorgante se obriga e caderno de encargos; **c)** A revisão de preços é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula mencionada na cláusula 30.ª do caderno de encargos.

CLÁUSULA 4.ª – **a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido

pelo Senhor Vice-Presidente, em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em treze de maio deste mesmo ano; **c)** A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho proferido pelo Senhor Presidente em vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em _____ deste mesmo ano; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada por _____.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capitulo zero quatro zero três; classificação económica – capitulo zero sete grupo zero um artigo zero três alínea zero cinco, cuja dotação global para o presente ano económico é de oitocentos e vinte e oito mil quatrocentos e dez euros, e o saldo disponível é oitocentos e quatro mil seiscentos e setenta e um euros, conforme informação de compromisso n.º 3133, datada de 2016/06/24.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de garantia bancária n.º 0651.029995.193, emitida em vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis, pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede na Av. João XXI, n.º 63, em Lisboa, no valor de cinquenta e sete mil quinhentos e onze euros e vinte e cinco cêntimos, correspondente a dez por cento do valor da empreitada, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em dezoito de maio de dois mil e dezasseis, pelo Serviço Segurança Social Direta;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante a Fazenda Pública, emitida em dezoito de maio de dois mil de dezasseis, pelo Serviço de Finanças de Vila Nova de Famalicão;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em doze de fevereiro de dois mil e catorze e válida até doze de maio de dois mil e dezassete.

d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de dezanove de abril de dois mil e dezasseis e do titular dos órgãos sociais gerência, Luís Manuel Azevedo Pereira da Silva, datado de quatro de julho de dois mil e dezasseis, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL	506429008		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€1,83 por cada página do contrato)		
TOTAL			

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com a presente Informação. 14/7/2016 ...../...../..... O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	A remeter 19/07/16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10240

ASSUNTO: Construção da Unidade de Saúde - Mafra Leste -Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário".

Considerando que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em 12 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a minuta do contrato da empreitada identificada em epígrafe.

Considerando que tal despacho fica sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

anexo XI

Propõe-se o agendamento, para deliberação do Órgão Executivo, da ratificação do Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do qual foi aprovada a minuta do contrato relativo à empreitada de "Construção da Unidade de Saúde – Mafra Leste"

A consideração superior.

Mafra, 13 de julho de 2016
A Assistente Técnica

(Florentina Vilela)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aprovada
12/07/2016
O Presidente
(Hélder Sousa Silva)

CONTRATO N.º ____/2016
"CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE – MAFRA LESTE"

--- Aos ___ dias do mês de ____ do ano dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de Janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** AECI – ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede na Rua da Carreira, n.º 1 – Lugar de Rólia, 2665-375 Milharado MFR, pessoa coletiva número 506294390, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, representada no presente ato pelo Presidente do Conselho de Administração Ricardo Manuel Rodrigues Batalha, portador do cartão de cidadão número 09761398 3ZY8, válido até 28.06.2021 e

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef. 261 810 182 • Fax 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

contribuinte número 166615005, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª **-** O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada de **"CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE – MAFRA LESTE"** para o primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

CLÁUSULA 2.ª – a) A empreitada a realizar no âmbito do presente contrato tem o prazo de execução de trezentos e trinta dias nos termos da proposta e cadernos de encargos; **b)** O prazo de caução é o estabelecido na cláusula 37.ª do caderno de encargos; **c)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª **- a)** O preço contratual é de um milhão quatrocentos e noventa e seis mil duzentos e setenta euros e trinta e nove cêntimos, sendo um milhão quatrocentos e onze mil quinhentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos, referentes ao valor da empreitada e oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos relativos ao valor do IVA; **b)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será efetuado após o Visto do Tribunal de Contas e de harmonia com a proposta, a cujo exato cumprimento o segundo outorgante se obriga e caderno de encargos; **c)** A revisão de preços é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula mencionada na cláusula 30.ª do caderno de encargos.

CLÁUSULA 4.ª **– a)** Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o

processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente, em vinte e dois de abril de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em dois de maio deste mesmo ano; **c)** A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho proferido pelo Senhor Presidente em vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal realizada em oito de julho deste mesmo ano; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada pelo Senhor Presidente _____.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capitulo zero três zero um; classificação económica – capitulo zero sete grupo zero um artigo zero três alínea noventa e nove, cuja dotação global para o presente ano económico é de oitocentos e noventa mil duzentos e trinta euros, e o saldo disponível é quinhentos e quatro mil e sessenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 3153, datada de 2016/06/29.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de seguro caução apólice n.º 100017242/200, emitida em um de julho de dois mil e dezasseis, pela COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A., com sede na Av. da República, n.º 58, 1069-057 Lisboa, no valor de setenta mil quinhentos e setenta e oito euros e setenta e nove cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor da empreitada, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em trinta de maio de dois mil e dezasseis, pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Fazenda Pública, emitida em trinta de maio de dois mil e dezasseis, pelo Serviço de Finanças de Mafra;
c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em vinte e três de fevereiro de dois mil e dez e válida até vinte e três de fevereiro de dois mil e dezassete;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos órgãos sociais do conselho de administração, Ricardo Manuel Rodrigues Batalha, Noémia

Carreira Fernandes Batalha e Ruben Daniel Carreira Batalha, todos datados de quinze de abril de dois mil e dezasseis, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL	506294390		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€1,83 por cada página de contrato)		
420104			
	TOTAL		

18
135

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com a presente informação. 15/7/2016 O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	À reunião. 17.07.16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10360

ASSUNTO: Adenda ao contrato n.º 85/2015 - Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

Considerando que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em 14 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a minuta da adenda ao contrato de prestação de serviços e fornecimento mencionado em epígrafe.

anexo XII

Considerando que tal despacho fica sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Propõe-se o agendamento, para deliberação do Órgão Executivo, da ratificação do Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do qual foi aprovada a minuta da adenda ao contrato n.º 85/2015 "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra".

A consideração superior.

Mafra, 15 de julho de 2016

A Assistente Técnica

(Isabel Miranda)

Aprovada
14/07/2016
O Presidente
(Hélder Sousa Silva)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ADENDA A CONTRATO N.º 85/2015

"REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA"

--- Aos _____dias do mês de _____do ano dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** EUREST (PORTUGAL) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda., com sede na Av. da Quinta Grande, Edifício Prime, 53, 6.º, 2610-156 Amadora, pessoa coletiva número 500347506 a que corresponde o número de registo da Conservatória do Registo Comercial da Amadora,

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

representada no presente ato pelos procuradores Américo Rui Madureira Teixeira, portador do cartão de cidadão número 09880299 2ZY8, válido até 23.06.2019, contribuinte número 199977402 e Carla Maria Serralheiro Machado Baptista Conde, portadora do cartão de cidadão número 08170532 8ZY9, válido até 27.08.2020, contribuinte número 181950561, qualidade e poderes que verifiquei pelas procurações emitidas pelo advogado Manuel Alvim Cortes, com a cédula profissional n.º 12049L, em vinte e nove de janeiro de dois mil e dezasseis.

E, pelas partes, foi dito que o aditamento ao contrato, se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª – O presente aditamento tem por objeto a renovação do fornecimento e prestação de serviços de **"REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA"** em conformidade com o estabelecido na cláusula 2.ª, alínea b), do contrato n.º 85/2015, pelo segundo contraente a favor do primeiro, na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de oito de julho de dois mil e dezasseis.

CLÁUSULA 2.ª – **a)** O encargo do presente aditamento, ao mencionado contrato, para o ano letivo de 2016/2017, é de um milhão duzentos e oito mil quatrocentos e noventa e cinco euros e vinte e nove cêntimos, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** O encargo da presente renovação do contrato n.º 85/2015, para o ano letivo 2016/2017, foi determinado em conformidade com o estabelecido na cláusula 3.ª, alínea b), do contrato n.º 85/2015; **c)** O presente aditamento ao contrato n.º 85/2015 irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.ª – O pagamento do encargo previsto na cláusula anterior será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob as seguintes rubricas orçamentais: classificação orgânica – capitulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero um artigo zero cinco, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão noventa e sete mil e seiscentos e cinquenta euros e o saldo disponível é de trezentos mil euros e sessenta e dois cêntimos; - classificação orgânica – capitulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero dois grupo zero dois artigo vinte cinco, cuja dotação global para o presente ano económico é de um milhão duzentos e oitenta e sete mil duzentos e vinte euros e o saldo disponível é de quatrocentos e quarenta mil oitocentos e quarenta e dois euros e setenta cêntimos, conforme informações de compromisso com o n.º 3223, de 2016/07/11.

CLÁUSULA 4.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, para o ano letivo 2016/2017, foi prestada a garantia bancária n.º 962300488016958, emitida em cinco de junho dois mil e quinze, pelo Banco Santander Totta, S.A., com sede na Rua do Ouro, n.º 88, 1100-063 Lisboa, no valor de sessenta mil quatrocentos e vinte e quatro euros e setenta e seis cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor do fornecimento e prestação de serviços.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em quinze de junho de dois mil e dezasseis pelo Serviço Segurança Social Direta;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em nove de junho de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Amadora 3;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em quinze de junho de dois mil e dezasseis e válida até quinze de junho de dois e dezassete;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais de gerência Henrique Manuel Fernandes Leite e João Gonçalo de Oliveira Faria, todos datados de vinte e três de maio de dois mil e dezasseis, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça;
e) Procurações.

Feitos dois exemplares, primeiro e segundo outorgantes aceitam esta adenda nos precisos termos dela constantes e pelos quais vai ser assinada.

Paços do Município de Mafra, ___de _____ de 2016.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

_____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL	500347506		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (1,83 por cada página de contrato)		
420104			
	TOTAL		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Gabinete de Auditoria Interna

PARECER

DESPACHO

Concordo com a presente informação.

PROPONHO, atenta a Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, que a Câmara Municipal delibere aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2015.

MAIS PROPONHO que, nos termos da mesma Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, o referido Relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças.

13/07/16

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10251

ASSUNTO: Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório Anual de Execução 2015

No âmbito da sua atividade, o Conselho de Prevenção da Corrupção, aprovou uma Recomendação, em 1 de julho de 2009, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de julho de 2009, sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, nos termos da qual os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas, contendo, nomeadamente, os seguintes elementos:

anexo XIII

a) A identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;
b) Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência;
c) A definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;
d) A elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Atenta a mencionada Recomendação, foi atribuída a uma Equipa Multidisciplinar interna, desde o ano de 2010, a responsabilidade pela elaboração do relatório de avaliação anual, traduzindo a avaliação interna da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a última Equipa sido designada, por despacho exarado em 29 de outubro de 2015 (cfr. Despacho n.º 32/2015 – PCM).

A Equipa Multidisciplinar interna procedeu, assim, à avaliação interna da execução do referido Plano, no ano transato, plasmando-a no Relatório anexo à presente Proposta, incluindo, no Capítulo VI, uma referência à gestão de conflitos de interesses, atendendo à publicação, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 219, de 13 de novembro de 2012, da Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro de 2012, também do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Salienta-se, nesta oportunidade, que a Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, estabelece, ainda, que os relatórios de execução "devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo", o que importa acautelar.

Face ao exposto, propomos, salvo melhor entendimento, atenta a Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de julho de 2009, que a Câmara Municipal delibere aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Gabinete de Auditoria Interna

Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2015.

Mais propomos que, nos termos da mesma Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, o referido Relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças.

Mafra, 13 de julho de 2016

A Equipa Multidisciplinar,

(Cláudia Cardoso) (Diogo Casaleiro) (Milene Vieira)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Relatório Anual de Execução

2015

Julho 2016

Elaborado por:

Cláudia Cardoso

Diogo Casaleiro

Milene Vieira

Índice

I. DA INTRODUÇÃO 2

II. DA METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO 5

III. DA VERIFICAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 6

APRECIAÇÃO GERAL 8

IV. DA ANÁLISE SWOT: FORÇAS (STRENGTHS), FRAQUEZAS (WEAKNESSES), OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) E AMEAÇAS (THREATS) 9

V. PREVENÇÃO DE RISCOS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA 10

VI. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES 11

VII. SIGLAS 13

VIII. ANEXOS 13

I. DA INTRODUÇÃO

No âmbito da sua atividade, o Conselho de Prevenção da Corrupção[1], doravante abreviado por CPC, aprovou uma Recomendação, em 1 de julho de 2009, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de julho de 2009, sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, nos termos da qual os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas, contendo, nomeadamente, os seguintes elementos:

- A identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;

- Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência;

- A definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;

- A elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

A Câmara Municipal de Mafra apresentou, em cumprimento da *supra* referida Recomendação, o seu Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGICIC), o qual foi aprovado por unanimidade na sua reunião de 21 de janeiro de 2010, dele dando conhecimento à Assembleia Municipal, na sessão de 24 de fevereiro de 2010.

Face à evolução organizacional, e como sugestão de anteriores relatórios, o Plano carecia de revisão para atender às novas atribuições definidas no atual Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra – Estrutura Nuclear, publicado através do Despacho n.º 354/2014, do Município de Mafra, no Diário da República, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, pelo que em 2014 os serviços deram início a esse processo.

Ainda não concluída a revisão do PPRGICIC, já em 2015, evitando a obsolescência que se antevia, face à, entretanto promulgada, Recomendação n.º 3/2015, do Conselho da Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2015, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 132, de 9 de julho de 2015, sobre Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, foi

[1] Criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas e tem por missão o desenvolvimento de uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

aproveitada a oportunidade para efetuar nova revisão, atendendo às recentes diretrizes emanadas naquele diploma, no sentido de:

a) O novo Plano identificar, do modo mais exaustivo possível, os riscos de gestão, incluindo os de corrupção, bem como as correspondentes medidas preventivas;
b) Os riscos serem identificados relativamente às funções, ações e procedimentos realizados por todas as unidades da estrutura orgânica, incluindo pelos gabinetes;
c) O novo Plano prever a designação de responsáveis sectoriais pela sua execução e monitorização, bem como a designação de uma equipa multidisciplinar responsável pela elaboração dos correspondentes relatórios anuais e pela realização de ações, nomeadamente junto dos responsáveis sectoriais, passíveis de contribuir para o envolvimento dos trabalhadores numa cultura de prevenção de riscos;
d) O novo Plano prever a sua publicitação no sítio institucional do Município de Mafra, de modo a consolidar a promoção de uma política de transparência na gestão pública, excetuando as matérias e as vertentes que apresentem uma natureza reservada.

Concluída a revisão, o PPRGICIC foi submetido a aprovação, em reunião de Câmara realizada em 13 de novembro de 2015, e foi dado conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal na reunião daquele órgão de 17 de dezembro de 2015.

O PPRGICIC apresenta agora uma identificação e avaliação de riscos, no âmbito das atividades de cada unidade orgânica, para os quais foram propostas medidas preventivas e identificados os responsáveis pela sua implementação. O novo documento integra também a atribuição de responsabilidades no âmbito das atividades do PPRGICIC bem como identifica as ocasiões em que o documento deverá ser alvo de revisão.

A implementação, execução e avaliação do PPRGICIC competiu, em primeira linha, ao órgão executivo, com a co-responsabilização de todo o pessoal com funções dirigentes, incluindo de todos os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal de Mafra.

A metodologia associada à monitorização do PPRGICIC permaneceu inalterada, sendo a mesma realizada através da ficha de controlo da execução a preencher e validar pelo responsável de cada unidade orgânica durante o ano, submetida posteriormente a supervisão pela equipa multidisciplinar interna, nomeada para o efeito.

Pese embora o PPRGICIC tenha sido aprovado no último trimestre de 2015, o facto não impediu que a monitorização se reportasse ao cômputo do ano, uma vez que as medidas preventivas aprovadas eram já, salvo raras exceções, práticas correntes implementadas pelos serviços.

No período em apreço, é de referir que a equipa multidisciplinar foi alvo de alteração, de acordo com despacho do Sr. Presidente. (Despacho n.º 32/2015 – PCM, 29 de outubro, cf. Anexo I).

Atendendo à publicação, na 2.ª série do *Diário da República*, de 13 de novembro de 2012, da Recomendação n.º 5/2012, do Conselho de Prevenção da Corrupção, o presente relatório inclui uma referência sobre a gestão de conflitos de interesses (cf. Capítulo VI).

Atribuída à equipa multidisciplinar a responsabilidade pela elaboração do relatório de avaliação anual, traduzindo a avaliação interna da execução do Plano, a mesma se concretiza no presente documento.

II. DA METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO

Para a elaboração do presente relatório anual, a equipa multidisciplinar procedeu à análise das fichas de planeamento e controlo de execução do Plano de Gestão de Riscos (Modelo G43), as quais foram elaboradas por cada unidade orgânica e que se encontram disponíveis no Sistema de Gestão documental "edoclink".

Na verificação da implementação das medidas adotadas por cada serviço, assumiu-se que as afirmações reproduzidas nas fichas (devidamente validadas pelo respetivo dirigente) correspondiam, com exatidão, à realidade procedimental do momento. Também neste sentido, e face à ausência de evidências anexas em suporte papel ou eletrónico que suportassem a adoção da medida, partiu-se do pressuposto do seu cumprimento.

Assim, as taxas de concretização que se enumeram no capítulo seguinte foram calculadas em função da comparação entre o número de medidas previstas e de realizadas no ano em causa.

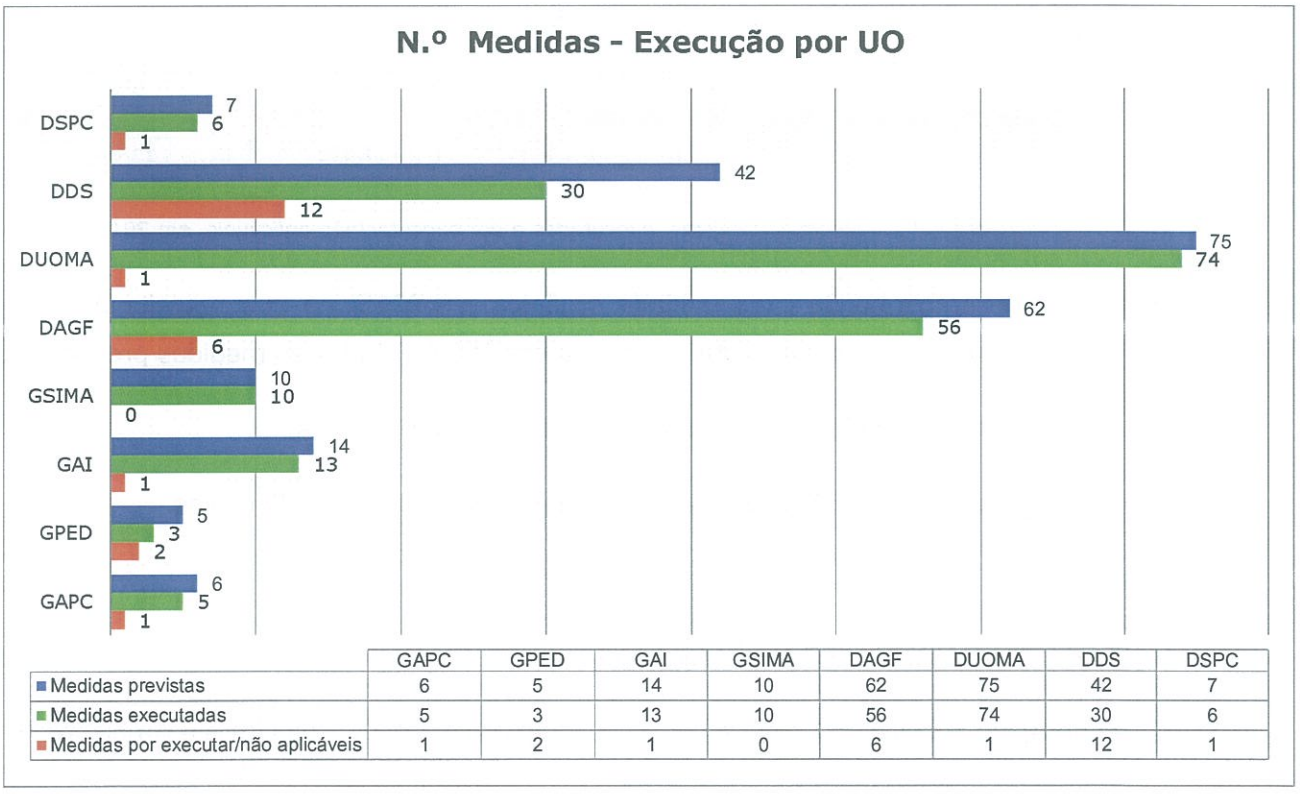
À semelhança da prática nos relatórios anteriores, a equipa multidisciplinar procedeu à elaboração de uma análise SWOT, identificando as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças que se colocam, presentemente, à implementação do Plano.

III. DA VERIFICAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Através do seu Plano, a CMM definiu a implementação de **221 medidas** de prevenção de riscos de gestão, no âmbito das atividades das suas unidades orgânicas (UO). Resultante da monitorização efetuada, verificou-se que foram **implementadas um total de 197** medidas, o que se traduz num **resultado de implementação igual a 89%.**

Tal significa que apenas 24 não foram concretizadas, porque não aplicáveis (ou seja, não se verificaram, no período em apreço, as circunstâncias que justificassem a sua implementação) ou não realizadas (nas quais se integram aquelas que não foram iniciadas em 2015, mas que estão planeadas para 2016, bem como aquelas que foram parcialmente executadas em 2015, mas que não foram concluídas nesse ano).

Por outro lado, a taxa de execução de 89%, alcançada no curto espaço de tempo que mediou a aprovação do novo Plano e a sua execução, espelha que a cultura de prevenção de riscos está enraizada nas práticas das diferentes unidades, pelo que muitas medidas assumiram caráter de continuidade, exigindo uma implementação permanente no âmbito da Norma de Controlo Interno aprovada.



	GAPC	GPED	GAI	GSIMA	DAGF	DUOMA	DDS	DSPC
Medidas previstas	6	5	14	10	62	75	42	7
Medidas executadas	5	3	13	10	56	74	30	6
Medidas por executar/não aplicáveis	1	2	1	0	6	1	12	1

Gráfico n.º 1 – Medidas previstas, executadas e por executar/não aplicáveis, por UO, em 2015.

Por conseguinte, foi também o Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente que implementou o maior número de medidas, nomeadamente 74 (38%).

Unidades Orgânicas	Medidas				
	Previstas	Executadas	Não executadas/ Não aplicáveis/ Não monitorizadas	% Executadas	% Não executadas/ Não aplicáveis/ Não monitorizadas
GAPC	**6**	**5**	**1**	**83%**	**17%**
GPED	**5**	**3**	**2**	**60%**	**40%**
GAI	**14**	**13**	**1**	**93%**	**7%**
GSIMA	**10**	**10**	**0**	**100%**	**0%**
DAGF	**62**	**56**	**6**	**90%**	**10%**
DAGAJ	14	11	3	79%	21%
DGFP	29	28	1	97%	3%
DRH	13	11	2	85%	15%
NAT	6	6	0	100%	0%
DUOMA	**75**	**74**	**1**	**99%**	**1%**
DOM	23	23	0	100%	0%
DPTGU	16	16	0	100%	0%
DAEUR	24	23	1	96%	4%
NAT	12	12	0	100%	0%
DDS	**42**	**30**	**12**	**71%**	**29%**
DTCD	24	15	9	63%	38%
DASAI	7	7	0	100%	0%
DEJ	8	5	3	63%	38%
NAT	3	3	0	100%	0%
DSPC	**7**	**6**	**1**	**86%**	**14%**
TOTAL	**221**	**197**	**24**	**89%**	**11%**

Quadro n.º 1 – Medidas previstas, executadas e por executar/não aplicáveis, em 2015.

Analisando o desempenho de cada unidade orgânica em 2015, no que respeita à execução do PPRGICIC, os serviços que implementaram na íntegra (100%) todas as medidas previstas foram:

- Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa,

- Núcleo de Apoio Técnico do Departamento de Administração Geral e Finanças,

- Divisão de Obras e Manutenção,

- Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística,

- Núcleo de Apoio Técnico do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente,

- Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional,

- e Núcleo de Apoio Técnico do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico.

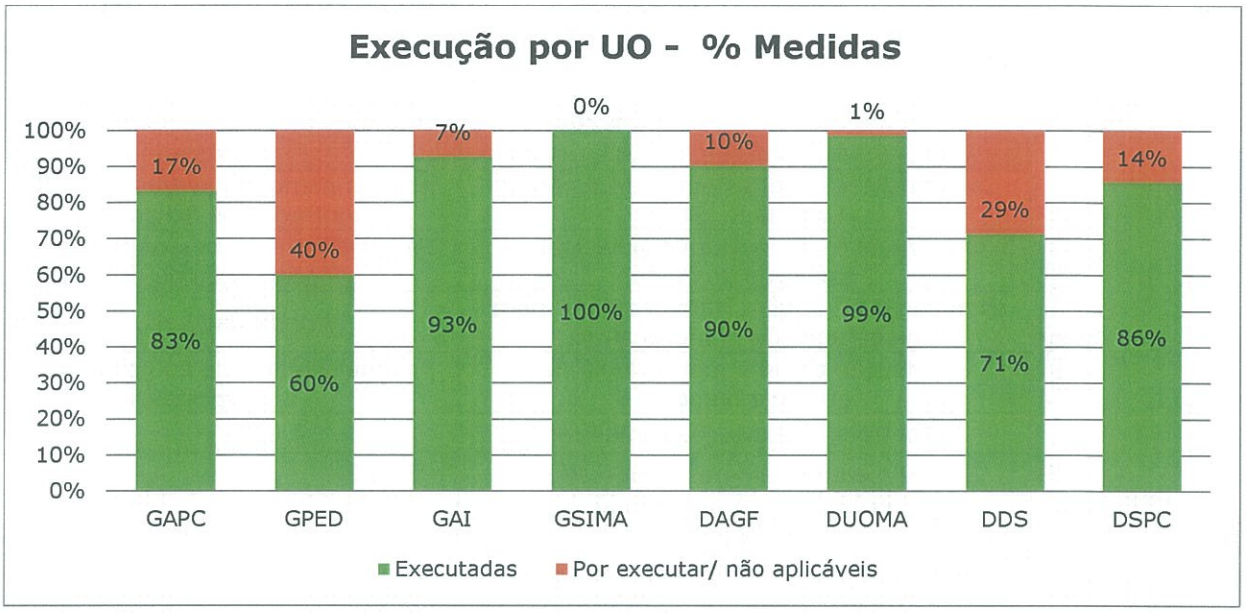


Gráfico n.º 2 – % Medidas executadas e por executar/não aplicáveis, por UO, em 2015.

APRECIAÇÃO GERAL

Da verificação da implementação do Plano para mitigação de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, conclui-se que, em 2015, foram executadas **197 medidas** das 221 previstas, as quais correspondem a uma **taxa de concretização do plano de 89%**, resultado que se considera muito positivo face ao extraordinário esforço empreendido pelos serviços no desenvolvimento dos trabalhos em tão curto espaço de tempo, em consequência da necessidade de nova revisão e implementação do plano, decorrente da Recomendação n.º 3/2015, do Conselho da Prevenção da Corrupção.

Ainda que o conteúdo e estrutura do PPRGICIC tenha sofrido alterações profundas relativamente à versão inicial, poder-se-á considerar que o resultado atingido foi positivo comparativamente ao ano transato, dado que, ao nível da implementação de medidas, o resultado foi superior (75% das medidas implementadas em 2014).

IV. DA ANÁLISE SWOT: FORÇAS (STRENGTHS), FRAQUEZAS (WEAKNESSES), OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) E AMEAÇAS (THREATS)

Na Concretização do Plano			
Origem do Fator	Interno (Organização)	**Forças**	**Fraquezas**
		Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)	Incumprimento de prazos estabelecidos para entrega das fichas trimestrais
		Envolvimento do Executivo Municipal na execução do Plano	Falta de formação específica, no âmbito da prevenção da corrupção
		Nomeação de Equipa Multidisciplinar para elaboração de relatório anual	Periodicidade anual do Plano
		Definição de uma metodologia de acompanhamento	Inexistência de equipa de auditoria especializada
		Controlo de execução trimestral	
		Envolvimento direto dos colaboradores	
		Portal institucional na internet com atualização dos conteúdos	
		Orientação para a satisfação do Munícipe	
	Externo (Ambiente)	**Oportunidades**	**Ameaças**
		Credibilidade e imagem da Autarquia	Análise externa
		Transparência das atividades exercidas	Atual conjuntura socioeconómica nacional e redução de receitas municipais
		Certificação do SGQ	Legitimidade atribuída às queixas anónimas dirigidas ao Provedor de Justiça
		Carta Ética da Administração Pública	Código Penal e fins das penas (função repressiva)
		Código Penal e fins das penas (função preventiva geral e especial)	
		Recomendação n.º 1/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 7 de janeiro de 2015, sobre prevenção de riscos de corrupção na contratação pública	
		Resposta ao Questionário, de 20 de janeiro de 2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção "Prevenir a Corrupção no Sector Público – Uma Experiência de 5 anos"	
		Recomendação n.º 3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2015, sobre Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	
		Candidaturas a fundos comunitários	

V. PREVENÇÃO DE RISCOS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Também no ano de 2015, o Conselho de Prevenção da Corrupção emanou a Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro de 2015, sobre prevenção de riscos de corrupção na contratação pública, dirigida a todas as entidades que celebrem contratos públicos, nos seguintes termos:

"1 — Reforçar a atuação na identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, quanto à sua formação e execução, devendo, em especial, fundamentar-se sempre a escolha do adjudicatário;

2 — Incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada para a elaboração e aplicação das peças procedimentais respetivas, em especial, do convite a contratar, do programa do concurso e do caderno de encargos;

3 — Garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da publicidade em plataformas eletrónicas, nos termos legais;

4 — Assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesses na contratação pública;

5 — Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente;

6 — Solicitar aos órgãos de fiscalização, controlo e inspeção do Setor Público nas suas ações, especial atenção à matéria objeto desta Recomendação."

Pela observação das medidas preventivas definidas no PPRGICIC, pode verificar-se que os serviços da Autarquia, em especial a Área da Contratação Pública e Aprovisionamento, já integram na sua gestão práticas que vão ao encontro da referida Recomendação, decorrentes também da implementação da Norma de Controlo Interno.

VI. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Em 13 de novembro de 2012, foi publicada, na 2.ª série do *Diário da República*, a Recomendação n.º 5/2012, do Conselho de Prevenção da Corrupção, que preconiza a inclusão, nos relatórios sobre a execução dos planos de prevenção de riscos, de *uma referência sobre a gestão de conflitos de interesses*.

Nos termos desta Recomendação, *as entidades de natureza pública, ainda que constituídas ou regidas pelo direito privado, devem dispor de mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflitos de interesses, devidamente publicitados, que incluam também o período que sucede ao exercício de funções públicas, com indicação das consequências legais*.

Para facilitar o cumprimento da Recomendação, o Conselho de Prevenção da Corrupção aprovou, ainda, em anexo, o texto de referência intitulado *Conflitos de Interesses no Sector Público*, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido para o presente Relatório, para todos os efeitos legais, sem prejuízo de se realçarem, nesta oportunidade e atenta a relevância da questão dos conflitos de interesses no sector público, a par da problemática da corrupção, as seguintes notas:

a) Conceito de conflitos de interesses:

O conflito de interesses no sector público pode ser definido como qualquer situação em que um agente público, por força do exercício das suas funções, ou por causa delas, tenha de tomar decisões ou tenha contacto com procedimentos administrativos de qualquer natureza, que possam afetar, ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas, ou que possam suscitar a mera dúvida sobre a isenção e o rigor que são devidos ao exercício de funções públicas.

Podem igualmente ser geradoras de conflito de interesses situações que envolvam trabalhadores que deixaram o cargo público para assumirem funções privadas, como trabalhadores, consultores ou outras, porque participaram, direta ou indiretamente, em decisões que envolveram a entidade privada na qual ingressaram, ou tiveram acesso a informação privilegiada com interesse para essa entidade privada ou, também, porque podem ainda ter influência na entidade pública onde exerceram funções, através de ex-colaboradores.

b) Quadro legal:

Constituição da República Portuguesa, relativamente à responsabilidade, aos estatutos e ao regime dos funcionários da Administração Pública;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na redação vigente, dada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro);

Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração central, regional e local do Estado (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação vigente, dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto);

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente, dada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto;

Carta Ética da Administração Pública — Dez princípios éticos da Administração Pública, assumindo aqui particular relevância os princípios do serviço público, da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da lealdade e da integridade, e demais legislação aplicável.

c) A prevenção de conflitos de interesses — Linhas orientadoras de gestão:

Tendo em conta a importância e atualidade da matéria dos conflitos de interesses no Sector Público, incluindo o período que sucede ao exercício de funções públicas, o Conselho de Prevenção da Corrupção considera fundamental reforçar o sentido e o alcance de medidas tendentes a uma cultura administrativa de rigor e transparência neste domínio.

Neste sentido, o Conselho de Prevenção da Corrupção recomenda que os gestores e órgãos de direção de todas as entidades do Sector Público, incluindo os que a qualquer título ou sob qualquer forma tenham de gerir dinheiros, valores ou património públicos, criem e apliquem nas suas organizações medidas que previnam a ocorrência de conflitos de interesses.

Atentas as medidas elencadas a título exemplificativo, salienta-se, em especial, atenta a realidade do Município de Mafra, as potenciais situações de conflitos de interesses subjacentes às áreas de intervenção com riscos de corrupção já identificadas no Plano e consideradas na elaboração do presente Relatório e, ainda, a adoção e subscrição, por trabalhadores deste Município, da declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa (Modelo G 57).

Deste modo, acautela-se preventivamente a existência de conflitos de interesse relativamente a cada procedimento que seja confiado ao trabalhador no âmbito das suas funções e no qual, de algum modo, tenha influência.

VII. SIGLAS

CMM – Câmara Municipal de Mafra
CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção
DAEUR - Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais
DAGAJ - Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos
DAGF - Departamento de Administração Geral e Finanças
DASAI - Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional
DDS - Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
DEJ - Divisão de Educação e Juventude
DGFP - Divisão de Gestão Financeira e Património
DOM - Divisão de Obras e Manutenção
DPTGU - Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística
DRH - Divisão de Recursos Humanos
DSPC - Divisão de Segurança e Proteção Civil
DTCD - Divisão de Turismo, Cultura e Desporto
DUOMA - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
EM – Equipa multidisciplinar
GAI - Gabinete de Auditoria Interna
GAPC - Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação
GPED - Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento
GSIMA - Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa
PPRGICIC - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas
NAT - Núcleo de Apoio Técnico
UO – Unidade Orgânica

VIII. ANEXOS

Anexo I: Despacho n.º 32/2015 - PCM, de 29 de outubro de 2015;

Anexo II: Mapa de Monitorização 2015 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

19/07/2016

X

Cláudia Cardoso
Equipa Multidisciplinar
Assinado por: CLÁUDIA SOFIA FILIPE CARDOSO

19/07/2016

X

Diogo Casaleiro
Equipa Multidisciplinar
Assinado por: RUI DIOGO PACHECO CASALEIRO

19/07/2016

X

Milene Vieira
Equipa Multidisciplinar
Assinado por: MILENE ALEXANDRA MOURATO LEITÃO VIEIRA

ANEXO I:

DESPACHO N.º 32/2015-PCM

Considerando que:

1. No âmbito da sua actividade, o Conselho de Prevenção da Corrupção, aprovou uma Recomendação, em **1** de Julho de 2009, publicada na *2.ª Série* do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, nos termos da qual os planos de gestão de riscos e infracções conexas devem prever alguns elementos, nomeadamente, a elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano;
2. A Recomendação n.º 3/2015, de **1** de Julho de 2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada na *2.ª Série* do *Diário da República*, n.º 132, de 9 de Julho de 2015, preconiza, por sua vez, a designação, no plano, de *responsáveis*, designadamente pela elaboração dos correspondentes relatórios anuais;
3. Atenta aquela Recomendação, de 1 de Julho de 2009, foi atribuída a uma Equipa Multidisciplinar interna, desde o ano de 2010, a responsabilidade pela elaboração dos relatórios de avaliação anual, traduzindo a avaliação interna da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas do Município de Mafra;
4. Importa desenvolver a rotatividade periódica da composição da referida Equipa, substituindo o elemento com formação jurídica integrado na mesma Equipa desde o ano de 2011 (cfr. Despacho n.º 15/2011 – PCM, de 28 de Fevereiro de 2011), por outro elemento com a mesma formação,

Atentos os fundamentos *supra* expendidos, **DESIGNO**, para constituir a **Equipa Multidisciplinar interna**, responsável pela elaboração do relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, do Município de Mafra, pelo acompanhamento da execução das medidas previstas no mencionado Plano e pela realização de acções passíveis de contribuir para o envolvimento dos

trabalhadores numa cultura de prevenção de riscos, **os seguintes elementos:**

- **Milene Alexandra Mourato Leitão Vieira,** Licenciada em Direito e Chefe da Divisão de Recursos Humanos;

- **Cláudia Sofia Filipe Cardoso,** Licenciada em Gestão de Empresas e Técnica Superior com funções de coordenação no Gabinete de Auditoria Interna;

- **Rui Diogo Pacheco Casaleiro,** Licenciado em Engenharia do Território e Técnico Superior com funções de coordenação no Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento.

Paços do Município de Mafra, em 29 de Outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

ANEXO II:

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação (GAPC)				
Área de Comunicação				
Promover a imagem pública dos serviços municipais e do concelho de Mafra.	Falta de planeamento da atividade, que conduza a uma deficiente avaliação das necessidades de aquisição de serviços.	1	Elaborar anualmente ficha de planeamento e controlo de execução da atividade da área da Comunicação.	R
Assegurar a atualização permanente da página eletrónica da Câmara Municipal, introduzindo ainda novas funcionalidades que beneficiem a acessibilidade dos utilizadores aos serviços prestados pelo município.	Desatualização de conteúdos disponíveis na página eletrónica da Câmara Municipal.	2	Assegurar o cumprimento dos procedimentos de controlo definidos na respetiva Instrução de Trabalho.	R
Coordenar a elaboração, publicação e distribuição de suportes de comunicação de variada tipologia sobre as atividades periódicas do município, em cooperação com os restantes serviços municipais, de modo a motivar a participação dos cidadãos.	Colocação de exigências inusuais e/ ou demasiado específicas que conduzam para determinado prestador de serviço.	3	Garantir a identificação clara, completa e não discriminatória das características técnicas dos suportes de comunicação a produzir.	R
Promover a publicação, nos órgãos de comunicação social de âmbito local e regional, de todos os atos municipais dotados de eficácia externa.	Discricionariedade na seleção dos órgãos de comunicação social.	4	Promover mais do que uma consulta e elaborar informação, fundamentada com critérios de seleção, para submissão à aprovação superior.	R
Organizar as deslocações oficiais dos eleitos municipais e a receção e estada de convidados oficiais do município.	Falta de encaminhamento ou encaminhamento indevido da correspondência recebida diretamente no GAPC.	5	Promover o registo no sistema de gestão documental para arquivo da correspondência nos serviços municipais respetivos.	N/A
Gerir a rede de estruturas publicitárias de grandes dimensões colocadas em vários locais de visibilidade do concelho de Mafra.	Falta de planeamento da atividade, que conduza a uma deficiente avaliação das necessidades de aquisição de serviços.	6	Elaborar anualmente ficha de planeamento e controlo de execução da atividade de gestão da rede de *outdoors* e *mupis*.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento (GPED)				
Apoiar o Executivo Municipal na conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento da atratividade do concelho, nomeadamente através da identificação e integração de recursos disponíveis numa lógica de produção de valor económico e social.	Condução de estratégias que possam ter efeitos unicamente favorecedores sobre os intervenientes.	1	Efetuar pedido de escusa na identificação ou participação em projetos que possam constituir favorecimento pessoal exclusivo.	N/A
Desenvolver parcerias com outras entidades no sentido de mobilização de agentes para a captação de investimento.	Situações de conluio entre os intervenientes.	2	Elaborar ata prévia à realização da parceria nas situações de ausência de registos escritos.	N/A
Desenvolver iniciativas de promoção do empreendedorismo e criação de emprego.	Discricionariedade na seleção de beneficiários e tipos de iniciativas.	1	Efetuar pedido de escusa na promoção ou participação em projetos que possam constituir favorecimento pessoal exclusivo.	N/A
Promover a aplicação de metodologias de envolvimento do cidadão, empresas e trabalhadores do Município no desenvolvimento e avaliação de políticas, programas e ações municipais.	Discricionariedade na seleção de beneficiários e tipos de iniciativas.	1	Efetuar pedido de escusa na promoção ou participação em projetos que possam constituir favorecimento pessoal exclusivo.	N/A
Promover e desenvolver o relacionamento e cooperação internacionais com entidades públicas ou privadas, de acordo com as orientações estratégicas definidas pelo executivo.	Situações de conluio entre os intervenientes.	2	Elaborar ata prévia à realização da parceria nas situações de ausência de registos escritos.	N/A
Promover a informação detalhada sobre todos os programas e mecanismos de financiamento público, nacionais e comunitários, suscetíveis de serem acionados com vista ao financiamento de projetos de interesse municipal.	Omissão de oportunidades de financiamento.	3	Elaborar mapa com o calendário global de anúncios publicados e de anúncios divulgados superiormente.	R
Assegurar, em articulação com os serviços responsáveis pela execução dos projetos, o controlo de execução e a gestão financeira dos projetos com candidaturas aprovadas, bem como os respetivos procedimentos administrativos e de prestação de contas.	Controlo deficiente das operações de financiamento.	4	Elaborar mapas regulares do ponto de situação de candidaturas a financiamentos.	R
Coordenar e canalizar para as entidades competentes todos os processos de candidatura a programas ou medidas comunitárias, depois de aprovados pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara.	Incumprimento ou cumprimento deficiente das orientações/ diretrizes superiores para efeitos de candidatura.	5	Registar todo o processo de candidatura a financiamentos no sistema de gestão documental.	R
Manter informação atualizada sobre o estádio dos diferentes projetos com financiamento.	Controlo deficiente das operações de financiamento.	4	Elaborar mapas regulares do ponto de situação de candidaturas a financiamentos.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)				
Auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)	Inexistência, ou pouca abrangência, do Programa Anual de Auditorias ao SGQ.	1	Realizar auditorias totais aos processos do SGQ (de negócio, de gestão e de suporte);	R
		2	Submeter a aprovação o Programa Anual ao Representante da Gestão.	R
	Ausência de reporte, ou reporte deficiente, de Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria.	3	Selecionar equipas auditoras compostas, no mínimo, por dois elementos, pertencentes à bolsa de auditores internos do SGQ.	R
	Indisponibilidade dos gestores dos processos auditados.	4	Enviar informação atempadamente aos serviços e gestores de processo sobre o dia, hora e equipa nomeada para auditoria;	R
		5	Divulgar previamente o Plano de Auditoria para avaliação e análise.	R
	Tratamento diferenciado de situações idênticas.	6	Verificar a existência de formação específica dos elementos pertencentes à bolsa de auditores internos;	R
		7	Promover o acompanhamento de todos os trabalhos pelo Auditor coordenador;	R
		8	Realizar reunião de preparação da auditoria.	R
Auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)	Falta de conhecimento da real situação a auditar, por parte dos elementos da bolsa de auditores internos.	6	Verificar a existência de formação específica dos elementos pertencentes à bolsa de auditores internos;	R
		9	Convocar atempadamente os auditores internos, informando os dias de auditoria;	R
		8	Realizar reunião de preparação da auditoria.	R
	Imparcialidade e incompatibilidade dos auditores da bolsa interna relativamente aos processos auditados.	10	Promover a rotatividade dos auditores e verificar a existência de incompatibilidades decorrentes das funções desempenhadas.	R
Gestão do SGQ	Não cumprimento de requisito(s) da Norma 9001 / perda da certificação do sistema de gestão.	11	Divulgar a documentação/ informação do SGQ;	R
		1	Realizar auditorias totais aos processos do SGQ (de negócio, de gestão e de suporte);	R
		12	Elaborar plano anual de acompanhamento das atividades dos processos.	R
	Desconhecimento dos requisitos do SGQ implementado, por parte dos intervenientes.	13	Disponibilizar toda a informação/ documentação de suporte e monitorização do sistema na partilha informática da Qualidade;	R
		14	Afixar em todos os edifícios a "Política da Qualidade, Missão, Visão, Valores".	N/A

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa (GSIMA)				
Gestão da infraestrutura técnica e de sistemas.	Inviabilidade no acesso à administração dos sistemas.	1	Definir regras de salvaguarda dos acessos da administração dos sistemas.	R
	Quebras do Data Center.	2	Salvaguardar a manutenção preventiva periódica no contrato de fornecimento.	R
	Alteração nas condições ambientais da sala do Data Center.	3	Elaborar plano anual e registo diário de verificação das condições existentes.	R
	Ausência de resposta às necessidades dos utilizadores.	4	Disponibilizar um suporte dedicado ao registo dos pedidos - *Helpdesk* .	R
	Sistemas de Informação obsoletos.	5	Apresentar propostas para novas soluções para Sistema(s) de Informação.	R
Gestão do parque informático e equipamentos.	Apropriação indevida de equipamentos.	6	Controlar, de forma evolutiva, a mobilidade de equipamentos.	R
	Abate indevido de bens.	7	Fundamentar a proposta de abate de bens através da emissão de parecer técnico.	R
	Existência de equipamento sem registo patrimonial.	8	Solicitar a identificação do equipamento à área de Património.	R
	Ausência de reporte das necessidades em matéria de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).	9	Solicitar anualmente aos serviços a identificação das suas necessidades de TIC.	R
Gestão dos projetos de desenvolvimento, inovação e sistemas informáticos.	Dificuldade na compreensão dos requisitos identificados pelo cliente no âmbito dos projetos.	10	Salvaguardar em SGD a informação de suporte fornecida pelas partes envolvidas.	R

Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF)				
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos (DAGAJ)				
Prestar assessoria e consultadoria jurídica aos órgãos autárquicos e serviços municipais, nomeadamente através da elaboração de informações, pareceres técnico-jurídicos e estudos jurídicos, bem como acompanhar processos graciosos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar.	Análise, informação e propostas de decisão diferentes em processos da mesma natureza.	1	Prestar pareceres e informações com responsabilidade, autonomia técnica e enquadramento superior qualificado, validadas pelos superiores hierárquicos;	R
		2	Acompanhar ou instruir os procedimentos, preferencialmente por trabalhadores com formação na área jurídica, nomeadamente nos processos de inquérito e disciplinares.	R
Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico jurídico dos atos administrativos municipais.	Deficiências em procedimentos administrativos prévios à decisão administrativa.	3	Elaborar propostas de orientação jurídica com critérios de análise uniformes e fundamentados, para o desempenho regular e adequado dos serviços.	R
Dinamizar o conhecimento oportuno, pelos membros do executivo municipal e dirigentes municipais, de legislação essencial à gestão municipal ou com impacto relevante nos procedimentos internos instituídos pelos serviços, bem como divulgar jurisprudência de interesse para o Município.	Desconhecimento da publicação de diplomas legais e jurisprudência de interesse para as autarquias, com especial realce para as alterações e revogações de diplomas legais essenciais à gestão municipal ou com impacto relevante nos procedimentos internos instituídos pelos serviços.	4	Divulgar os diplomas legais, por correio eletrónico, ao executivo municipal, aos dirigentes e aos coordenadores, bem como, através do SGD, aos dirigentes e coordenadores;	R
		5	Divulgar, por correio eletrónico, a jurisprudência;	R
		6	Atualizar as pastas partilhadas com os diplomas legais e jurisprudência;	R
		7	Realizar sessões de esclarecimento sobre normas legais e regulamentares essenciais à gestão municipal.	R
Área de Apoio aos Orgãos Autárquicos				
Proceder ao registo de cidadãos comunitários, de acordo com a lei.	Deficiências em procedimentos administrativos prévios ou concomitantes de registo de cidadãos comunitários.	8	Solicitar apoio ao SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras) e cumprir os procedimentos indicados.	R
Superintender e assegurar o serviço de reprografia, nomeadamente, na execução, reprodução e encadernação de documentos e outras tarefas relacionadas, conforme determinações superiores, bem como zelar pela boa manutenção de todo o seu equipamento.	Fornecimento de elementos documentais sem controlo, nem registo.	9	Registar todos os pedidos formulados e conferir os serviços prestados.	R
Assegurar a elaboração, organização e atualização dos dossiers administrativos de todas as Empresas Municipais, Participadas e outras.	Ausência de documentação.	10	Numerar e rubricar todas as folhas insertas em todos os dossiers administrativos.	NR
Área de Atendimento Geral				
Receber, dos munícipes, os requerimentos e respetivos documentos, atinentes a todos os serviços municipais, nomeadamente no âmbito dos processos do urbanismo, bem como receber e entregar pedidos de atestados, certidões, licenças e autorizações dos serviços respetivos.	Favorecimento ou discriminação no atendimento presencial.	11	Cumprir, pelos trabalhadores do atendimento, as regras do atendimento sequencial e, quando aplicável, do atendimento prioritário;	R
		12	Analisar e avaliar eventuais reclamações.	N/A
Executar as tarefas inerentes à classificação, distribuição, digitalização e expedição de correspondência e outros documentos, dentro dos prazos respetivos.	Falta de reserva.	13	Sensibilizar os trabalhadores para o cumprimento dos deveres profissionais e para as consequências da violação do segredo profissional.	NR

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Área de Contencioso e Contraordenações				
Organizar, instruir e tramitar os processos de contraordenação e assegurar os atos processuais correspondentes, bem como assegurar o apoio ao Ministério Público.	Falta de controlo dos prazos de instrução de processos de contraordenação.	14	Controlar trimestralmente a instrução dos processos de contraordenação de acordo com os prazos internos estabelecidos para cada fase processual, em função dos prazos de prescrição aplicáveis.	R
Divisão de Gestão Financeira e Património (DGFP)				
Área da Contabilidade				
Assegurar a arrecadação de receitas.	Não arrecadação atempada de receitas.	1	Sensibilizar os serviços municipais para a necessidade da arrecadação das receitas municipais em tempo útil;	R
		2	Analisar periodicamente as contas correntes através de relatórios extraídos da aplicação informática de Contabilidade.	R
Proceder diariamente à receção e conferência dos documentos de receita.	Acumulação de valores nas contas bancárias do Município por contabilizar e verificada, nomeadamente, através de reconciliação bancária.	3	Sensibilizar os serviços municipais para a prestação atempada de contas.	R
Registar e controlar o processamento de despesa a nível de cabimentação, compromisso, liquidação e pagamento.	Registo de faturas sem compromisso ou com compromisso insuficiente.	4	Efetuar validação na aplicação informática de Contabilidade, aquando do registo das faturas.	R
	Pagamentos sem documento comprovativo da inexistência de dívidas à Fazenda Nacional e à Segurança Social, quando aplicável.	5	Solicitar às entidades os documentos comprovativos da inexistência de dívidas ao Estado, ou das respetivas senhas para consulta.	R
	Emissão de ordens de pagamento de despesas não autorizadas.	6	Sensibilizar os serviços municipais para a instrução dos procedimentos administrativos que importem o pagamento de despesas do necessário despacho de autorização prévia.	R
	Ocorrência de pagamentos em atraso.	7	Controlar periodicamente os tempos de pagamentos através de relatórios extraídos da aplicação informática de Contabilidade.	R
	Existência de valores debitados em contas bancárias do Município sem documento de despesa correspondente, verificada, nomeadamente, através de reconciliação bancária.	8	Sensibilizar os serviços municipais para a necessidade da emissão atempada dos documentos de despesa.	R
Área dos Licenciamentos diversos				
Conferência de receitas arrecadadas pelos serviços municipais provenientes, nomeadamente, dos mercados municipais e dos autos de notícia por contraordenação lavrados pelo Serviço de Polícia Municipal.	Falta de entrega das receitas.	9	Efetuar a conferência das receitas arrecadadas, nomeadamente através da análise dos recibos emitidos pelos trabalhadores afetos aos mercados municipais e, no que concerne às receitas arrecadadas pelo Serviço de Polícia Municipal provenientes dos autos de notícia por contraordenação, da análise dos autos de notícia por contraordenação.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Arrecadação de rendas mensais provenientes, nomeadamente, das habitações sociais e dos espaços concessionados da propriedade do Município.	Não arrecadação das rendas mensais agravadas no caso de mora.	10	Monitorizar mensalmente as rendas a arrecadar através de relatórios extraídos das aplicações informáticas de gestão de rendas e da Contabilidade e aplicar o agravamento nas situações verificadas de mora.	R
Tramitar os processos administrativos de licenciamento de atividades económicas que estejam cometidos à Câmara Municipal e emitir as respetivas licenças, bem como emitir outras licenças, nomeadamente, licenças de publicidade e de ocupação de via pública e licenças especiais de ruído.	Não emissão atempada das licenças requeridas, podendo originar a apresentação de reclamações e a desistência dos interessados.	11	Monitorizar mensalmente os prazos através de modelos;	R
		12	Sensibilizar os serviços municipais para o cumprimento de procedimentos prévios à emissão das licenças requeridas, solicitando, nomeadamente, a realização de ações de fiscalização e a emissão de pareceres técnicos em tempo útil.	R
Área da Tesouraria				
Proceder à cobrança e arrecadação de receitas e juros aplicáveis, efetuar o pagamento de despesas autorizadas.	Inexatidão e falta de integridade dos registos contabilísticos. Desvio de dinheiros públicos.	13	Realizar ações de controlo (Balanços à tesouraria) sem aviso prévio.	R
Proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores em caixa e instituições bancárias, bem como zelar pela segurança de todos os valores e documentos em cofre.	Desvio de valores e documentos.	14	Afetar exclusivamente trabalhadores com funções de tesouraria.	R
Área da Metrologia				
Cobrar e entregar as taxas devidas pelo controlo metrológico.	Falta de entrega das receitas arrecadadas.	15	Conferir as taxas arrecadadas através da análise dos recibos emitidos aos munícipes e dos dados inseridos em mapa, bem como na aplicação informática de Contabilidade.	R
Área da Contratação Pública e Aprovisionamento				
Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando-se por pressupostos de economia e eficácia, bem como proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias.	Planeamento deficiente das ações a desenvolver e na intenção de contratar em geral.	16	Devolver os processos ao serviço de origem para suprimir as lacunas detetadas, de acordo com instruções objetivas, passíveis de ser aplicadas a procedimentos futuros.	R
	Inexistência ou insuficiência de dotação orçamental.	17	Sensibilizar os serviços requisitantes para a necessidade de garantir a existência de verba ou de verba suficiente no Orçamento.	R
	Falta de competência para autorização da despesa.	18	Divulgar, por *e-mail,* EDOC e/ ou em pasta partilhada, Fichas Informativas atualizadas sobre os procedimentos da contratação pública, incluindo a identificação dos órgãos competentes para autorizar as despesas.	NR

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando-se por pressupostos de economia e eficácia, bem como proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias.	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto e da consulta a uma única entidade.	19	Fomentar a justificação da escolha do tipo de procedimento, da consulta a mais do que um concorrente e da fundamentação da escolha do adjudicatário, quando observado o recurso ao ajuste direto.	R
	Participação dos mesmos intervenientes nos procedimentos.	20	Sensibilizar para a necessidade da rotatividade dos intervenientes nos procedimentos, nomeadamente dos membros do júri.	R
	Elaboração deficiente das peças procedimentais, em especial, do convite a contratar, do programa do concurso e do caderno de encargos.	21	Incentivar os serviços requisitantes para a formação adequada de recursos humanos nas matérias da contratação pública, incluindo a elaboração de peças procedimentais.	R
	Falta de publicidade dos procedimentos.	22	Incentivar a publicidade de todos os procedimentos em plataforma eletrónica de contratação pública.	R
Área do Economato				
Proceder à receção e conferência dos bens entregues no economato ao nível da quantidade e qualidade, bem como proceder à entrega de bens, após apresentação da respetiva requisição interna, devidamente autorizada.	Controlo deficiente na receção e no fornecimento de bens.	23	Sensibilizar os serviços para o cumprimento da NCI, neste âmbito.	R
	Apropriação indevida de bens.	24	Executar os inventários por trabalhadores que não estejam afetos à gestão de *stocks*.	R
Manter sempre atualizado o registo dos bens existentes no economato.	Armazenamento de bens sem registo contabilístico.	25	Proceder à gestão informatizada de *stocks*.	R
Área do Património				
Proceder à identificação, codificação, classificação, registo, movimentação, inventário permanente e controlo de todos os bens patrimoniais do município e colaborar na elaboração de normas no âmbito da gestão e controlo patrimonial,	Possibilidade de apropriação de bens abatidos por parte de terceiros.	26	Sensibilizar os serviços municipais do procedimento aplicável nas situações de abate de bens;	R
		27	Propor o depósito dos bens abatidos em espaço físico seguro.	R
Gestão da carteira de Seguros do Município, promovendo a efetiva cobertura e a cobertura adequada dos riscos.	Assunção, pelo Município, de riscos cobertos por contratos de seguro já firmados.	28	Sensibilizar os serviços municipais para os riscos cobertos pela carteira de Seguros do Município.	R
Proceder à reconciliação contabilística Património/ Contabilidade das contas patrimoniais.	Falta de integridade dos registos contabilísticos dos bens municipais.	29	Conferir periodicamente os registos das contas patrimoniais.	R
Divisão de Recursos Humanos (DRH)				
Proceder ao atendimento interno e externo no âmbito das competências atribuídas à unidade orgânica.	Prestação de informação inadequada.	1	Proceder ao acompanhamento mensal pelas dirigentes, nomeadamente através de relatórios, e ao reporte das matérias questionadas.	NR
Área da Gestão dos Recursos Humanos				
Efetuar o processamento e conferência de vencimentos e abonos, de acordo com a legislação em vigor.	Processamento irregular das remunerações e outros abonos.	2	Proceder à conferência da informação intermédia e final;	R
		3	Promover a rotatividade dos intervenientes no processo.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Organizar e atualizar os processos individuais dos trabalhadores, bem como o respetivo ficheiro.	Acesso indevido às informações e quebra de sigilo.	4	Salvaguardar medidas de segurança nos arquivos dos processos individuais;	R
		5	Salvaguardar o acesso restrito aos trabalhadores da DRH;	R
	Violação das garantias de imparcialidade pelos trabalhadores no exercício das suas funções.	6	Promover a subscrição da declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa por todos os trabalhadores, anexando-a ao processo individual.	N/A
Gerir o processo de controlo da assiduidade dos trabalhadores.	Falha no registo da informação nas bases de dados do pessoal.	7	Efetuar o cruzamento de informação entre as bases de dados.	R
Área do Recrutamento				
Gerir os processos de seleção, recrutamento e contratação de pessoal, em função das necessidades identificadas e de acordo com os perfis funcionais estabelecidos.	Quebra dos deveres de transparência, isenção e imparcialidade.	8	Promover a colegialidade na tomada da decisão;	R
		9	Adequar os métodos de seleção ao perfil do cargo, privilegiando, sempre que possível, a prova de conhecimentos.	R
Efetuar a atualização permanente do registo de funcionários com acumulação de funções.	Acumulações não autorizadas de funções públicas e privadas.	10	Renovar anualmente os pedidos de acumulação pelos interessados.	R
Área da Formação e Valorização dos Recursos Humanos				
Gerir o plano de formação, avaliando o grau de execução, a eficácia das ações de formação realizadas e o grau de satisfação dos formandos.	Ineficiência da formação.	11	Avaliar a eficácia da formação.	R
Organizar e manter atualizados os processos clínicos individuais e as fichas de aptidão de cada trabalhador.	Acesso indevido às informações e quebra de sigilo.	12	Salvaguardar o acesso condicionado aos trabalhadores da DRH e dirigentes, intervenientes nos processos, bem como restrito ao médico do trabalho.	R
Área de Limpeza				
Superintender o sector da limpeza e o arranjo diário das instalações, mobiliário e equipamentos municipais, zelando pela sua manutenção e conservação.	Apropriação indevida de bens.	13	Realizar inventários mensais.	R
Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF)				
Área dos Estudos e Planeamento				
Elaborar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal, bem como acompanhar e controlar a sua execução.	Incumprimento de prazos na elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal.	1	Elaborar e controlar de prazos através de ficha de planeamento.	R
Elaborar os documentos de prestação de contas e das contas consolidadas.	Inexatidão da informação financeira.	2	Conferir a informação financeira.	R
	Incumprimento de prazos.	3	Proceder à conferência, nomeadamente através de *checklist* e de ficha de planeamento.	R
Proceder ao envio de informação financeira e orçamental às entidades da Administração Pública Central.	Inexatidão das informações enviadas através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL).	4	Proceder à conferência prévia da informação financeira e orçamental.	R
	Incumprimento de prazos.	5	Efetuar o controlo de prazos através da conferência do calendário da Direcção-Geral das Autarquias Locais.	R
Acompanhar a informação económico-financeira do município, promovendo a elaboração de mapas de gestão.	Desconhecimento ou conhecimento insuficiente da situação económico-financeira atualizada do Município.	6	Elaborar mapas de gestão periódicos.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA)				
Divisão de Obras e Manutenção (DOM)				
Área de Edifícios e Arranjos Exteriores				
Preparar os processos para contratação pública, das empreitadas referentes a edifícios ou arranjos exteriores.	Falta de objetividade na elaboração do caderno de encargos e na definição dos critérios de adjudicação.	1	Promover a análise da proposta do caderno de encargos por diferentes técnicos;	R
		2	Assegurar a validação pelo superior hierárquico.	R
Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários.	Consignar sem que o dono da obra esteja credenciado para intervir no mesmo (verificação da propriedade dos terrenos, existência de protocolos, etc.).	3	Assegurar antecipadamente a conclusão dos processos de registos, expropriações, protocolos, etc., a fim de poder proceder à consignação total ou parcial (com frente de trabalho garantida).	R
	Prolongamento dos trabalhos sem a devida prorrogação do prazo.	4	Assegurar a execução da empreitada conforme plano de trabalhos, ou, quando se justifique, proceder à prorrogação de prazo.	R
	Suspensão dos trabalhos pelo empreiteiro sem comunicação/ aprovação do dono da obra.	5	Promover a fiscalização sistemática da obra.	R
	Ordenação de execução de trabalhos a mais sem o acompanhamento dos elementos necessários à sua execução.	6	Assegurar e controlar a execução dos trabalhos a mais, com a entrega de todos os elementos necessários à execução dos mesmos.	R
Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários.	Não vigiar, nem verificar o exato cumprimento dos materiais previstos em caderno de encargos, do modo de execução dos trabalhos e ensaios considerados necessários.	7	Garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, atestar a qualidade dos materiais e o modo de execução dos trabalhos.	R
Elaborar autos de medição para processamento de pagamentos.	Auto de medição elaborado deficientemente.	8	Verificar se o auto está de acordo com o executado e que a conta corrente está atualizada, antes da elaboração da sua versão final.	R
Efetuar o cálculo das revisões de preços das empreitadas.	Atraso na elaboração das revisões de preços e consequente atraso na elaboração da conta final definitiva e no relatório final dentro dos prazos estabelecidos.	9	Assegurar o controlo das publicações dos índices económicos definitivos e promover a execução das revisões de preços que se encontrem pendentes por esse motivo.	R
Elaborar as contas correntes e as contas finais das empreitadas.	Atraso na elaboração de conta final definitiva e na notificação da mesma ao empreiteiro, bem como o relatório final da empreitada fora do prazo estipulado.	10	Assegurar a elaboração da conta final definitiva logo que sejam conhecidos os índices económicos definitivos e consequente elaboração da revisão de preços definitiva.	R
Colaborar com a área de Património no sentido de manter atualizado o levantamento do Cadastro Imobiliário Municipal.	Falta de envio de dados para a área do Património.	11	Assegurar que, após conclusão das obras e assim que se disponha de todos os dados necessários para a respetiva atualização do cadastro do Imobiliário Municipal, os mesmos são enviados para a Área do Património.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Área de Infraestruturas Externas				
Apreciar e emitir parecer sobre projetos de especialidades da respetiva área quando lhe for solicitado por outros Serviços da Câmara Municipal.	Análise incompleta do processo, traduzindo uma informação incoerente ao parecer sobre os projetos de especialidades.	12	Assegurar uma correta análise de toda a informação dos processos, de modo a emitir-se a garantir um parecer sustentado.	R
Estabelecer os contactos necessários com as diversas entidades responsáveis pelas Infraestruturas Externas ao Município (EDP, Telecom, *Be Water*, Lisboagás, etc.).	Ausência de contactos institucionais com entidades externas, impossibilitando o tratamento adequado de assuntos diversos e avarias de infraestruturas.	13	Estabelecer e assegurar os contactos de chefia e de técnicos das entidades externas, visando o tratamento célere de todos os assuntos diversos e avarias que ocorram em infraestruturas externas, existentes no domínio público.	R
Área de Gestão e Manutenção de Viaturas				
Assegurar a conservação e manutenção do parque de máquinas e viaturas municipais.	Inexistência de rotinas de manutenção de veículos.	14	Programar as intervenções de manutenção dos veículos.	R
Efetuar a gestão de *stocks* dos consumíveis, incluindo o combustível.	Desfasamento entre a quantidade inventariada e a existente.	15	Promover o controlo sistemático da movimentação de stocks.	R
Efetuar o planeamento e a gestão dos recursos humanos e da utilização do pargue de máquinas e viaturas.	Utilização indevida de viaturas da frota municipal.	16	Monitorizar a utilização das viaturas através do sistema de gestão de frota e localização de viaturas (Inosat).	R
Estudar e propor as orientações a seguir em ações de aquisição, renovação ou substituição da frota existente.	Aquisição de bens/ serviços sem o cumprimento de todos os pré-requisitos formais.	17	Propor atempadamente ao Executivo municipal soluções de compra/ contratação de máquinas ou viaturas.	R
Serviço de Obras por Administração Direta				
Realizar trabalhos inerentes à conservação de Edifícios ou de outras Infraestruturas Municipais, bem como prestar apoio a eventos.	Deterioração progressiva de edifícios ou outras infraestruturas e incumprimento de prazos no apoio a eventos.	18	Propor superiormente a contratação de serviços externos, sempre que os meios próprios sejam insuficientes.	R
Promover a elaboração de estudos e projetos de sinalização da via pública e localização de paragens e abrigos de passageiros.	Estudos e projetos com informação incompleta ou deficiente.	19	Efetuar a análise adequada e exaustiva dos projetos de sinalização, bem como a aferição permanente com as empresas de Transportes Públicos que operam no Concelho.	R
Assegurar a gestão e funcionamento dos parques de estacionamento.	Anomalias nos parcómetros sem terem sido detetadas atempadamente pelos serviços, devido a falha na comunicação.	20	Aferir e detetar as anomalias através de inspeções periódicas.	R
Organizar e manter atualizado o inventário da existência em armazém, bem como o seu estado de conservação.	Não inventariação ou incorreta inventariação dos bens, potenciadora de situações de apropriação indevida.	21	Realizar periodicamente o inventário e por mais do que um trabalhador.	R
Propor à área de Contratação Pública e Aprovisionamento a aquisição do material e peças que se tornem necessários.	Deficiente planeamento e consequente desatempado aprovisionamento.	22	Realizar atempadamente a requisição de material.	R
Promover a gestão dos *stocks* necessários ao bom funcionamento dos serviços.	Existência de "monos" ou rotura de *stocks* mínimos.	23	Aprovisionar atempadamente apenas os materiais necessários.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística (DPTGU)				
Aquisição de serviços - Projetos.	Recurso excessivo à modalidade do Ajuste Direto, através de convite a uma única entidade para a execução de projetos de arquitetura e das especialidades.	1	Optar pelo recurso preferencial aos Concursos Públicos em detrimento dos Ajustes Diretos ou, neste caso, efetuá-lo após consulta a várias entidades.	R
Área do Planeamento e Ordenamento do Território				
Promover e acompanhar a elaboração, alteração e revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial com influência no concelho (municipais e supramunicipais), assegurando a transparência dos processos e a participação dos interessados.	Possibilidade de existência de conluios entre técnicos responsáveis pela elaboração e revisão de planos de ordenamento do território e eventuais interessados e falta de transparência na difusão da informação inerente aos Planos Municipais de Ordenamento do Território.	2	Salvaguardar o cumprimento de todos os procedimentos definidos no regime Jurídico dos Instrumentos de gestão territorial para a elaboração e divulgação dos planos.	R
Promover ou colaborar na elaboração de pareceres sobre processos de licenciamento ou pedidos de viabilidade, referentes a loteamentos ou outras obras, quando solicitados.	Parcialidade dos técnicos na emissão de pareceres ou execução de estudos, devido a situações de conflitos de interesses.	3	Promover a validação dos pareceres emitidos pelos superiores hierárquicos.	R
Promover a elaboração de pareceres sobre estudos e planos da iniciativa da administração central, regional ou local, que tenham incidência na área do Município, quando solicitados.				
Elaborar e/ ou coordenar a execução de estudos e planos urbanísticos.				
Área dos Sistemas de Informação Geográfica				
Promover a constituição, manutenção e atualização das bases de informação do SIG Municipal, definindo em articulação com outros serviços as áreas temáticas prioritárias de aplicação do SIG.	Desatualização e insuficiente manutenção das bases de informação do SIG Municipal.	4	Disponibilizar para conhecimento alargado, no âmbito de cada serviço, a informação a divulgar pela aplicação do SIG e monitorização sistemática do cumprimento da manutenção do SIG.	R
Promover a regular a divulgação externa da informação geográfica.	Omissão de informação relevante na divulgação externa da aplicação do SIG.	5	Disponibilizar, para conhecimento alargado, a informação a divulgar pela aplicação do SIG.	R
Coordenar, organizar e desenvolver todo o processo de atribuição de designações toponímicas e de numeração de polícia.	Défice de conhecimento de compromissos urbanísticos aprovados ou de interação com o restante circuito de obras particulares.	6	Monitorizar sistematicamente a manutenção do SIG e definir prazos internos para a concretização da medida.	R
Informar reclamações, pedidos de certidão de localização e pedidos de certidão com vista à constituição da propriedade horizontal.	Parcialidade dos técnicos no desempenho das suas funções, devido a situações de conflitos de interesses.	7	Promover a validação dos pareceres emitidos pelos superiores hierárquicos.	R
Elaborar as notificações a enviar aos munícipes e/ou às Juntas de Freguesia.				
Elaborar listagens dos alvarás de licença de utilização emitidos e enviar à Conservatória do Registo Predial.	Desarticulação entre todas as entidades envolvidas.	8	Definir prazos para notificação das diferentes entidades.	R
Elaborar as listagens dos novos arruamentos aprovados, a enviar aos CTT, EDP, GNR, Águas de Mafra e Corporações de Bombeiros.				

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Área de Gestão Urbanística				
Emitir informações e pareceres técnicos no âmbito dos processos de obras particulares e loteamentos, bem como articular com os serviços administrativos a normal tramitação dos respetivos processos de controlo prévio das operações urbanísticas e, quando aplicável, as consulta às entidades externas.	Eventual emissão de informações e pareceres não fundamentados no quadro legal vigente e aplicável, bem como o incumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares aplicáveis.	9	Produzir informações e pareceres com base no quadro legal efetuados na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo, cuja verificação é efetuada pelos superiores hierárquicos.	R
	Distribuição dos processos de licenciamento de obras/ loteamentos particulares do mesmo requerente a determinado técnico de forma continuada.	10	Garantir a rotatividade dos processos pelos técnicos da área de Gestão Urbanística.	R
Emitir informações e pareceres técnicos no âmbito dos processos de obras particulares e loteamentos, bem como articular com os serviços administrativos a normal tramitação dos respetivos processos de controlo prévio das operações urbanísticas e, quando aplicável, as consulta às entidades externas.	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes nos procedimentos de licenciamento.	11	Controlar o exercício de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes nos processos.	R
	Omitir entidades externas a consultar em função do tipo de operação urbanística.	12	Informar, nos registos efetuados na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo, das entidades exteriores a consultar.	R
	Ausência de registos de controlo das atividades das ações da fiscalização.	13	Efetuar registos de controlo de todas as atividades de fiscalização na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo.	R
	Aplicação de critérios diferentes na análise dos processos.	14	Salvaguardar a uniformidade dos critérios utilizados na análise dos processos.	R
Assegurar e promover a fiscalização preventiva dos loteamentos e fiscalizar a execução das obras de urbanização dentro dos prazos estabelecidos e em cumprimento dos projetos previamente aprovados.	Ausência de registos de controlo das atividades das ações da fiscalização.	13	Efetuar registos de controlo de todas as atividades de fiscalização na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo.	R
Área de Projeto				
Executar os projetos solicitados pelos superiores hierárquicos.	Elaboração de projetos em desrespeito pela legislação vigente e aplicável e pelas orientações internas superiores.	15	Elaborar Termo de Responsabilidade da conformidade dos projetos face à legislação em vigor.	R
Dar apoio técnico às obras em curso, quando solicitado.	Descrição de "marcas comerciais" e referências de materiais e/ou equipamentos a utilizar, nos elementos descritivos e desenhados dos projetos.	16	Definir nos elementos descritivos e desenhados dos projetos as características técnicas e o tipo dos materiais e/ou equipamentos a utilizar.	R
Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais (DAEUR)				
Contratação externa de Empreitadas ou Prestação de Serviços, no âmbito das diferentes áreas da DAEUR.	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar.	1	Otimizar o sistema de controlo interno que garanta que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar.	R
	Enunciação deficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigidas.	2	Otimizar o sistema de controlo interno que garanta que: - o modelo de avaliação das propostas tem um carácter objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis; - os critérios de adjudicação, fatores e subfactores de avaliação das propostas vêm enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa de procedimento ou do convite em empreitadas de obras públicas.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Contratação externa de Empreitadas ou Prestação de Serviços, no âmbito das diferentes áreas da DAEUR.	Inclusão em lista de entidades a convidar, nos procedimentos de ajuste direto, de entidades com impedimentos.	3	Otimizar o sistema de controlo interno que garanta que as entidades a convidar não estão impedidas de participar nos procedimentos, de acordo com os limites estabelecidos no CCP, bem como na habilitação legal exigível.	R
	Consignar sem que o dono da obra tenha disponíveis todos os terrenos necessários à execução da obra.	4	Assegurar antecipadamente a conclusão do processo das expropriações tendente à consignação total ou parcial (com frente de trabalho garantida).	R
	Falta de aprovação do plano de trabalhos ajustado e respetivo cronograma financeiro.	5	Assegurar a elaboração de um plano de trabalhos ajustado, por parte do empreiteiro.	R
	Ausência de controlo dos prazos contratualmente estabelecidos e espelhados no plano de trabalhos, não cumprindo os prazos contratuais estabelecidos.	6	Assegurar a execução dos trabalhos conforme plano de trabalhos ajustado, ou quando existir atrasos nos trabalhos, promover o replaneamento dos mesmos, dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.	R
	Suspensão dos trabalhos pelo dono da obra, quando se verifique falta de condições de segurança, ou por recomendação/ determinação de qualquer Autoridade Administrativa competente, formalizada em auto.	7	Assegurar o cumprimento das condições de segurança em obra, de modo a evitar suspensões de trabalhos por tal motivo.	R
	Suspensão dos trabalhos pelo dono da obra, sempre que seja necessário estudar alterações a introduzir ao projeto, formalizada em auto.	8	Assegurar a celeridade da realização do estudo, de modo a não comprometer prazos contratuais estabelecidos.	R
	Suspensão dos trabalhos pelo empreiteiro, sempre antecedida de comunicação ao dono de obra.	9	Controlar a suspensão dos trabalhos comunicada pelo empreiteiro, com consequências nos prazos de obra.	R
	Ordenação por escrito de execução de trabalhos a mais sem o acompanhamento dos elementos necessários à sua execução, formação de contrato adicional, prazos de execução dos trabalhos e prorrogações de prazo de obra.	10	Assegurar e controlar a execução dos trabalhos a mais, com a entrega de todos os elementos necessários à execução de tais trabalhos, bem como os prazos para os realizar e consequente implicação no prazo contratual.	R
	Não vigiar, nem verificar o exato cumprimento dos materiais previstos em caderno de encargos, do modo de execução dos trabalhos e ensaios considerados necessários.	11	Garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, atestar a qualidade dos materiais e o modo de execução dos trabalhos.	R
Contratação externa de Empreitadas ou Prestação de Serviços, no âmbito das diferentes áreas da DAEUR.	Falta de planeamento das medições de todos os trabalhos executados, formalizada em auto.	12	Estabelecer um prazo limite para elaboração das medições em obra, com a presença do Empreiteiro e da Fiscalização.	R
	Atraso na elaboração das revisões de preços e consequente atraso na elaboração da conta final definitiva e no relatório final dentro dos prazos estabelecidos.	13	Assegurar o controlo das publicações dos índices económicos definitivos e promover a execução das revisões de preços que se encontrem pendentes por esse motivo.	R
	Elaboração de conta final definitiva, notificação da mesma ao empreiteiro e relatório final da empreitada fora do prazo estipulado.	14	Assegurar a elaboração da conta final definitiva logo que sejam conhecidos os índices económicos definitivos e consequente elaboração da revisão de preços definitiva.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Gestão de obras por Administração Direta nas diversas áreas da DAEUR.	Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta.	15	Controlar e registar as atividades desenvolvidas.	R
	Apropriação indevida de matérias-primas e produtos.			
	Execução de trabalhos que não são da responsabilidade municipal e que são mandados executar, sem que sejam previamente notificados à Entidade responsável pela sua execução.	16	Reportar as atividades desenvolvidas ao Executivo.	R
Área de Jardins e Espaços Verdes				
Promover a criação, arborização e conservação de parques, jardins e outros espaços verdes do Concelho.	Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta.	17	Promover a rotação de pessoal;	R
		18	Sensibilizar para as consequências da corrupção e infrações conexas;	NR
	Apropriação indevida de matérias-primas e produtos.	19	Efetuar planeamento diário de trabalhos;	R
		20	Assegurar o controlo de armazém e equipamento;	R
	Execução de trabalhos que não são da responsabilidade municipal e que são mandados executar, sem que sejam previamente notificados à Entidade responsável pela sua execução.	21	Avaliar a necessidade de execução de todos os trabalhos, com respetiva quantificação de materiais, equipamentos e mão-de-obra antes de ser submetidos a decisão de execução;	R
		22	Promover o acompanhamento dos trabalhos e monitorizar as quantidades de meios utilizados na sua realização, após decisão formal da sua execução.	R
Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária				
Colaborar na execução das tarefas de inspeção higio-sanitária e controlo higio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatem, preparem, produzem, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados.	Indefinição de níveis de controlo das obras, que potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço.	23	Planear e controlar a execução dos trabalhos refletidos na base de dados.	R
Gestão do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra (CROAMM).	Utilização indevida de consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta.	18	Sensibilizar para as consequências da corrupção e infrações conexas.	NR
	Apropriação indevida de materiais.	24	Registar todos os consumos.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Área de Resíduos Sólidos				
Prestar e gerir o serviço de limpeza urbana do Concelho, designadamente, através dos serviços de varredura, lavagem e limpeza geral dos espaços públicos ou de uso público e do mobiliário e equipamento urbano neles instalados.	Eventual indefinição de níveis de controlo das obras, que potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço.	23	Planear e controlar a execução dos trabalhos refletidos na base de dados.	R
Gestão de meios afetos ao serviço de recolha e transporte, por administração direta, da fileira de papel, cartão e RUB´S no Concelho de Mafra.				
Fiscalização e acompanhamento do Contrato da prestadora de Serviços Ecoambiente, S.A.				
Gestão e manutenção do parque de contentorização no âmbito das competências do município.	Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta.	15	Controlar e registar as atividades desenvolvidas.	R
	Apropriação indevida de matérias-primas e produtos.			
	Execução de trabalhos que não são da responsabilidade municipal e que são mandados executar, sem que sejam previamente notificados à Entidade responsável pela sua execução.	16	Reportar as atividades desenvolvidas ao Executivo.	R
Área de Mercados e Feiras				
Fiscalizar o cumprimento do Regulamento dos Mercados Municipais.	Indefinição de níveis de controlo das obras, que potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço.	23	Planear e controlar a execução dos trabalhos refletidos na base de dados.	R
Área de Cemitérios				
Administrar os cemitérios sob jurisdição municipal.	Indefinição de níveis de controlo das obras, que potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço.	23	Planear e controlar a execução dos trabalhos refletidos na base de dados.	R
Área de Esgotos				
Promover ou proceder à construção, remodelação, beneficiação, ampliação ou reparação das infraestruturas municipais de drenagem ou transporte de águas, bem assim como à elaboração dos respetivos projetos.	Indefinição de níveis de controlo das obras, que potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço.	16	Otimizar o sistema de controlo interno que garanta o: - controlo e registo das atividades desenvolvidas; - reporte das atividades desenvolvidas ao Executivo.	R
Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA)				
Sistematizar informação relativa aos recursos humanos afetos ao NAT, de forma a efetuar o controlo do cumprimento dos diversos deveres e funções atribuídas aos mesmos.	Ausência de mecanismos que obriguem à informação sistemática dos recursos humanos afetos ao NAT.	1	Elaborar documento para reportar as atividades desenvolvidas por cada colaborador do NAT.	R
Elaborar o expediente administrativo dos processos de empreitadas.	Incumprimento dos procedimentos administrativos propostos pelo Fiscal de obra.	2	Estabelecer um prazo limite para elaboração dos procedimentos administrativos a entregar ao Fiscal da obra.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Elaborar autos de medição para processamento de pagamentos.	Incumprimento dos procedimentos propostos pelo Fiscal de obra relativos às medições de todos os trabalhos executados no mês respetivo.	3	Estabelecer um prazo limite para elaboração dos autos de medição a entregar ao Fiscal da obra.	R
Elaborar as contas correntes e as contas finais das empreitadas.	Elaboração de conta final e notificação da mesma ao empreiteiro fora do prazo estipulado.	4	Assegurar a elaboração da conta final logo que conhecidos os índices económicos definidos.	R
Assegurar o atendimento telefónico com qualidade e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação de informação dos assuntos tramitados no Departamento, tendo em conta a satisfação do interesse do munícipe.	Prestação de informação deficiente e ou errada aos munícipes.	5	Registar e tramitar toda a documentação existente (produzida, recebida e enviada) no SGD, de modo a potenciar o respetivo controlo e harmonização.	R
Assegurar a fiscalização das alterações do uso do solo e suas transformações no domínio da urbanização e edificação e na proteção e defesa do património e do meio ambiente, zelando pelo cumprimento dos regulamentos gerais e municipais.	Aumento das situações de prevaricação no território.	6	Proceder a visitas sistemáticas ao território municipal para verificação das alterações do uso do solo, pelo menos cinco vezes por semana.	R
Assegurar a fiscalização através de vistorias efetuadas para o efeito, nas diversas fases das obras, verificando o cumprimento dos projetos aprovados, licenças emitidas e seus prazos de validade.	Obras realizadas em desconformidade com os projetos aprovados.	7	Inspecionar mensalmente dez obras com registo do ato no respetivo processo, que devem pertencer a requerente diferente.	R
		8	Proceder ao acompanhamento a cinco inícios de obras (implantação) que devem pertencer a requerente diferente, por cada colaborador da FTOT.	R
Promover medidas de reposição da legalidade dentro dos prazos definidos.	Progressão da ilegalidade da obra em causa.	9	Cumprir os prazos internos definidos para as ações de fiscalização.	R
O tratamento, informação e conclusão dos processos de queixa ou reclamações relacionadas com obras e demais operações urbanísticas.	Progressão da ilegalidade da situação em causa.	5	Registar e tramitar toda a documentação existente (produzida, recebida e enviada) através do SGD.	R
Reporte de todos os factos verificados e que possam constituir algum tipo de infração.	Progressão de ilegalidades existentes no Concelho.	10	Sensibilizar anualmente todos os colaboradores da FTOT para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração.	R
Rotatividade dos funcionários na informação dos processos de reclamação de urbanismo	Aumento da probabilidade da tentativa de corrupção dos colaboradores, devido ao excessivo tempo em que contactam com os mesmos particulares.	11	Elaborar e atribuir periodicamente a todos os colaboradores da FTOT documento com atribuição das freguesias por cada colaborador.	R
Registo e análise de todas as solicitações efetuadas pelos diversos serviços.	Impossibilidade de acompanhamento da tramitação das solicitações efetuadas.	12	Verificar e controlar todos os registos de pedidos de informação solicitados internamente, através da aplicação SIGMA- Gestão de Urbanismo e/ou e-doclink, de modo a efetuar a análise dos seus conteúdos.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (DDS)				
Divisão de Turismo, Cultura e Desporto (DTCD)				
Gestão técnico-administrativa e dos equipamentos culturais, desportivos e áreas que lhe estão afetas.	Inexatidão da informação prestada ao requerente/ munícipe.	1	Sensibilizar os trabalhadores para a prestação dos serviços de acordo com Regulamentos, Manuais, Normas, Procedimentos e Instruções de Trabalho aplicáveis.	NR
	Tratamento diferenciado de situações idênticas.			
	Atendimento não qualificado.	2	Identificar as necessidades de formação, no âmbito do SIADAP, para os assistentes operacionais e assistentes técnicos.	NR
Gestão técnico-administrativa e dos equipamentos culturais, desportivos e áreas que lhe estão afetas.	Tratamento privilegiado de funcionários/ utentes e/ou entidades.	3	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados;	R
		4	Controlar a utilização/ acessos às instalações, com base nas inscrições e registos de presença;	R
		5	Controlar a gestão de listas de espera;	R
		6	Promover a rotatividade de trabalhadores entre serviços/ instalações;	R
		7	Salvaguardar o cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis, através a definição de circuitos prévios, integrando a validação de procedimentos por superiores hierárquicos.	R
	Falta de cobrança, ou cobrança indevida, dos preços e taxas aprovados.	8	Efetuar o fecho de caixa diário, atendendo aos requisitos da Norma de Controlo Interno e à Instrução de Trabalho respetiva.	R
	Enganos de registos e falhas nas cobranças.			
	Inventários desatualizados, ou fictícios, de equipamentos e produtos.	9	Efetuar o controlo de entradas e saídas de equipamentos e produtos do local de armazenamento, através do preenchimento do respetivo modelo.	R
Gestão dos acervos museológicos.	Deterioração dos acervos museológicos devido a ausência de acompanhamento técnico regular, uso dos bens culturais como adereço decorativo/ uso em atividades, ausência de materiais e suportes de acondicionamento.	10	Planear e realizar inspeções regulares aos acervos em depósito nos edifícios municipais;	NM
		11	Determinar regras de utilização dos bens culturais, visando a sua preservação;	NM
		12	Planear e propor a aquisição de materiais e suportes de acondicionamento e serviços de restauro.	R
Desenvolvimento de estudos e publicações científicas e de divulgação na área da Arqueologia.	Ausência de publicação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.	13	Promover a publicação dos trabalhos efetuados.	NR
Gestão das atividades regulares comparticipadas do Atelier de Artes Plásticas.	Ausência de procedimentos para a recuperação das dívidas relativas às mensalidades em atraso.	14	Definir processo de cobrança de pagamentos em atraso no âmbito do Atelier de Artes Plásticas que integre a emissão de Certidão de Dívida, tendo em vista a instauração do processo de Execução Fiscal.	R
Gestão da programação, organização e realização das exposições nas Galerias Municipais e outros espaços culturais.	Tratamento diferenciado de situações idênticas, aquando da receção das propostas de exposição, resultantes de candidaturas espontâneas, motivada pela falta de uniformização de procedimentos.	15	Estabelecer critérios para a avaliação de propostas.	NR

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Gestão das atividades e utilização dos Auditórios Municipais.	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas no que respeita às cedências externas dos auditórios.	16	Efetuar o cruzamento da informação sobre todos os pedidos de cedência e verificar a realização das cobranças associadas, de acordo com o Regulamento em vigor.	R
Gestão das coleções das Bibliotecas e dos empréstimos.	Deterioração dos acervos.	17	Efetuar a conservação preventiva, higienização e desinfestação e desbaste, respeitando a Instrução de Trabalho respetiva.	R
	Extravio dos documentos.	18	Inventariar todas as obras que dão entrada nas bibliotecas;	R
		19	Monitorizar bianualmente a base de inventário;	R
		20	Controlar os empréstimos e respetivas devoluções de acordo com o Regulamento das Bibliotecas Municipais e respetiva Instrução de Trabalho.	R
Gestão, organização, preservação e divulgação da documentação no âmbito das funções da Câmara Municipal de Mafra.	Ausência de Plano de Preservação Digital que assegure a preservação a longo prazo da informação localizada nas aplicações informáticas.	21	Elaborar Plano de Preservação Digital.	N/A
	Inadequada gestão de informação, com efeitos na cadeia informativa, traduzindo na quebra e/ou duplicação.	22	Implementar normas transversais direcionadas a procedimentos de digitalização.	N/A
Gestão das instalações desportivas municipais.	Apropriação/ utilização indevida de viaturas, máquinas, ferramentas e consumíveis do Município para trabalhos privados.	9	Assegurar o controlo de armazém e equipamento;	R
		6	Promover a rotatividade de pessoal;	R
		23	Monitorizar a utilização das viaturas através do sistema de gestão de frota e localização de viaturas (Inosat);	R
		24	Sensibilizar para as consequências da corrupção e infrações conexas.	NR
Divisão de Acção Social e de Apoio Institucional (DASAI)				
Serviço de Acção Social				
Analisar casos sociais cuja deteção ou atendimento seja efetuada diretamente pela Câmara Municipal, nomeadamente pedidos de habitação social, comparticipações financeiras para fins diversos, melhorias habitacionais, insuficiência económica, entre outras.	Favorecimento ou subalternização de beneficiários de apoios sociais.	1	Promover a rotatividade das técnicas no agendamento de atendimentos sobre o mesmo beneficiário.	R
		2	Promover a análise conjunta dos processos cujos apoios sociais revistam natureza pecuniária;	R
		3	Verificar o cumprimento dos regulamentos e procedimentos aplicáveis.	R
Serviço de Apoio Institucional				
Área de Apoio às Juntas de Freguesia:				
Assegurar o cumprimento e colaborar na prossecução dos acordos de execução, relativos à delegação de competências do Município nas Freguesias.	Ausência de acompanhamento e avaliação regulares da execução dos acordos estabelecidos.	4	Efetuar a monitorização através de relatórios trimestrais.	R
Organizar e manter atualizada a informação que reflita a colaboração institucional entre o Município e as Juntas de Freguesias, nos domínios patrimonial, económico-financeiro e outros.	Carência de informação que reflita a colaboração institucional.	5	Efetuar o registo em base de dados de todas as solicitações e apoios prestados.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Área de Apoio às Associações:				
Apoiar e estimular a criação, manutenção, desenvolvimento e capacitação de associações, públicas ou privadas, implantadas no Concelho, ou que neste desenvolvam a sua atividade, de modo a potenciar e consolidar o desenvolvimento socioeconómico e cultural do Concelho.	Utilização dos-apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a atribuição.	6	Realizar visitas periódicas às entidades beneficiárias.	R
Propor o estabelecimento de parcerias e contratos programa.	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos.	7	Elaborar e cumprir caderno de encargos.	R
Divisão de Educação e Juventude (DEJ)				
Serviço de Educação				
Gestão operacional e administrativa dos Transportes Escolares.	Favorecimento ou subalternização dos beneficiários.	1	Verificar a aplicação: - do Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares e do Procedimento de Gestão Administrativa dos Transportes Escolares, - do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Mafra, do Procedimento de Gestão Administrativa da CAF, e do Processo de cobrança de pagamentos em atraso no âmbito da CAF, - da legislação e do Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra, - do Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra, do Procedimento de Gestão da Creche de Mafra, da Instrução de Trabalho "Processo de Cobrança da Creche de Mafra", através da conferência aleatória de processos.	R
Gestão operacional e administrativa da Componente de Apoio à Família (serviços de refeição, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas).		2	Planear e realizar visitas de supervisão às instalações/ postos de atendimento e consequente preenchimento de *check-list*.	R
Atribuição de auxílios económicos a alunos carenciados.		3	Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento dos serviços.	R
Gestão operacional e administrativa da Creche de Mafra.		4	Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa.	NR
Promoção e apoio ao desenvolvimento de programas/ projetos/ atividades, que respondam aos problemas sociofamiliares, ao nível da ocupação dos tempos livres das crianças e de carácter educativo-pedagógico.	Deficiente identificação das necessidades e problemas.	5	Promover a monitorização/ revisão do Projeto Educativo Municipal.	NR
Avaliação sistemática dos projetos integrados no Plano Anual de Atividades, de modo a adequar a acção educativa à realidade municipal.	Ausência ou deficiente planeamento e avaliação dos projetos a desenvolver/ desenvolvidos.	6	Monitorizar as atividades incluídas no plano anual, através da elaboração de fichas de planeamento e de relatórios.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Serviço de Juventude				
Promoção e desenvolvimento de programas/ projetos/ atividades para jovens, designadamente nas áreas de ocupação dos tempos livres, voluntariado, cooperação, associativismo, formação escolar e profissional.	Deficiente identificação das necessidades e problemas dos jovens.	7	Elaborar um Plano Estratégico na área da Juventude com o objetivo global de contribuir para o desenvolvimento local e responder às necessidades e aspirações dos jovens.	NR
Avaliação sistemática dos projetos integrados no plano anual de atividades, de modo a adequar a acção juvenil à realidade municipal.	Ausência ou deficiente planeamento e avaliação dos projetos a desenvolver/ desenvolvidos.	8	Monitorizar as atividades incluídas no plano anual, através da elaboração de fichas de planeamento e de relatórios.	R
Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (DDS)				
Arquivar, organizar e encaminhar o despacho da correspondência expedida e recebida no Departamento, bem como de informações ou outros documentos que impliquem resposta a terceiros ou encaminhamento interno na Câmara Municipal.	Falta de reserva.	1	Sensibilizar os trabalhadores para o cumprimento dos deveres profissionais e para as consequências da violação do segredo profissional.	R
Preparar os processos administrativos para a Reunião de Câmara.	Incumprimento de prazos.	2	Criar alertas cíclicos e posterior envio de mensagem aos Chefes de Divisão, a solicitar os assuntos com antecedência em relação às datas fixadas para as reuniões.	R
Controlar as cobranças dos serviços prestados pelo Departamento, enviar a informação para a SIBS, conferir a receita cobrada pelos diversos meios e elaborar guias de receita para dar entrada e respetiva entrega na tesouraria.	Falta de entrega das receitas.	3	Efetuar a conferência das receitas arrecadadas, nomeadamente através da análise dos fechos de caixa emitidos pelos trabalhadores afetos aos postos de atendimento municipais.	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Divisão de Segurança e Protecção Civil (DSPC)				
Coordenar o exercício das atividades da polícia municipal e da proteção civil, zelando pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações ou decisões dos órgãos do município no âmbito da sua competência.	Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes.	1	Promover a rotatividade de agentes em patrulha, definida em escala de serviço.	R
Serviço de Polícia Municipal				
Garantir o cumprimento dos regulamentos e posturas municipais e a aplicação das normas legais cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município, designadamente nos domínios da edificação e urbanização, parque habitacional, comércio, ruído, saúde pública, circulação rodoviária e estacionamento de veículos, defesa e proteção da natureza, do ambiente, do património cultural e dos recursos cinegéticos.	Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes.	1	Promover a rotatividade de agentes em patrulha, definida em escala de serviço.	R
Executar coercivamente, nos termos da lei, os atos administrativos emanados dos órgãos do Município.				
Regular e fiscalizar o trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal.				
Garantir o cumprimento das normas e estacionamento de veículos e de circulação rodoviária.				
Elaborar autos de notícia por acidente de viação quando o facto não constituir crime.				
Elaborar autos de notícia e autos de contraordenação por infrações aos regulamentos e posturas municipais e às normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização pertença ao município, bem como colaborar na instrução dos respetivos processos.				
Detetar e promover a remoção das viaturas abandonadas na via pública, desencadeando o respetivo processo administrativo.				
Denunciar os crimes de que tiver conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente.				
Promover a desocupação dos fogos municipais ocupados abusivamente.				
Fiscalização do cumprimento das disposições constantes na legislação em vigor, em matéria de ruído.				
Elaborar autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infrações cuja fiscalização não seja da competência do Município, nos casos em que a lei o imponha ou o permita.		2	Efetuar pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo.	N/A
Exercer funções de polícia ambiental.				

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Garantir a vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente nas áreas circundantes de escolas.	Ausência ou deficiente planeamento.	3	Elaborar planeamento mensal.	R
Adotar as providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública que impliquem restrições à circulação, em coordenação com as forças de segurança competentes, quando necessário.				
Serviço Municipal de Protecção Civil				
Executar e promover as ações concernentes aos serviços de bombeiros e emergência médica, nomeadamente no acompanhamento e apoio financeiro ou outro, às associações humanitárias e de socorro do concelho.	Ausência ou deficiente controlo dos movimentos financeiros.	4	Controlar mensalmente os boletins de transferências hospitalares.	R
Colaborar com a Autoridade Nacional de Protecção Civil no estudo e preparação de planos de defesa das populações, em casos de emergência, bem como nos simulacros e testes às capacidades de execução e avaliação dos mesmos.	Ausência ou deficiente planeamento.	5	Elaborar planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil, com o objetivo global de contribuir para a segurança do Concelho.	R
Organizar planos de proteção civil das populações locais em casos de incêndios florestais, cheias, sismos ou outras situações de emergência.	Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão.	5	Elaborar planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Protecção Civil, com o objetivo global de contribuir para a segurança do Concelho.	R
Organizar planos de atuação em colaboração com as juntas de freguesia e outros municípios, com a finalidade de intervir, em casos de emergência ou sinistro, em áreas bem determinadas expostas a níveis elevados de risco.				
Promover a informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matérias de autoproteção e de colaboração com as demais autoridades.				
Propor medidas adequadas a incluir no plano de atividades anuais e plurianuais e executar as ações que na área da defesa e ordenamento da floresta estejam aí incluídas.				
Acompanhar, executar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), bem como os programas de acção nele previstos.				
Promover o cumprimento do estabelecido no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, relativamente às competências aí atribuídas aos municípios.				
Implementar e executar as orientações emanadas nos planos regionais e nacionais.				
Planear as ações a realizar, no curto prazo, no âmbito do controlo das ignições, designadamente, sensibilizar a população, vigiar e adotar as medidas de compressão legalmente previstas, quando for caso disso.		6	Elaborar/ rever anualmente o Plano Operacional Municipal (POM).	R

Atividade	Identificação dos riscos	n.º	Medidas de prevenção	Estado de realização
Coordenar e acompanhar as ações de gestão de combustíveis no perímetro de proteção a edificações.	Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes.	2	Efetuar pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo.	N/A
Avaliar e informar sobre a utilização de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos.				
Emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI e ordenamento florestal, dos planos e relatórios de âmbito local, regional e nacional e das propostas de legislação.				
Acompanhar, vistoriar e emitir pareceres sobre as ações de florestação ou reflorestação sujeitas a licenciamento camarário.				
Proceder à inspeção dos locais de trabalho para observação do ambiente e seus efeitos na saúde, identificando e avaliando eventuais riscos profissionais.				
Atender e informar os munícipes sobre as ações de gestão de combustíveis e sobre as ações de florestação e reflorestação e disposições legais aplicáveis.	Ausência ou não homogeneização da informação prestada.	7	Elaborar Norma Operacional.	R
Propor, elaborar e informar projetos de candidaturas a programas de financiamento público e coordenar a sua execução física.	Discricionariedade de seleção de beneficiários e tipos de iniciativas.	2	Efetuar pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo.	N/A

Legenda:

R – Medida realizada

NR – Medida não realizada

N/A – Medida não aplicável

N/M – Medida não monitorizada

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

(PPRGCIC)

Relatório Anual de Execução 2015

Câmara Municipal de Mafra

PPRGCIC

- **Recomendação n.º 1 do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01/07/2009**, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 140, de 22/07/2009
- **Recomendação n.º 3 do Conselho de Prevenção da Corrupção**, de 1 de Julho de 2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 132, de 09/07/2015
- **Aprovação** do PPRGCIC: reunião da **Câmara Municipal**, de **13/11/2015**
- **Conhecimento** da aprovação do PPRGCIC: sessão da **Assembleia Municipal**, de **17/12/2015**

Câmara Municipal de Mafra

anexo XIV

PPRGCIC

- **Equipa Multidisciplinar** interna:
- Despacho n.º 32/2015 – PCM, de 29/10/2015

- **Novo Plano:**
- Definidas **221 medidas** de prevenção de riscos de gestão, distribuídas por **Unidades Orgânicas (UO)**



Câmara Municipal de Mafra

PPRGCIC

MEDIDAS previstas, executadas e por executar/ não aplicáveis, por UO:

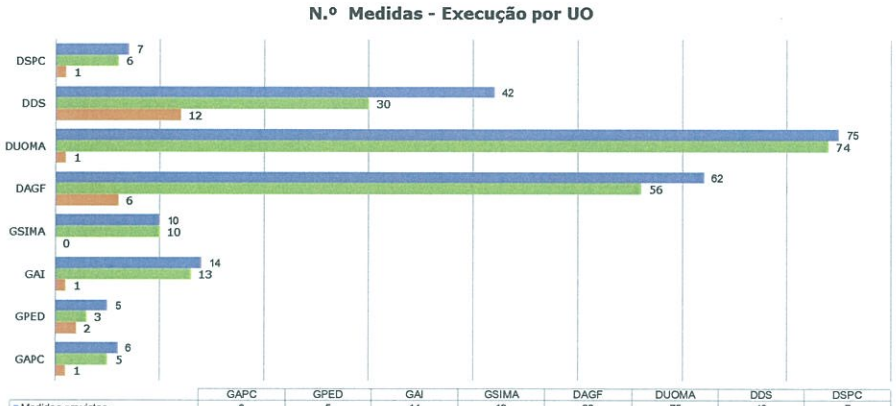
Unidades Orgânicas	Medidas				
	Previstas	Executadas	Não executadas/ Não aplicáveis/ Não monitorizadas	% Executadas	% Não executadas/ Não aplicáveis/ Não monitorizadas
GAPC	**6**	**5**	**1**	**83%**	**17%**
GPED	**5**	**3**	**2**	**60%**	**40%**
GAI	**14**	**13**	**1**	**93%**	**7%**
GSIMA	**10**	**10**	**0**	**100%**	**0%**
DAGF	**62**	**56**	**6**	**90%**	**10%**
DAGAJ	14	11	3	79%	21%
DGFP	29	28	1	97%	3%
DRH	13	11	2	85%	15%
NAT	6	6	0	100%	0%
DUOMA	**75**	**74**	**1**	**99%**	**1%**
DOM	23	23	0	100%	0%
DPTGU	16	16	0	100%	0%
DAEUR	24	23	1	96%	4%
NAT	12	12	0	100%	0%
DDS	**42**	**30**	**12**	**71%**	**29%**
DTCD	24	15	9	63%	38%
DASAI	7	7	0	100%	0%
DEJ	8	5	3	63%	38%
NAT	3	3	0	100%	0%
DSPC	**7**	**6**	**1**	**86%**	**14%**
TOTAL	**221**	**197**	**24**	**89%**	**11%**



Câmara Municipal de Mafra

PPRGCIC

N.º MEDIDAS previstas, executadas e por executar/ não aplicáveis, por UO:

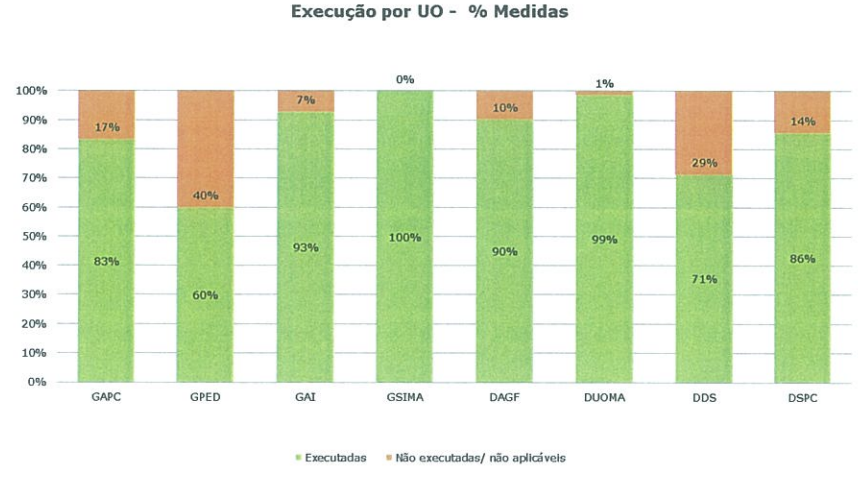


	GAPC	GPED	GAI	GSIMA	DAGF	DUOMA	DDS	DSPC
Medidas previstas	6	5	14	10	62	75	42	7
Medidas executadas	5	3	13	10	56	74	30	6
Medidas por executar/não aplicáveis	1	2	1	0	6	1	12	1

Câmara Municipal de Mafra

PPRGCIC

% MEDIDAS executadas e por executar/não aplicáveis, por UO:



Câmara Municipal de Mafra

PPRGCIC

Agradeço a Vossa atenção

Câmara Municipal de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O Vereador, Concordo com a proposta subscrita. 18./7./2016 A Diretora de Departamento, .../...../..... A Chefe de Divisão	A reunião. 19./07./16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10362

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo o seguinte:

- Decorrente do despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em 18/01/2016, conforme distribuição EDOC/2015/1278, foi autorizada a abertura de procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada no concelho de Mafra, tendo sido efetuado pela Divisão de Acão Social e Apoio Institucional o levantamento do equipamento em causa instalado no concelho de Mafra, bem como a elaboração de todas as peças procedimentais com vista à concessão em apreço;
- Foi o assunto submetido à reunião de Câmara Municipal em 2/05/2016, tendo sido deliberado a abertura do procedimento de acordo com as peças

anexo XV

elaboradas, bem como a aprovação da constituição da Comissão do procedimento;

- Na sequência da deliberação camarária referida foi elaborado o Edital n.º 85/2016 em 16/05/2016, que anexo, o qual foi devidamente publicitado;
- No âmbito deste procedimento, foram apresentadas propostas pelas seguintes entidades:
    1. Wippytx, Lda
    2. Associação Humana
    3. Fundação "O Século" Ao Serviço da Infância Desprotegida
    4. Texari Internacional, Lda
    5. H.S.A.R.A.H Trading, Unipessoal, Lda
- Em 7/06/2016 foi elaborado o Relatório Preliminar pela Comissão nomeada, que anexo, de acordo com o ponto 8.1 do Edital n.º 85/2016, tendo o mesmo sido enviado a todas as entidades concorrentes;
- As entidades: Texari Internacional, Lda e Fundação "O Século" Ao Serviço da Infância Desprotegida, foram as 2 únicas entidades que se pronunciaram dentro do prazo para o exercício de audiência prévia;
- Face às pronúncias referidas, foi elaborado o Relatório Final, que anexo, em cumprimento do disposto no ponto 8.4 do Edital n.º 85/2016.

Assim, submete-se à consideração superior a aprovação do Relatório Final em deliberação do executivo municipal.

Área de Licenciamentos Diversos, 15 de julho de 2016

15/07/2016

X

Rita Cosme
Técnica Superior
Assinado por: RITA MARTINS COSME

RELATÓRIO FINAL

"PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA"

Ao **12.º (décimo segundo) dia do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis**, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas dez horas, reuniu a Comissão nomeada por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 2 (dois) de maio do ano de dois mil e dezasseis, constituída pela Presidente, Paula Ribeiro, Chefe da Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional, pela 1.ª Vogal Efetiva, Rita Cosme, e pela 2.ª Vogal Efetiva, Ana Domingos, ambas Técnicas Superiores, em cumprimento do ponto 8.4. do Edital n.º 85/2016, para proceder à elaboração do presente Relatório Final, na sequência da análise das exposições apresentadas pelas concorrentes **TEXARI INTERNACIONAL, LDA.**, NIPC 513437207, e **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA**, NIPC 504617990, em sede de audiência prévia. ----------

I - PRONÚNCIAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

A Comissão procedeu, na sequência da elaboração do Relatório Preliminar, datado de 7 (sete) de junho de dois mil e dezasseis, nos termos referidos no ponto 8.3. à audiência prévia escrita das concorrentes. ----------

Para o efeito, todas as concorrentes foram notificadas, através dos ofícios n.ºs saída/2016/8592, saída/2016/8593, saída/2016/8596, saída/2016/8598 e saída/2016/8604, todos de 7 (sete) de junho de dois mil e dezasseis, sobre o projeto de decisão final, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. ----------

Durante esse prazo foram rececionadas duas exposições/ pronúncias, a saber: -----

A. Entrada/2016/18051, de 20 (vinte) de junho de dois mil e dezasseis, da concorrente **TEXARI INTERNACIONAL, LDA.**; e ----------

B. Entrada/2016/18210, de 21 (vinte e um) de junho de dois mil e dezasseis, da concorrente **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA**. ----------

II – ANÁLISE DAS PRONÚNCIAS ----------

Após receção das exposições/ pronúncias, as mesmas foram alvo de análise, sobre as quais a Comissão se pronuncia nos termos e com os fundamentos seguintes: ----

A. **<u>Exposição da concorrente TEXARI INTERNACIONAL, LDA.</u>**: ----------

Da análise efetuada à exposição apresentada pela concorrente **TEXARI INTERNACIONAL, LDA.**, a Comissão constatou que a mesma *"(...) vem, muito respeitosamente, nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 8.3. do Edital n.º 85/2016 e, bem assim, do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, informar que nada tem a opor relativamente ao relatório preliminar elaborado pela Comissão"*, *"Termos em que, e nos mais de direito aplicáveis, deverá o relatório preliminar notificado ser mantido nos seus exatos termos e fundamentos e, em consequência, ser determinada a adjudicação à Requerente dos lotes 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10 e 11, com as demais consequências legais".* ----------

Dado o teor da exposição, a Comissão nada tem a pronunciar-se sobre a mesma. ----------

B. **<u>Pronúncia da concorrente FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA</u>**: ----------

Segundo afirma a concorrente **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA**, *«No ponto 2 (dois) do mesmo relatório, designado Exclusão de Propostas, a Comissão verificou que a nossa proposta por* ***<u>lapso</u>*** *tinha apenas a assinatura do Presidente da Fundação e faltava mais uma assinatura de um membro do Conselho de Administração, que* ***<u>enviamos em anexo já com mais uma assinatura do Sr. Vice-Presidente Dr. João Ferreirinho</u>***»* (negrito e sublinhado nosso). ----------

A concorrente menciona, ademais, que *«Relativamente à "Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar", em que é referido que nos limitamos a enviar um panfleto, relativo à "Campanha Nacional de Recolha de Roupa Usada", com a indicação das medidas dos contentores, sem, todavia, descrever os referidos equipamentos de forma pormenorizada. Agradecia que conforme o vosso anexo III –* ***<u>nos indicassem sem qualquer dúvida onde não cumprimos o que é pedido</u>***. *Cito "Características Técnicas do equipamento/ contentor: 1. Deverá cumprir uma altura máxima de 2,20 metros, com uma implantação máxima de 2 metros quadrados"»* e que *«No*

nosso panfleto enviado são bem visíveis as medidas do contentor e a sua cor. De qualquer modo ***enviamos uma Memória descritiva do mesmo***» (negrito e sublinhado nosso). ----------

Mais refere que «*Relembro que somos uma IPSS e uma Fundação sem fins lucrativos e que este projeto é muito importante para nossa sustentabilidade, relembro também que é o primeiro concurso deste género e por isso mais dificuldades tivemos*», que «*Relembro também que verificando as propostas que ganhamos "se aceitarem as respostas" com melhor proposta para Câmara Municipal de Mafra. No Lote 1 Carvoeira com o dobro do valor, Lote 2 Encarnação com o dobro do valor, no Lote 6 em Santo Isidoro com mais 25%, e no lote 7 União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira com uma diferença de 100 € para cima*» e que «*Relembro ainda que empatamos em valores nos lotes 5 Milharado e 9 União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros*». ----------

A referida concorrente termina referindo que «*Em anexo envio o Anexo I com a assinatura do Vice-Presidente e envio Foto do contentor para completar Memória descritiva que envio infra*» e, quanto à memória descritiva dos contentores, são mencionadas as seguintes características: «*1.º Dimensões: 2,20x1,15x1,15*», «*2.º Boca formato borboleta*», «*3.º (4 folhas)*», «*4.º Chapa zincada 2 mm*» e «*5.º Pintura c/ duas de mão*». ----------

Ora, antes de mais cumpre evidenciar que, na alínea d) do ponto 4.1. do Edital n.º 85/2016, exige-se, com efeito, a apresentação de "*Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar, no cumprimento das condições fixadas no Anexo III (Características Técnicas e regras de instalação)*" e que, relativamente às "*Características Técnicas do equipamento/ contentor*" fixadas no aludido Anexo III apenas se refere que "*Deverá cumprir uma altura máxima de 2,20 metros, com uma implantação máxima de 2 metros*". ----------

À semelhança do que foi feito por outras concorrentes, a **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA** deveria, aquando do envio da sua proposta, ter apresentado a citada "*Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar*" (no estrito respeito das medidas exigidas pelo Município de Mafra), caracterizando o equipamento que

pretendia instalar, por exemplo, quando ao material dos contentores, cor, imagens/ logótipos a afixar, capacidade, sistema de segurança, etc., e não se limitar, como fez, a indicar tão-só as medidas dos contentores. ----------

É certo que, em sede de audiência prévia, a concorrente **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA** veio suprir as deficiências da sua proposta, mais concretamente, as omissões que determinaram a exclusão desta, apresentando o formulário assinado por quem tem poderes para a vincular ("*assinatura conjunta de dois membros do conselho de administração, uma das quais será obrigatoriamente a do presidente*"), assim como a respetiva memória descritiva do equipamento (contentores). ----------

No entanto, segundo se prevê no n.º 1 do artigo 201.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, "*À formação dos contratos a que se refere o número anterior são especialmente aplicáveis os* ***princípios da transparência, da igualdade e da concorrência***" (negrito e sublinhado nosso). ----------

Como ensinava MARCELO CAETANO[1], *«As declarações integrantes das propostas, e, portanto, estas, devem ser sérias, firmes e concretas. Sérias, isto é, feitas com o propósito de serem mantidas e cumpridas; firmes, sem cláusulas restritivas, resolutivas ou excecionais; concretas, sem conteúdos indeterminados, com os objetos das prestações claramente definidos.* ***A manutenção do conteúdo obrigacional das propostas é essencial ao próprio conceito da concorrência e, consequentemente, aos princípios da igualdade, imparcialidade e transparência****. Seria gravemente violador dos aludidos princípios se os concorrentes, já em plena fase de apreciação do conteúdo das suas propostas, pudessem ainda que a título de prestação de esclarecimentos, introduzir alterações substanciais aos termos das suas propostas ou lhes fosse permitido, nessa altura, preencher vazios que nelas deixaram sobre aspetos que, nas propostas, deveriam ter sido declaradas de modo sério, concreto e firme. Seria apresentar uma nova e diferente proposta»* (negrito e sublinhado nosso). ----------

[1] Citado por JORGE ANDRADE DA SILVA, *in* Código dos Contratos Públicos Comentado e Anotado, Edições Almedina, S.A., novembro 2008, pág. 280.

Aliás, como resulta do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 01/02/2000[2], «*O princípio da estabilidade da proposta conduz a que não pode a adjudicação recair sobre outra realidade que não seja a constituída pelas propostas dos concorrentes, tal como elas foram formuladas*». ----------

Por sua vez, no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28/10/2003[3], preconiza-se que «*O princípio da igualdade obriga a que se aja de forma igual perante duas situações iguais*» e «*Se uma das propostas estava dotada de todos os elementos necessários, enquanto outra apresentava deficiências, imprecisões, ausências e omissões graves, pode dizer-se que não estavam em igualdade de condições*». ----------

Assim, tendo presente que, uma vez apresentada a proposta, o proponente fica vinculado aos seus termos, não a podendo alterar, e que a aceitação de uma proposta alterada é, claramente, violadora dos princípios da igualdade, imparcialidade, transparência e concorrência, **a Comissão deliberou, por unanimidade e pelas razões acima mencionadas, manter a proposta de exclusão da proposta apresentada pela concorrente FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA**, dado que esta não deu cumprimento ao referido no ponto 4.1. e 8.2. do Edital n.º 85/2016, ou seja, a sua proposta não se encontrava assinada por quem tem poderes para a vincular e, ainda, pela falta de apresentação da memória descritiva do equipamento (contentores) a instalar. ----------

III – PROPOSTA ----------

Face ao exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, dando cumprimento ao referido no ponto 8.4. do Edital n.º 85/2016, manter o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, de 7 (sete) de junho do ano de dois mil e dezasseis, ou seja, manter a proposta de exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes ASSOCIAÇÃO HUMANA e FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA, por ambas não se encontrarem assinadas por quem tem poderes para as vincular e, ainda, pela falta de apresentação da memória descritiva do equipamento (contentores) a instalar, assim como, manter a ordenação das propostas constante do referido Relatório Preliminar e **propor a "CONCESSÃO DO DIREITO DE USO**

[2] *In* Cadernos de Justiça Administrativa, 20.º, pág. 68.

[3] Disponível para consulta *in* www.dgsi.pt.

PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA", por lotes, às entidades e pelos valores *infra* mencionados, montantes a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, bem como as taxas devidas pela ocupação do espaço público, em conformidade com os pontos 2.3.1. e 9 do Edital n.º 85/2016: ----------

- **Lote 1 (Carvoeira):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); ----------
- **Lote 2 (Encarnação):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); ----------
- **Lote 3 (Ericeira):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 1.200,00 (mil e duzentos euros); ----------
- **Lote 4 (Mafra):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 2.000,00 (dois mil euros); ----------
- **Lote 5 (Milharado):** WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 400,00 (quatrocentos euros); ----------
- **Lote 6 (Santo Isidoro):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros); ----------
- **Lote 7 (União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira):** H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 300,00 (trezentos euros); ----------
- **Lote 8 (União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário):** H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); ----------
- **Lote 9 (União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros); ----------
- **Lote 10 (União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros); e ----------
- **Lote 11 (União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés):** TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros). ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

A Presidente do Júri

X

Paula Ribeiro
Chefe da Divisão de Ação Social e de Apoio ...

1.ª Vogal Efetiva

X

Rita Cosme
Técnica Superior

2.ª Vogal Efetiva

X

Ana Domingos
Técnica Superior

Entrada nº
2016/18210
21/06/2016

Rita Cosme

De: Cristina Dias
Enviado: 21 de junho de 2016 13:32
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Recurso referente a decisão enviada pelo vosso oficio c/ o nº de saída/2016/8592 de 07/06/2016
Anexos: Anexo I CMMafra.pdf; Dimensões contentores2.pdf

De: Ricardo Lino Rodrigues [mailto:lino.rodrigues@oseculo.pt]
Enviada: terça-feira, 21 de Junho de 2016 13:08
Para: Geral
Assunto: Recurso referente a decisão enviada pelo vosso oficio c/ o nº de saída/2016/8592 de 07/06/2016

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Caro Dr. Helder Silva,

Vimos por este meio recorrer da decisão do Relatório Preliminar referente ao "Procedimento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Publico para Instalação de Contentores de Recolha de Roupa Usada No Concelho de Mafra "

No passado dia 7 de Junho do ano de dois mil e dezasseis, a Comissão nomeada por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 2 (dois) de maio do ano de dois mil e dezasseis, constituída pela Presidente, Paula Ribeiro, Chefe da Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional , pela 1ª Vogal Efetiva, Rita Cosme e pela 2ª Vogal Efetiva, Ana Domingos, ambas Técnicas Superiores, em cumprimento do ponto 8 do Edital nº 85/2016, para proceder à elaboração do Relatório Preliminar, na sequencia da analise e avaliação das propostas apresentadas.
No ponto 2 (dois) do mesmo relatório, designado Exclusão de Propostas. A Comissão verificou que a nossa proposta por lapso tinha apenas a assinatura do Presidente da Fundação e faltava mais uma assinatura de um membro do Conselho de Administração, que enviamos em anexo já com mais uma assinatura do Sr. Vice-Presidente Dr. João Ferreirinho.

Relativamente a" Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar ", em que é referido que nos limitamos a enviar um panfleto, relativo à " Campanha Nacional de Recolha de Roupa Usada ", com a indicação das medidas dos contentores , sem, todavia, descrever os referidos equipamentos de forma pormenorizada. Agradecia que conforme o vosso anexo III – nos indicassem sem qualquer duvida onde não cumprimos o que é pedido. Cito " Características Técnicas do equipamento/ contentor

1. Deverá cumprir uma altura máxima de 2,20 metros, com uma implantação máxima de 2 metros quadrados.

No nosso panfleto enviado são bem visíveis as medidas do contentor e a sua cor. De qualquer modo enviamos uma Memória descritiva do mesmo.

Relembro que somos uma IPSS e uma Fundação sem fins lucrativos e que este projeto é muito importante para nossa sustentabilidade, relembro também que é o primeiro concurso deste género e por isso mais dificuldades tivemos.

Relembro também, que verificando as propostas que ganhamos " se aceitarem as respostas " com melhor proposta para Câmara Municipal de Mafra. No Lote 1 Carvoeiro com o dobro do valor , Lote 2 Encarnação com o dobro do valor , no Lote 6 em Santo Isidoro com mais 25 % , e no lote 7 União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira com uma diferença de 100 € para cima.
Relembro ainda que empatamos em valores nos lotes 5 Milharado e 9 União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros.

Em anexo envio o Anexo I com a assinatura do Vice-Presidente e envio Foto do contentor para completar Memoria descritiva que envio infra.

Memoria descritiva contentor

1° Dimensões: 2,20x1,15x1,15
2° boca formato borboleta
3° (4 folhas)
4° chapa zincada 2 mm
5° pintura c/ duas de mão

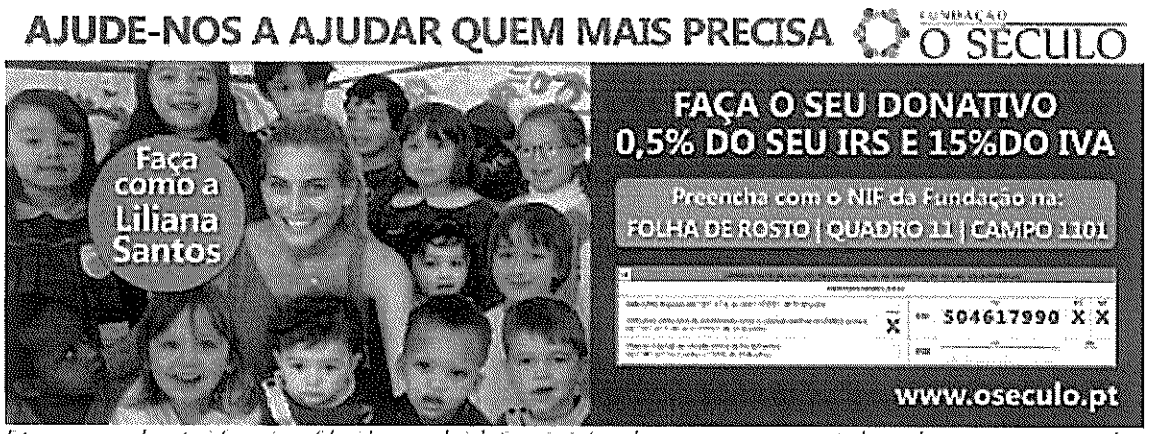
Certo que vão acolher com compreensão o nosso recurso, e o vão aceitar. Penso que a nossa Obra Social com quase 90 anos merece a vossa atenção.

Com os melhores cumprimentos e estima pessoal,

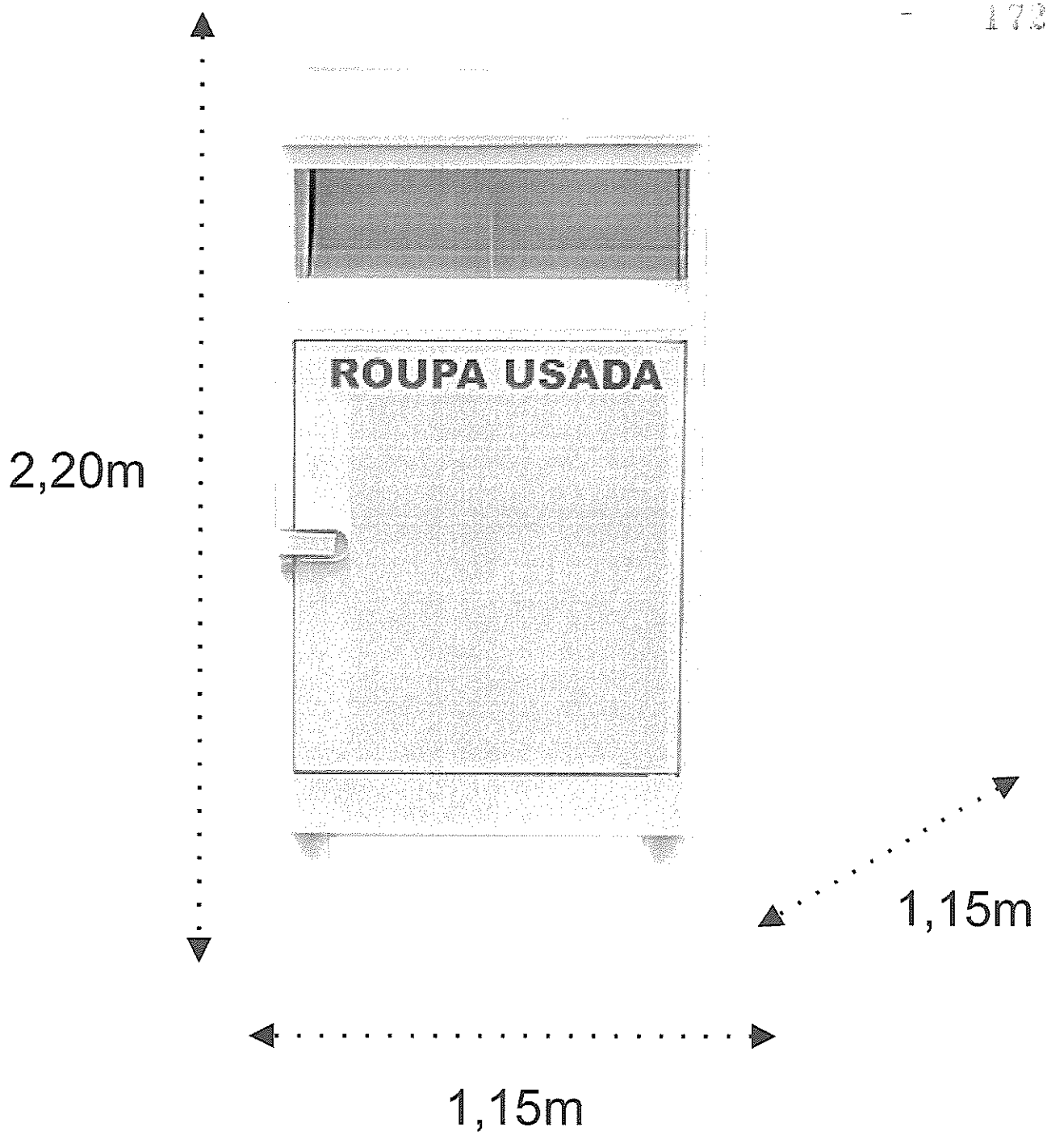
Ricardo Lino Rodrigues
Diretor Comercial | Direcção Geral de Empreendedorismo e Negócios
lino.rodrigues@oseculo.pt

FUNDAÇÃO
O SÉCULO
Avª Marginal, nº 4350 S. Pedro do Estoril 2765-582 ESTORIL
Tel.:+351 214 647 770| Fax.+351 214 670 796
Web: www.oseculo.pt
Instituição Particular de Solidariedade Social

Antes de imprimir pense no meio ambiente, pense na sociedade.



Esta mensagem pode conter informação confidencial e ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail, e em seguida apague-o. Agradecemos sua cooperação.
This message may contain confidential and or privileged information. If you are not the address or authorized to receive this for the address, you must not use, copy, disclose or take any action base on this message or any information herein. If you have received this message in error, please advise the sender immediately by reply e mail and delete this message. Thank you for your cooperation


ROUPA USADA
2,20m
1,15m
1,15m

ANEXO I - FORMULÁRIO

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

Nome/Firma FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA

NIF 504617990 B.I/C.C. _____, de __/__/__ SIC de _____

Residência/Sede AV. MARGINAL, Nº 4350 SÃO PEDRO DO ESTORIL

Localidade S. PEDRO DO ESTORIL Freguesia CASCAIS E ESTORIL Concelho CASCAIS

Código Postal: 2765/582 ESTORIL Telef.: 214647770

E-mail de contacto LINO.RODRIGUES@OSECULO.PT

Depois de ter tomado conhecimento do procedimento, apresenta a sua candidatura para:

Ocupação do espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada no Concelho de Mafra, assinalando o valor proposto para o(s) Lote(s) abaixo assinalado(s) com ☒:

Lote			Valor Base	X	Valor Proposto
1	Carvoeira	Rua do Alfaiate, Fonte Boa da Brincosa (junto à EB/JI)	150€	X	400€
		EN247, Carvoeira (estacionamento da JF)			
		Largo do Rossio, Baleia (largo principal)			
2	Encarnação	Junto ao Minipreço da Encarnação	150€	X	400€
		Junto ao Minipreço da Encarnação			
		ER 247 junto a um Ecoponto no Barril			
3	Ericeira	Largo de S. Pedro, Ericeira	300€	X	700€
		Alto da Camacha, Ericeira (junto à EB/JI)			
		Av. S. Sebastião, Ericeira			
		Rua dos Oceanos, Ericeira			
		Rua Vale Caeiro, Fonte Boa dos Nabos			
		Rua do Desvio, Outeirinho			

Lote			Valor Base	X	Valor Proposto
4	Mafra	Rua Sta. Casa da Misericórdia (estacionamento EB2,3 Mafra)	400€	X	700 €
		Rua da Escola, A-da-Perra, Mafra (junto ao Modelo)			
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado esquerdo Parque Desportivo Municipal Mafra)			
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado direito Parque Desportivo Municipal Mafra)			
		Edifício Enfrente, Mafra (1)			
		Edifício Enfrente, Mafra (1)			
		Edifício Enfrente, Mafra (1)			
		Rua 5 de Outubro (junto ao Ecoponto), Sobreiro			
5	Milharado	Rua do Campo da Bola (junto à EB1/JI), Póvoa da Galega	200€	X	400 €
		Rua da Liberdade, Calvos			
		Rua Anselmo Manuel Carreira, Milharado			
		Rua da Igreja, Roussada			
6	Santo Isidoro	Rua da Igreja, Santo Isidoro	100€	X	200 €
		Estrada Casal da Luz (junto ao Ecoponto da EB/JI), Lagoa			
7	União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	Largo da Nossa Sra. do Livramento, Livramento	200€	X	400 €
		Rua Arieira, Sobral da Abelheira			
		EN9, Codeçal			
		Rua Principal, Monte Gordo			
8	União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Rua Principal (junto ao Ecoponto da EB/JI), Enxara Bispo	100€	X	150 €
		EN 9-2 (junto ao Ecoponto perto da Igreja), Gradil			
9	União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	Rua José Maria Dominguez, Igreja Nova	100€	X	150€
		Bairro Pinhal, Carapinheira			
10	União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	Largo da Igreja, S. M. Alcainça	200€	X	300€
		Rua da Lagoa, Malveira			
		Rua Projectada à EN116 (entrada Condomínio Loural), Malveira			
		Largo da Feira, Malveira			

Lote			Valor Base	X	Valor Proposto
11	União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Alameda Figueiras, Venda do Valador	200€	X	400€
		Rua Principal (junto ao Multibanco da aldeia), Montemuro			
		Rua dos Moinhos (junto ao Ecoponto), Santo Estevão das Galés			
		Rua Casal dos Ninhos (junto ao Ecoponto da EB), Venda do Pinheiro			

Mais declara, que os contentores a colocar cumprem com o definido no Anexo III (Caraterísticas Técnicas e Regras de Instalação), correspondendo cada unidade a 3,75 m², num total de 52,5 m², correspondente a 11 Lotes/ 42 unidades.

Junta para o efeito:

1) Cópia do Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte e, no caso dos cidadãos estrangeiros, cópia de documento de identificação;
2) Cópia da certidão permanente de registo comercial devidamente actualizada ou fornecimento de código de acesso à mesma, quando se trate de sociedade comercial;
3) Declarações de não divida à Administração Fiscal e à Segurança Social;
4) Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar, no cumprimento das condições fixadas no **Anexo III (Características técnicas e regras de instalação);**
5) Quaisquer outros documentos que os concorrentes considerem indispensáveis para uma melhor explicitação da proposta.

X Para efeitos do presente pedido, autorizo a notificação via e-mail.

Mafra, 24 de Maio de 2016

O Candidato

(Assinatura)

Reservado aos Serviços

TEXARI

TEXARI INTERNATIONAL, LDA.
NIPC: 513437207
Sede Social:
Av. Miguel Bombarda, 35 – 1050-161 Lisboa - PORTUGAL
Tel: (+351) 212 411 807
Email: texari.geral@gmail.com

1754
OUT

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
20 JUN. 2016
ENTRADA/ 18057

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Praça do Município
2644-001 Mafra

Recebi em 21/06/2016

Carta Registada

Lisboa, 17 de Junho de 2016

ASSUNTO: Pedido de entrada de requerimento para o exercício de Audiência Prévia
Edital n.º 85/2016

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

Muito agradecemos que seja dada entrada ao requerimento para o exercício do direito de Audiência Prévia, em anexo.

A fim de nos ser devolvida (1) uma cópia carimbada do mesmo, junto remetemos envelope previamente selado e endereçado.

(1) Em 23/6/2016

Com os melhores cumprimentos,

TEXARI INTERNATIONAL LDA.
O Gerente

Michele Posca

TEXARI
TEXARI INTERNATIONAL, LDA.
NIPC: 513437207
Sede Social:
Av. Miguel Bombarda, 35 – 1050-161 Lisboa - PORTUGAL
Tel: (+351) 212 411 807
Email: texari.geral@gmail.com

Edital n.º 85/2016

V. Ofício de Ref.ª Saída/2016/8596

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA,

TEXARI INTERNATIONAL, LDA., NIPC 513437207, com sede na Avenida Miguel Bombarda, n.º 35, 1050-161 Lisboa (adiante, Requerente), tendo sido notificada, por Ofício de Ref.ª Saída/2016/8596, datado de 07.06.2016, da autoria da Exma. Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Mafra, emitido no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 48/2013-PCM e no âmbito do Edital n.º 85/2016, do relatório preliminar referente ao procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada no concelho de Mafra, para, no prazo de 5 dias úteis, "*se pronunciar por escrito sobre o relatório referido, ao abrigo do direito de audiência prévia*" (**Doc. Anexo**, adiante junto, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais), vem, muito respeitosamente, nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 8.3 do Edital n.º 85/2016, e, bem assim, do artigo 100.º, e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, informar que nada tem a opor relativamente ao relatório preliminar elaborado pela Comissão.

Termos em que, e nos mais de direito aplicáveis, deverá o relatório preliminar notificado ser mantido nos seus exactos termos e fundamentos e, em consequência, ser determinada a adjudicação à Requerente dos lotes 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10 e 11, com as demais consequências legais.

Junta: 1 (um) documento

TEXARI INTERNATIONAL LDA.
O Gerente
Michele Posca

177

RELATÓRIO PRELIMINAR

"PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA"

Ao **7.º (sétimo) dia do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis**, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas dez horas, reuniu a Comissão nomeada por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 2 (dois) de maio do ano de dois mil e dezasseis, constituída pela Presidente, Paula Ribeiro, Chefe da Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional, pela 1.ª Vogal Efetiva, Rita Cosme, e pela 2.ª Vogal Efetiva, Ana Domingos, ambas Técnicas Superiores, em cumprimento do ponto 8 do Edital n.º 85/2016, para proceder à elaboração do presente Relatório Preliminar, na sequência da análise e avaliação das propostas apresentadas.----------

1 - PROPOSTAS APRESENTADAS ----------

Foram apresentadas propostas, dentro do prazo estipulado no Edital n.º 85/2016, pelas seguintes entidades, de acordo com a respetiva ordem de entrada, contemplando os lotes de seguida enunciados: ----------

- **WIPPYTEX, LDA.**, NIPC 508584477, apresentou proposta para os lotes 3 (Ericeira), 4 (Mafra), 5 (Milharado), 10 (União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça) e 11 (União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (**entrada/2016/14533, de 23/05/2016**); ----------

- **ASSOCIAÇÃO HUMANA**, NIPC 505178281, apresentou proposta para todos lotes (**entrada/2016/14654, de 24/05/2016**); ----------

- **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA**, NIPC 504617990, apresentou proposta para todos lotes (**entrada/2016/14702, de 25/05/2016**); ----------

- **TEXARI INTERNACIONAL, LDA.**, NIPC 513437207, apresentou proposta para todos os lotes (**entrada/2016/14735, de 25/05/2016**); e ----------

- **H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA.**, NIPC 507778553, apresentou proposta para todos os lotes (**entrada/2016/14753, de 25/05/2016**). ----------

2 – EXCLUSÃO DE PROPOSTAS ----------

Segundo se prevê no ponto 4.1. do Edital n.º 85/2016, *"Os concorrentes deverão apresentar o formulário disponibilizado para o efeito nos serviços de atendimento da Câmara Municipal de Mafra e na página eletrónica do Município* ***Anexo I****, com o valor da proposta, expresso em euros e não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, e a área (m²) do(s) contentor(es) que se propõem instalar, o qual deverá ser devidamente preenchido,* ***assinado pelo concorrente ou seu representante devidamente mandatado****, e acompanhado dos seguintes documentos:* ----------

a) Cópia do Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte e, no caso dos cidadãos estrangeiros, cópia de documento de identificação; ----------

b) Cópia da certidão permanente de registo comercial devidamente atualizada ou fornecimento de código de acesso à mesma, quando se trate de sociedade comercial;

c) Declarações de não divida à Administração Fiscal e à Segurança Social; ----------

d) ***Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar****, no cumprimento das condições fixadas no* ***Anexo III (Características técnicas e regras de instalação)****;* ----------

e) Quaisquer outros documentos que os concorrentes considerem indispensáveis para uma melhor explicitação da proposta" (negrito e sublinhado nosso). ----------

Por sua vez, nos pontos 8.1. e 8.2. do mesmo prevê-se, respetivamente, que *"Após análise das propostas e aplicação do critério de atribuição plasmado no ponto anterior, a Comissão nomeada para o efeito elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das propostas apresentadas para cada Lote"* e *"No relatório preliminar a que se refere o número anterior,* ***a Comissão deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que****:* ---------

a) Sejam entregues ou rececionadas pelo correio fora do prazo definido; ----------

b) Não reúnam todos os requisitos exigidos no presente Edital; ----------

c) ***Não apresentem os documentos exigidos****; ou* ----------

d) Cujos concorrentes não tenham a situação regularizada perante o Município, a Administração Fiscal e a Segurança Social" (negrito e sublinhado nosso). ----------

Ora, na análise efetuada às propostas, a Comissão constatou, por um lado, que a proposta formulada pela **ASSOCIAÇÃO HUMANA** não foi subscrita pelo Presidente e Vice-Presidente da Associação, conforme se exige no artigo 11.º (*Vinculação da Associação*) dos respetivos Estatutos, nem tão-pouco pela Procuradora da Associação (Elisabeth Molnar), não estando, assim, assinada por quem tem poderes para obrigar

a Associação, já que não foi apresentado nenhum documento que permita relacionar a subscritora da proposta à referida Associação. ----------

Além disso, a **ASSOCIAÇÃO HUMANA** não apresentou, como devia, a "*Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar*", tendo-se limitado a enviar registos fotográficos, com a indicação das medidas dos contentores, sem, contudo, descrever os referidos equipamentos de forma detalhada, como se pretendia.

Por outro lado, a Comissão verificou que a proposta apresentada pela **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA** foi subscrita por uma única pessoa, sendo certo que, da certidão permanente da concorrente extrai-se o seguinte: "*Forma de obrigar: Com a assinatura conjunta de dois membros do conselho de administração, uma das quais será obrigatoriamente a do presidente*". Significa isto que não é suficiente, para vincular a referida concorrente, a assinatura do seu Presidente, sendo antes necessária a assinatura conjunta de dois membros do conselho de administração, o que, no caso vertente, não foi assegurado. ----------

Ademais, a **FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA** também não apresentou, como devia, a "*Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar*", tendo-se limitado a enviar um panfleto, relativo à "*CAMPANHA NACIONAL DE RECOLHA DE ROUPA USADA*", com a indicação das medidas dos contentores, sem, todavia, descrever os referidos equipamentos de forma pormenorizada. ----------

Nestes termos, em conformidade com o referido no ponto 4.1. e 8.2 do Edital n.º 85/2016, **a Comissão deliberou, por unanimidade, propor a exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes ASSOCIAÇÃO HUMANA e FUNDAÇÃO "O SÉCULO" AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA, por ambas não se encontrarem assinadas por quem tem poderes para as vincular e, ainda, pela falta de apresentação da memória descritiva do equipamento (contentores) a instalar**. ----------

3 – CRITÉRIO DE ATRIBUIÇÃO ----------

Para efeitos de avaliação das propostas apresentadas pelas concorrentes foi aplicado o critério de atribuição previsto no ponto 7 do Edital n.º 85/2016, determinado por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 2 (dois) de maio do ano de dois mil e dezasseis, o qual se transcreve em seguida: ----------

"***7. CRITÉRIO DE ATRIBUIÇÃO:*** ----------

7.1. *O direito de uso privativo dos espaços públicos identificados no* ***Anexo II (Lista de Lotes)*** *ao presente Edital é atribuído à proposta que apresente o valor mais elevado, por Lote.* ----------

7.2. *No caso de o mais alto preço constar de mais de uma proposta, o direito é atribuído aquela que tiver sido apresentada mais cedo".* ----------

4 – PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ----------

Analisadas as propostas apresentadas e aplicado o critério de atribuição anteriormente referido, **a Comissão deliberou, por unanimidade, propor a seguinte ordenação das propostas**: ----------

Lote 1 (Carvoeira): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); e ----------

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros). ----------

Lote 2 (Encarnação): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); e ----------

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros). ----------

Lote 3 (Ericeira): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 1.200,00 (mil e duzentos euros); ----------

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 630,00 (seiscentos e trinta euros); e ----------

3.º) WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 600,00 (seiscentos euros). --

Lote 4 (Mafra): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 2.000,00 (dois mil euros); ----------

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 840,00 (oitocentos e quarenta euros); e ----------

3.º) WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros); --

Lote 5 (Milharado): ----------

1.º) WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 400,00 (quatrocentos euros);

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros); e ----------

3.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). ----------

Lote 6 (Santo Isidoro): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros); e ----------

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros). ----------

Lote 7 (União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira): ----------

1.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 300,00 (trezentos euros); e ----------

2.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). ----------

Lote 8 (União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário): ----------

1.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 200,00 (duzentos euros); e ----------

2.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros). ----------

Lote 9 (União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros); e ----------

2.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 150,00 (cento e cinquenta euros). ----------

Lote 10 (União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça): ---------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros); ----------

2.º) WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 400,00 (quatrocentos euros);e

3.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 340,00 (trezentos e quarenta euros). ----------

Lote 11 (União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés): ----------

1.º) TEXARI INTERNACIONAL, LDA., pelo valor proposto de € 800,00 (oitocentos euros); ----------

2.º) WIPPYTEX, LDA., pelo valor proposto de € 400,00 (quatrocentos euros);e

3.º) H.S.A.R.A.H TRADING, UNIPESSOAL LDA., pelo valor proposto de € 300,00 (trezentos euros). ----------

Aos valores acima indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor, assim como as taxas devidas pela ocupação do espaço público, em conformidade com os pontos 2.3.1 e 9 do Edital n.º 85/2016. ----------

5 – AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

Tendo em consideração o referido no ponto 8.3 do Edital n.º 85/2016, a Comissão procederá, de seguida, à audiência escrita das concorrentes, para que se pronunciem, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, no prazo de cinco dias úteis. ----------

A Presidente do Júri

X

Paula Ribeiro
Chefe da Divisão de Ação Social e de Apoio ...

1.ª Vogal Efetiva

X

Rita Cosme
Técnica Superior

2.ª Vogal Efetiva

X

Ana Domingos
Técnica Superior

EDITAL N.º 85/2016

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

Hugo Manuel Moreira Luís, Vereador da Câmara Municipal de Mafra, no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara Municipal em 21 de Outubro de 2013, através do Despacho n.º 49/2013-PCM, **faz público que**, atento o disposto no n.º 1 do artigo 30.º, conjugado com os artigos 7.º e 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de Agosto, na sua redação atual, cuja última alteração foi introduzida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, **entre os dias 17 e 26 de maio de 2016, estão abertas inscrições no procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada no Concelho de Mafra:**

1. **ENTIDADE PROMOTORA:**
   Câmara Municipal de Mafra
   Praça do Município, 2644-001 Mafra
   Telefone: 261 810 100
   Fax: 261 810 130
   Email: geral@cm-mafra.pt
   Página Eletrónica: www.cm-mafra.pt
   Os serviços de atendimento funcionam nos dias úteis, de 2.ª a 6.ª feira, das 9h00m às 17h00m.

2. **OBJECTO:**
   2.1. O presente procedimento tem como objeto a concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada, nas Freguesias do Concelho de Mafra.
   2.2. Pelo presente procedimento será atribuído o direito de instalar um máximo de 42 contentores de recolha de roupa usada no Concelho de Mafra, em conformidade com o constante no **Anexo II (Lista de Lotes)** do presente Edital.

2.3. O valor base mínimo para garantir o direito de uso privativo de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada é, anualmente, de:

Lote		Localização	Valor Base
1	Carvoeira	Rua do Alfaiate, Fonte Boa da Brincosa (junto à EB)	150€
		EN247, Carvoeira (estacionamento da JF)	
		Largo do Rossio, Baleia (largo principal)	
2	Encarnação	Junto ao Minipreço da Encarnação	150€
		Junto ao Minipreço da Encarnação	
		ER 247 junto a um Ecoponto no Barril	
3	Ericeira	Largo de S. Pedro, Ericeira	300€
		Alto da Camacha, Ericeira (junto à EB/JI)	
		Av. S. Sebastião, Ericeira	
		Rua dos Oceanos, Ericeira	
		Rua Vale Caeiro, Fonte Boa dos Nabos	
		Rua do Desvio, Outeirinho	
4	Mafra	Rua Sta. Casa da Misericórdia (estacionamento EB2,3 Mafra)	400€
		Rua da escola, A-da-Perra, Mafra (junto ao Modelo)	
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado direito Parque Desportivo Municipal Mafra)	
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado esquerdo Parque Desportivo Municipal Mafra)	
		Edifício Enfrente, Mafra (1)	
		Edifício Enfrente, Mafra (1)	
		Edifício Enfrente, Mafra (1)	
		Rua 5 de Outubro (junto ao Ecoponto), Sobreiro	
5	Milharado	Rua do Campo da Bola (junto à EB1/JI), Póvoa da Galega	200€
		Rua da Liberdade, Calvos	
		Rua Anselmo Manuel Carreira, Milharado	
		Rua da Igreja, Roussada	
6	Santo Isidoro	Rua da Igreja, Santo Isidoro	100€
		Estrada Casal da Luz (junto ao Ecoponto da EB/JI), Lagoa	
7	União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	Largo da Nossa Sra. do Livramento, Livramento	200€
		Rua Arieira, Sobral da Abelheira	
		EN9, Codeçal	
		Rua Principal, Monte Gordo	

8	União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Rua Principal (junto ao Ecoponto da EB/JI), Enxara Bispo	100€
		Junto a um Ecoponto no Gradil	
9	União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	Rua José Maria Dominguez, Igreja Nova	100€
		Bairro Pinhal, Carapinheira	
10	União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	Largo da Igreja, S. M. Alcainça	200€
		Rua da Lagoa, S. M. Alcainça	
		Rua Projectada à EN116 (entrada Condomínio	
		Largo da Feira, Malveira	
11	União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Alameda Figueiras, Venda do Valador	200€
		Rua Principal (junto ao Multibanco da aldeia), Montemuro	
		Rua dos Moinhos (junto ao Ecoponto), Santo Estevão das Galés	
		Rua Casal dos Ninhos (junto ao Ecoponto da EB), Venda do Pinheiro	

2.3.1. Os valores base acima referidos, por lote, não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado, nem as taxas devidas pela ocupação do espaço público.

3. REQUISITOS:

Podem concorrer ao procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiros, que tenham a sua situação regularizada perante o Município, a Administração Fiscal e a Segurança Social.

4. DOCUMENTOS A APRESENTAR:

4.1. Os concorrentes deverão apresentar o formulário disponibilizado para o efeito nos serviços de atendimento da Câmara Municipal de Mafra e na página eletrónica do Município **Anexo I**, com o valor da proposta, expresso em euros e não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, e a área (m^2) do(s) contentor(es) que se propõem instalar, o qual deverá ser devidamente preenchido, assinado pelo concorrente ou seu representante devidamente mandatado, e acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte e, no caso dos cidadãos estrangeiros, cópia de documento de identificação;

b) Cópia da certidão permanente de registo comercial devidamente atualizada ou fornecimento de código de acesso à mesma, quando se trate de sociedade comercial;

c) Declarações de não divida à Administração Fiscal e à Segurança Social;

d) Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar, no cumprimento das condições fixadas no **Anexo III (Características técnicas e regras de instalação)**;

e) Quaisquer outros documentos que os concorrentes considerem indispensáveis para uma melhor explicitação da proposta.

4.2. Não sendo possível apresentar, na data da candidatura, alguma das declarações referidas na alínea c) do ponto anterior, o concorrente deverá apresentar cópia do comprovativo do respetivo pedido, devendo posteriormente proceder à entrega da declaração em falta.

5. PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

5.1. O prazo para entrega das propostas decorre entre **17 de maio de 2016 a 26 de maio de 2016.**

5.2. As propostas são apresentadas em envelope fechado **até às 17h00m do dia 26 de maio de 2016**, contra recibo, nos serviços de atendimento da Câmara Municipal de Mafra, ou rececionadas pelo correio em carta registada com aviso de receção, desde que, neste último caso, a receção ocorra dentro do referido prazo.

6. CONSULTA DO PROCESSO:

6.1. O processo relativo ao presente procedimento pode ser consultado, por qualquer interessado, na página eletrónica da Câmara Municipal de Mafra ou nos serviços de atendimento, de 2.ª a 6.ª feira, das 9h00m às 17h00m.

6.2. Os interessados podem obter cópias do presente edital e dos respetivos Anexos, mediante requerimento e pagamento das taxas aplicáveis.

7. CRITÉRIO DE ATRIBUIÇÃO:

7.1. O direito de uso privativo dos espaços públicos identificados no **Anexo II (Lista de Lotes)** ao presente Edital é atribuído à proposta que apresente o valor mais elevado, por Lote.

7.2. No caso de o mais alto preço constar de mais de uma proposta, o direito é atribuído aquela que tiver sido apresentada mais cedo.

8. ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

8.1. Após análise das propostas e aplicação do critério de atribuição plasmado no ponto anterior, a Comissão nomeada para o efeito elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das propostas apresentadas para cada Lote.

8.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, a Comissão deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que:

- **a)** Sejam entregues ou rececionadas pelo correio fora do prazo definido;
- **b)** Não reúnam todos os requisitos exigidos no presente Edital;
- **c)** Não apresentem os documentos exigidos; ou
- **d)** Cujos concorrentes não tenham a situação regularizada perante o Município, a Administração Fiscal e a Segurança Social.

8.3. Elaborado o relatório preliminar, a Comissão envia-o a todos os concorrentes para estes se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, no prazo de 5 dias úteis.

8.4. Cumprido o disposto no número anterior, a Comissão elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações, dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia.

9. TAXAS A PAGAR:

9.1. Pela atribuição do direito de uso privativo de espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada, além do valor constante na proposta escolhida, por mês e por contentor, são ainda devidas as taxas, por mês e por contentor, previstas na Tabela de Taxas do Município de Mafra, no valor de €1,33 (um euro e trinta e três cêntimos), por metro quadrado.

9.2. Os valores referidos no número anterior são pagos anualmente, após notificação da Câmara Municipal de Mafra para o efeito.

10. PRAZO DA CONCESSÃO:

10.1. O prazo da concessão é de 1 (um) ano, renovável por iguais períodos, até ao limite de 5 anos.

10.2. Aquando da renovação do contrato, será devido o valor constante na proposta escolhida, acrescido das taxas municipais respetivas.

10.3. A renovação ocorrerá, se nenhuma das partes se manifestar, por escrito, até sessenta dias antes do termo de cada período.

10.4. Findo o prazo, o titular do direito deve retirar os equipamentos de que é proprietário e desocupar todos os espaços correspondentes ao Lote, garantindo que estes fiquem livres e em bom estado de conservação, sem que haja direito a indemnização, seja a que título for.

11. LOTES VAGOS:

11.1. No caso de não ser apresentada qualquer proposta para um Lote, havendo algum interessado, a Câmara Municipal pode proceder à atribuição direta do mesmo, a requerimento do interessado e até à realização de novo procedimento.

11.2. Na circunstância do Lote vago resultar de desistência, o mesmo é atribuído pela Câmara Municipal até à realização de novo procedimento, ao concorrente posicionado em segundo lugar e assim sucessivamente, caso este não esteja interessado.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS:

12.1. O direito de uso privativo do espaço público atribuído é pessoal e intransmissível.

12.2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável constituem obrigações do titular do direito atribuído, designadamente:

a) Instalar os equipamentos apenas nos locais identificados no **Anexo II (Lista de Lotes)**;

b) Não utilizar o espaço destinado à instalação dos contentores para outros fins;

c) Proceder ao pagamento dos valores devidos pela concessão; e

d) Após o fim da concessão, desocupar os espaços e garantir que estes ficam em perfeito estado de conservação e limpeza.

13. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente procedimento rege-se pelas normas do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de Agosto, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

Para constar se lavrou o presente Edital que vai ser afixado nos lugares públicos do costume, podendo, ainda, ser consultado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mafra.

Paços do Município de Mafra, 16 de maio de 2016.

O Vereador,

ANEXO I - FORMULÁRIO

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

Nome/Firma_____

_____

NIF_____B.I/C.C._____, de __/__/____ SIC de _____

Residência/Sede_____

Localidade_____Freguesia_____Concelho_____

Código Postal:_____/____ _____Telef.:_____

E-mail de contacto_____

Depois de ter tomado conhecimento do procedimento, apresenta a sua candidatura para:

Ocupação do espaço público para instalação de contentores de recolha de roupa usada no Concelho de Mafra, assinalando o valor proposto para o(s) Lote(s) abaixo assinalado(s) com X:

Lote			Valor Base	X	Valor Proposto
1	Carvoeira	Rua do Alfaiate, Fonte Boa da Brincosa (junto à EB/JI)	150€		
		EN247, Carvoeira (estacionamento da JF)			
		Largo do Rossio, Baleia (largo principal)			
2	Encarnação	Junto ao Minipreço da Encarnação	150€		
		Junto ao Minipreço da Encarnação			
		ER 247 junto a um Ecoponto no Barril			
3	Ericeira	Largo de S. Pedro, Ericeira	300€		
		Alto da Camacha, Ericeira (junto à EB/JI)			
		Av. S. Sebastião, Ericeira			
		Rua dos Oceanos, Ericeira			
		Rua Vale Caeiro, Fonte Boa dos Nabos			
		Rua do Desvio, Outeirinho			

Lote			Valor Base	X	Valor Proposto
4	Mafra	Rua Sta. Casa da Misericórdia (estacionamento EB2,3 Mafra)	400€		
		Rua da Escola, A-da-Perra, Mafra (junto ao Modelo)			
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado esquerdo Parque Desportivo Municipal Mafra)			
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado direito Parque Desportivo Municipal Mafra)			
		Edifício Enfrente, Mafra (1)			
		Edifício Enfrente, Mafra (1)			
		Edifício Enfrente, Mafra (1)			
		Rua 5 de Outubro (junto ao Ecoponto), Sobreiro			
5	Milharado	Rua do Campo da Bola (junto à EB1/JI), Póvoa da Galega	200€		
		Rua da Liberdade, Calvos			
		Rua Anselmo Manuel Carreira, Milharado			
		Rua da Igreja, Roussada			
6	Santo Isidoro	Rua da Igreja, Santo Isidoro	100€		
		Estrada Casal da Luz (junto ao Ecoponto da EB/JI), Lagoa			
7	União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	Largo da Nossa Sra. do Livramento, Livramento	200€		
		Rua Arieira, Sobral da Abelheira			
		EN9, Codeçal			
		Rua Principal, Monte Gordo			
8	União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Rua Principal (junto ao Ecoponto da EB/JI), Enxara Bispo	100€		
		EN 9-2 (junto ao Ecoponto perto da Igreja), Gradil			
9	União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	Rua José Maria Dominguez, Igreja Nova	100€		
		Bairro Pinhal, Carapinheira			
10	União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	Largo da Igreja, S. M. Alcainça	200€		
		Rua da Lagoa, Malveira			
		Rua Projectada à EN116 (entrada Condomínio Loural), Malveira			
		Largo da Feira, Malveira			

Lote			Valor Base	X	Valor Proposto
11	União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Alameda Figueiras, Venda do Valador	200€		
		Rua Principal (junto ao Multibanco da aldeia), Montemuro			
		Rua dos Moinhos (junto ao Ecoponto), Santo Estevão das Galés			
		Rua Casal dos Ninhos (junto ao Ecoponto da EB), Venda do Pinheiro			

Mais declara, que os contentores a colocar cumprem com o definido no Anexo III (Caraterísticas Técnicas e Regras de Instalação), correspondendo cada unidade a _____ m², num total de _____ m², correspondente a ___ Lotes/ ___ unidades.

Junta para o efeito:

1) Cópia do Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte e, no caso dos cidadãos estrangeiros, cópia de documento de identificação;
2) Cópia da certidão permanente de registo comercial devidamente actualizada ou fornecimento de código de acesso à mesma, quando se trate de sociedade comercial;
3) Declarações de não divida à Administração Fiscal e à Segurança Social;
4) Memória descritiva do equipamento (contentores) que se propõe instalar, no cumprimento das condições fixadas no **Anexo III (Características técnicas e regras de instalação)**;
5) Quaisquer outros documentos que os concorrentes considerem indispensáveis para uma melhor explicitação da proposta.

___Para efeitos do presente pedido, autorizo a notificação via e-mail.

Mafra, _____ de _____ de 2016.

O Candidato_____

(Assinatura)

Reservado aos Serviços

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

ANEXO II - Lista de LOTES

Lotes	Freguesia	Localização		Sistema de Coordenadas WGS 84	Valor Base
1	Carvoeira	Rua do Alfaiate, Fonte Boa da Brincosa (junto à EB/JI)	EPBL	X: -1046710,6732 Y: 4687953,4392	150€
		EN247, Carvoeira (estacionamento da JF)	EPBL	X: -1046037,8093 Y: 4686450,7083	
		Largo do Rossio, Baleia (largo principal)	EPBL	X: -1046487,7974 Y: 4685505,3205	
2	Encarnação	Junto ao Minipreço da Encarnação	EPBL	X: -1042897,3307 Y: 4699061,8165	150€
		Junto ao Minipreço da Encarnação	EPBL	X: -1042897,3307 Y: 4699061,8165	
		ER 247 junto a um Ecoponto no Barril	EPBL	X: -1046338,6483 Y: 4701538,692	
3	Ericeira	Largo de S. Pedro, Ericeira	EPBL	X: -1048293,9815 Y: 4690000,3217	300€
		Alto da Camacha, Ericeira (junto à EB/JI)	EPBL	X: -1047057,9012 Y: 4689983,842	
		Av. S. Sebastião, Ericeira	EPBL	X: -1048541,377 Y: 4690470,8726	
		Rua dos Oceanos, Ericeira	EPBL	X: -1047952,5284 Y: 4692802,0925	

EPBL – Espaço Público

O **Valor Base** refere-se ao montante de 50€ por contentor. Não inclui IVA. Não inclui as taxas devidas pela ocupação do espaço.

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

ANEXO II - Lista de LOTES

Lotes	Freguesia	Localização		Sistema de Coordenadas WGS 84	Valor Base
	Ericeira (continuação)	Rua Vale Caeiro, Fonte Boa dos Nabos	EPBL	X: -1046005,928 Y: 4690714,2468	
		Rua do Desvio, Outeirinho	EPBL	X: -1045269,3856 Y: 4690158,0622	
4	Mafra	Rua Sta. Casa da Misericórdia (estacionamento EB2,3 Mafra)	EPBL	X: -1039169,5664 Y: 4686221,6909	400€
		Rua da Escola, Á-da-Perra, Mafra (junto ao Modelo)	EPBL	X: -1039059,631 Y: 4688323,5882	
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado esquerdo Parque Desportivo Municipal Mafra)	EPBL	X: -1039887,4381 Y: 4686531,3154	
		Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (estacionamento lado direito Parque Desportivo Municipal Mafra)	EPBL	X: -1039956,0424 Y: 4686519,8058	
		Edifício Enfrente, Mafra (1)	EPBL	X: -1039062,4015	
		Edifício Enfrente, Mafra (1)	EPBL	Y: 4685824,9029	
		Edifício Enfrente, Mafra (1)	EPBL		
		Rua 5 de Outubro (junto ao Ecoponto), Sobreiro	EPBL	X: -1041241,6007 Y: 4688929,5737	

EPBL – Espaço Público

O **Valor Base** refere-se ao montante de 50€ por contentor. Não inclui IVA. Não inclui as taxas devidas pela ocupação do espaço.

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

ANEXO II - Lista de LOTES

Lotes	Freguesia	Localização		Sistema de Coordenadas WGS 84	Valor Base
5	Milharado	Rua do Campo da Bola (junto à EB1/JI), Póvoa da Galega	EPBL	X: -1025187,5031 Y: 4685474,4488	200€
		Rua da Liberdade, Calvos	EPBL	X: -1022872,5006 Y: 4686004,1543	
		Rua Anselmo Manuel Carreira (junto ao Ecoponto), Milharado	EPBL	X: -1023963,115 Y: 4687231,3906	
		Rua da Igreja, Roussada	EPBL	X: -1026075,894 Y: 4687322,3762	
6	Santo Isidoro	Rua da Igreja, Santo Isidoro	EPBL	X: -1046516,378 Y: 4693973,5977	100€
		Estrada Casal da Luz (junto ao Ecoponto da EB/JI), Lagoa	EPBL	X: -1043671,657 Y: 4695761,1543	
7	União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	Largo da Nossa Sra. do Livramento, Livramento	EPBL	X: -1034016,121 Y: 4695694,0968	200€
		Rua Arieira, Sobral da Abelheira	EPBL	X: -1038911,0042 Y: 4694420,6047	
		EN9, Codeçal	EPBL	X: -1035580,9738 Y: 4689763,5237	
		Rua Principal, Monte Gordo	EPBL	X: -1035759,0108 Y: 4694047,8865	

EPBL – Espaço Público

O **Valor Base** refere-se ao montante de 50€ por contentor. Não inclui IVA. Não inclui as taxas devidas pela ocupação do espaço.

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

ANEXO II - Lista de LOTES

Lotes	Freguesia	Localização		Sistema de Coordenadas WGS 84	Valor Base
8	União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Rua Principal (junto ao Ecoponto da EB/JI), Enxara Bispo	EPBL	X: -1029026,0934 Y: 4692957,9397	100€
		EN 9-2 (junto ao Ecoponto perto da Igreja), Gradil	EPBL	X: -1033268,9002 Y: 4692181,6874	
9	União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	Rua José Maria Dominguez, Igreja Nova	EPBL	X: -1037935,7081 Y: 4682724,3189	100€
		Bairro Pinhal, Carapinheira	EPBL	X: -1036489,2047 Y: 4685015,4939	
10	União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	Largo da Igreja, S. M. Alcainça	EPBL	X: -1034113,1561 Y: 4683314,0388	200€
		Rua da Lagoa, S. M. Alcainça	EPBL	X: -1034613,0954 Y: 4683614,1062	
		Rua Projectada à EN116 (entrada Condomínio Loural), Malveira	EPBL	X: -1031350,8863 Y: 4684593,164	
		Largo da Feira, Malveira	EPBL	X: -1030567,178 Y: 4685010,5235	

EPBL – Espaço Público

O **Valor Base** refere-se ao montante de 50€ por contentor. Não inclui IVA. Não inclui as taxas devidas pela ocupação do espaço.

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

ANEXO II - Lista de LOTES

Lotes	Freguesia	Localização		Sistema de Coordenadas WGS 84	Valor Base
11	União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Alameda Figueiras, Venda do Valador	EPBL	X: -1028783,4803 Y: 4684654,0418	200€
		Rua Principal (junto ao Multibanco da aldeia), Montemuro	EPBL	X: -1028095,9563 Y: 4679458,2981	
		Rua dos Moinhos (junto ao Ecoponto), Santo Estevão das Galés	EPBL	X: -1030040,6877 Y: 4679963,2874	
		Rua Casal dos Ninhos (junto ao Ecoponto da EB), Venda do Pinheiro	EPBL	X: -1028065,131 Y: 4683709,3921	

EPBL – Espaço Público

O **Valor Base** refere-se ao montante de 50€ por contentor. Não inclui IVA. Não inclui as taxas devidas pela ocupação do espaço.

PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONTENTORES DE RECOLHA DE ROUPA USADA NO CONCELHO DE MAFRA

ANEXO III – Características Técnicas e Regras de Instalação

Características Técnicas do equipamento/ contentor:

1. Deverá cumprir uma altura máxima de 2,20 metros, com uma implantação máxima de 2 metros^2

Regras de instalação do equipamento/ contentor:

1. O número de contentores não pode ultrapassar o estipulado para cada Lote/ freguesia, conforme Anexo II;
2. A localização da instalação não pode ser diferente da estipulada no Anexo II;
3. A instalação deverá salvaguardar um espaço mínimo livre de quaisquer objetos, para circulação pedonal com largura mínima de 1,5 metros;
4. A instalação dos equipamentos/ contentores deverá cumprir com o estabelecido no Regulamento de Ocupação de Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra.

1.3.0

MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO **REUNIÃO DE** 2016/05/02
ÁREA DE LICENCIAMENTOS DIVERSOS

ASSUNTO: Procedimento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para instalação de Contentores de Recolha de Roupa usada no Concelho de Mafra. ---

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a informação Interno/2016/6079, elaborada, em 27 de abril de 2016, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, ambos datados de 27 de abril de 2016. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, atentos os artigos 7.º e 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, bem como o despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 18 de janeiro de 2016, aprovar a abertura do procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de contentores de recolha de roupa usada no concelho de Mafra, de acordo com as peças elaboradas em anexo à referida informação e que constituem os Anexos I, II e III, pelo prazo de 1 (um) ano, renovável por iguais períodos de 5 (cinco) anos, bem como aprovar a constituição da Comissão do Procedimento em conformidade com o proposto na informação *supra* referida. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria~~.----------

Votos a favor: DOS VEREADORES E DO SR. PRESIDENTE .....

Votos contra: .....

Abstenções:.....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com o parecer 19./7./2016 O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	À Reunião 19./07./16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10463

ASSUNTO: Proposta de abertura de procedimento concursal comum com vista ao recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de três trabalhadores, na carreira de técnico superior nas áreas de solicitadoria, Engenharia Civil e Engenharia do Ambiente.

Na sequência das informações Interno/2016/10343 e 10514, datadas de 14 e 19 de julho de 2016, subscritas pelos Diretores de Departamento, Ana Viana e Bruno Miranda respetivamente, solicitando a abertura de procedimento concursal, com vista ao recrutamento de 3 técnicos superiores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, da área de solicitadoria, engenharia do ambiente e civil, com vínculo de emprego publico por tempo indeterminado, cumpre efetuar o seu enquadramento legal:

I – Enquadramento Legal

Estabelece a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), no artigo 30º, que o órgão ou serviço pode promover

anexo XVI

o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal. O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado atenta a natureza permanente da atividade.

A constituição do vínculo de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, obedece a um procedimento concursal, sendo o recrutamento restrito aos trabalhadores detentores de um vinculo de emprego público por tempo indeterminado, salvo em caso de impossibilidade da ocupação dos postos de trabalho, por estes, sendo então possível recrutar trabalhadores com vinculo de emprego público a termo ou sem vinculo de emprego público.

Nos termos da Lei n.º 7-A/2016, de 30.03 (que aprova o Orçamento de Estado 2016), doravante designado de LOE, artigo 32º n.º1, as autarquias locais e demais entidades da administração local podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, e pela presente lei, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais;

II – Factos

De acordo com o informado pela Diretora de Departamento da Administração Geral e Finanças, o recrutamento pretendido, visa suprimir necessidades de recursos humanos, de forma a assegurar, "*a regularização de registos patrimoniais, do património imóvel do Município, junto do Serviço de Finanças e Conservatória do Registo Predial de Mafra, tarefa que dado o seu grande volume e complexidade (essencialmente de casos antigos), cerca de 36% do universo de bens imóveis está por regularizar, com o prejuízo que tal situação comporta*;".

Informa, também o Diretor de Departamento do Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente que, "*com o falecimento do colaborador Joaquim Lopes o quadro de*

*pessoal na área da Engenharia Civil da DPTGU ficou reduzido a uma pessoa, tornou-se extremamente difícil o desempenho das tarefas referidas (*competências e atribuições previstas no artigo 31º do ROSMEC) *com a celeridade necessária"*, bem como, atendendo às atribuições previstas no artigo 32º, à Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais (DAEUR), nomeadamente *"a gestão de resíduos, a limpeza urbana, o ruído ambiente, a emissão de efluentes gasosos, entre outras, e que face à escassez de recursos humanos afetos a estas tarefas, bem como ao elevado volume de trabalho que se tem vindo a verificar, torna-se também extremamente difícil o desempenho das mesmas com a celeridade necessária, pelos restantes elementos da DAEUR,"* pelo que propõe, o recrutamento de 1 técnico superior na área da Engenharia Civil e 1 técnico superior na área de Engenharia do Ambiente.

III – Conclusão

- Face aos preceitos enunciados e no que concerne ao recrutamento através, de procedimento concursal, com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado, importará, previamente, aferir sobre o preenchimento dos requisitos supramencionados:
    - Obtida informação da Divisão de Gestão Financeira e Património a Câmara Municipal de Mafra, não se encontra em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
    - Aquando da elaboração do orçamento para 2016, foi dotada a rubrica da DGFP, DPTGU e DAEUR, com as verbas correspondentes aos 12 meses de 2016, para os 3 postos de trabalho de Técnico Superior;
    - Não existem na autarquia, trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em número suficiente, que possam ocupar estes postos de trabalho;
    - Verifica-se o cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no nº. 2 do artigo 32.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;

- Este recrutamento visa suprimir necessidades imperiosas e imprescindíveis dos serviços;

Face ao exposto, submete-se à consideração o envio para aprovação pelo órgão executivo, o recrutamento de 3 técnicos superiores, na área de solicitadoria, Engenharia do Ambiente e Engenharia do Ambiente, de entre candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, salvo em caso de impossibilidade da ocupação dos postos de trabalho, por estes, sendo então recrutados trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público.

Mafra, 19 de julho de 2016

A Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Milene Leitão Vieira

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

INFORMAÇÃO Interno/2016/10343

ASSUNTO: Proposta de recrutamento para técnico superior da área de solicitadoria

Com a publicação do Despacho n.º 1446/2013, no Diário da República II Série n.º 16 de 23/01/2013, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências-ROSMEC entrou em vigor tendo extinguido a área de Notariado que, entre outras, tinha competências atualmente desenvolvidas pelo serviço de Património, nomeadamente:

- Assegurar o apoio técnico-administrativo nos procedimentos preparatórios dos atos, contratos ou escrituras em que seja parte o Município de Mafra, de acordo com deliberações da Câmara ou decisões do seu Presidente;
-Assegurar a execução de todos os atos notariais, nos termos da lei;
-Proceder ao planeamento e preparação dos atos públicos de outorga de contratos ou atos bilaterais;
-Proceder à passagem de certidões e fotocópias devidamente autenticadas dos atos notariais e contratos.

Considerando que compete à área de Património, afeta à Divisão de Gestão de Financeira e Património, no âmbito da gestão e controlo patrimonial organizar e manter atualizado o inventário e cadastro dos bens móveis e imóveis do Município, nomeadamente, assegurar os procedimentos relativos a registos prediais e inscrições matriciais de todos os bens sujeitos a registos;

Considerando que importa assegurar a regularização de registos patrimoniais, do património imóvel do Município, junto do Serviço de Finanças e Conservatória do Registo Predial de Mafra, tarefa que dado o seu grande volume e complexidade (essencialmente de casos antigos), cerca de 36% do universo de bens imóveis está por regularizar, com o prejuízo que tal situação comporta;

Considerando que para regularizar registos prediais, são necessários conhecimentos técnicos na área e grande disponibilidade para análise de escrituras, descrições prediais e inscrições matriciais bem como deslocações aos

serviços de Finanças e Conservatória, entre outros, que não se coaduna com as atividades diárias deste serviço;

Considerando ainda que no Município de Mafra, não existe pessoal técnico adequado ao desempenho das tarefas referidas, atenta a complexidade do Direito Registral, proponho, salvo melhor opinião que se proceda ao recrutamento de um(a) trabalhador(a), para a categoria de Técnico Superior na área de Solicitadoria, para o posto de trabalho, com as seguintes características:

Caracterização do Posto de Trabalho:

-Avalizar a atualização do Inventário e Cadastro Patrimonial de Bens Imóveis, em processos físicos e nos sistemas de informação;

-Assegurar as diligências internas necessárias, de forma a reunir os elementos necessários aos registos prediais como: Levantamentos Topográficos, Plantas, Telas Finais, Viabilidades construtivas entre outros;

-Garantir a atualização dos prédios de domínio privado do Município de Mafra na Matriz Predial, no Serviço de Finanças;

-Assegurar a atualização dos prédios de domínio privado do Município de Mafra na Descrição, no Serviço da Conservatória do Registo Predial;

-Garantir, a atualização da informação predial em Geo-Mafra SIG Municipal;

-Promover a alienação de imóveis e acompanhar os pedidos de visitas aos mesmos;

-Assegurar procedimento com vista à aquisição da Certificação Energética;

-Celebrar, gerir e controlar contratos de promessa de compra e venda;

-Promover a recolha de elementos necessários a escrituras e acompanhar o procedimento das mesmas.

Submete-se à consideração superior,

Paços do Município de Mafra, em 14 de julho de 2016

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Financeiro

Ana Viana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

PARECER	**DESPACHO**
À consideração superior 19/07/2016 O(A) Diretor(a) de Departamento,	...../...../..... O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10514

ASSUNTO: Proposta para recrutamento de dois trabalhadores, 1 Técnico Superior na Área da Engenharia Civil e 1 Técnico Superior na Área da Engenharia do Ambiente, para o Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Com a publicação do Despacho n.º 354/2014, no Diário da República II Série n.º 5 de 8/01/2014, foi aprovada a adequação da estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal de Mafra e o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências-ROSMEC entrou em vigor.

Considerando que, de acordo com o artigo 31º, à Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente entre outras atribuições, compete:

Na área da Gestão Urbanística:

a) Informar os processos que careçam de despacho ou deliberação e verificar de acordo com a regulamentação aplicável, se está completa a instrução dos processos de obras particulares que devam ser submetido a decisão;

b) Informar todos os requerimentos de licenças de obras, vistorias e ocupação que devam correr pela Divisão;

c) Emitir pareceres sobre os pedidos de demolição de prédios e ocupação da via pública que devam correr pela Divisão;

d) Emitir pareceres sobre pedidos de informação e de construção de obras particulares, reparação, ampliação e reconstrução, tendo em conta o seu enquadramento no esquema legal e regulamentar em vigor, nos planos e estudos urbanísticos existentes;

e) Informar os pedidos de alteração, demolição, os processos de embargo e a legalização de obras particulares;

f) Informar as exposições e reclamações sobre as obras particulares;

g) Informar os pedidos de novas licenças de obras particulares, suas prorrogações e revalidações;

h) Proceder a uma análise técnica prévia dos processos de obras e respetivos projetos para se detetar *in limine* a possível não observância de qualquer disposição legal;

i) Propor o indeferimento *in limine* dos processos previstos na alínea anterior, que enfermem de qualquer ilegalidade que afete o regular andamento do processo;

j) Indicar ao Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos quais as entidades que devem ser consultadas sobre a construção e sua localização;

k) Informar os pedidos de certidões de destaque, compropriedade, de constituição de propriedade horizontal ou outras que devam ser informadas pela Divisão;

l) Dar pareceres e informações sobre todos os demais processos que lhe sejam remetidos pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais;

m) Emitir pareceres técnicos sobre todos os pedidos de ocupação na via pública;

n) Promover a análise e emissão de pareceres a todos os processos de loteamento e urbanização que os particulares submetem à Câmara Municipal, com base na legislação em vigor e nos planos existentes;

o) Assegurar e promover a fiscalização preventiva dos loteamentos em reconversão, assim como o acompanhamento direto da correspondente implementação em campo;

p) Fiscalizar a execução das obras de urbanização dentro dos prazos estabelecidos e em cumprimento dos projetos previamente aprovados;

q) Coordenar todos os pareceres das entidades competentes com vista à emissão do alvará de loteamento.

Na área do projeto:

a) Executar os projetos de que seja incumbida pela Câmara;

b) Dar apoio técnico às obras em curso, quando solicitada;

c) Efetuar o levantamento arquitetónico e das especialidades nos edifícios existentes ou noutras infraestruturas municipais.

Considerando que, com o falecimento do colaborador Joaquim Lopes o quadro de pessoal na área da Engenharia Civil da DPTGU ficou reduzido a uma pessoa, tornou-se extremamente difícil o desempenho das tarefas referidas com a celeridade necessária, pelo que, proponho, salvo melhor opinião que se proceda ao recrutamento de um(a) trabalhador(a), para a categoria de Técnico Superior na área de Engenharia Civil, para o posto de trabalho, com as seguintes características:

Caracterização do Posto de Trabalho:

Na área da gestão urbanística:

Promover a análise e emissão de pareceres a processos de obras particulares submetidos à Câmara Municipal, com base na legislação em vigor e nos planos existentes;

Na área de projeto:

a) Executar as especialidades de projetos de iniciativa municipal;

b) Dar apoio técnico às obras em curso, quando solicitado;

Considerando ainda que, de acordo com o artigo 32º, à Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais (DAEUR), competem diversas temáticas de índole ambiental, das quais se destacam a gestão de resíduos, a limpeza urbana, o ruído

ambiente, a emissão de efluentes gasosos, entre outras, e que face à escassez de recursos humanos afetos a estas tarefas, bem como ao elevado volume de trabalho que se tem vindo a verificar, torna-se também extremamente difícil o desempenho das mesmas com a celeridade necessária, pelos restantes elementos da DAEUR, proponho, salvo melhor opinião que se proceda ao recrutamento de um(a) trabalhador(a), para a categoria de Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente, para o posto de trabalho, com as seguintes características:

Caracterização do Posto de Trabalho:

a) Desempenho de atividades e funções que, por inerência legislativa ou regulamentar, fazem parte das competências adstritas à carreira de técnico superior, designadamente no que concerne à prestação de funções de investigação, estudo conceção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos, de âmbito geral e/ou especializado, tendo em vista informar a decisão superior, na área Ambiental;
b) Análise e posterior emissão de pareceres/informações relacionadas com temáticas de índole ambiental diversas, das quais se destacam a gestão de resíduos, limpeza urbana, ruído ambiente, emissão de efluentes gasosos, etc.;
c) Apreciação de projetos de contentorização, no âmbito da apresentação de projetos de especialidades em processos de obras particulares (LP, OP e outros) e obras municipais;
d) Elaboração de pareceres sobre a realização de eventos, que envolvam fornecimento, empréstimo ou deslocalização de contentores;
e) Assegurar a interligação e monitorização (acompanhamento, supervisão e controlo) da atividade desenvolvida pela empresa adjudicatária dos Serviços de Remoção (Recolha e Transporte a Destino Final) dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) concelhios e de Manutenção Lavagem, Desinfeção e Desodorização do parque de contentorização instalado no Concelho;

- 186

f) Acompanhamento e monitorização dos serviços de recolha e transporte de resíduos recicláveis levados a cabo pelos serviços municipais;

g) Acompanhamento dos serviços de limpeza urbana levados a cabo pelos serviços municipais;

h) Elaboração e análise de relatórios de atividades relacionadas com temáticas de índole ambiental diversas no âmbito de atribuições da Divisão;

i) Monitorização e reporte à Entidade Reguladora dos Serviços de Aguas e Resíduos dos dados, para Avaliação da Qualidade do Serviço prestado aos utilizadores na área de resíduos urbanos;

O Diretor de Departamento de Urbanismo,
Obras Municipais e Ambiente

(Bruno Miranda)

21.

197

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo. 15/07/2016 O(A) Director(a) de Departamento, Mapabel Concordo com o proposto. 14/07/016 O(A) Chefe de Divisão Paulo Ribeiro	À reunião 19/07/16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10296

ASSUNTO: Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, Escola Básica de Casais de Monte Bom, à Casa da Rita/Crevide – Creche Popular de Moscavide – Alteração

A Casa da Rita, integrada na Crevide – Creche Popular de Moscavide, é composta por uma equipa especializada, que se dedica ao acompanhamento de crianças, jovens e adultos portadores de deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, procurando promover o máximo de competências pessoais, sociais e funcionais, com vista à inserção na comunidade com autonomia e qualidade de vida. Outra dimensão do seu trabalho é o apoio às famílias articulando os prolongamentos de horários e interrupções letivas, num período de funcionamento que abrange os doze meses do ano.

A funcionar na antiga EB de Casais de Monte Bom e para dar resposta às solicitações recebidas, a Casa da Rita está a diligenciar junto do Instituto da Segurança Social a constituição de Estabelecimento de Ensino Especial, necessitando para tal de

anexo XVII

realizar obras de adequação do espaço. O projeto já recebeu a aprovação da DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, pelo que, para dar início aos trabalhos, vem a Crevide – Creche Popular de Moscavide, solicitar à Câmara Municipal a alteração da duração do Contrato de Comodato, de cinco para dez anos, por forma a poderem executar as obras de expansão do edificado da antiga EB de Casais de Monte Bom, de acordo com os requisitos do Ministério da Educação.

Tendo em conta que nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, cabe à Câmara Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;

E da alínea u) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Propõe-se a alteração do prazo de duração do Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações com a Crevide – Creche Popular de Moscavide, Associação sem Fins Lucrativos, celebrado em 21 de março de 2015, de 5 (cinco) para 10 (dez) anos, conforme proposta de minuta que se anexa à presente informação, face ao investimento da Associação em obras de expansão do edificado, necessárias para o processo de constituição como Estabelecimento de Ensino Especial.

Mafra, 12 de julho de 2016

A Técnica Superior,

(Susana Almeida)

ADENDA AO CONTRATO EM REGIME DE COMODATO

DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Adenda ao Contrato em regime de Comodato de Cedência de Instalações entre o Município de Mafra e a **Crevide – Creche Popular de Moscavide, Associação sem Fins Lucrativos**.

É celebrada e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, sito na Praça do Município, 2644-001 Mafra, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 502 177 080, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de comodante, e a **Crevide – Creche Popular de Moscavide, Associação sem Fins Lucrativos,** titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 501 116 028, com sede na Rua Artur Ferreira da Silva, nº 18, 1885-010 Moscavide, neste acto representada pelo seu Presidente, _____, e pelo Tesoureiro, _____, adiante designado, como Segundo Contraente ou Comodatário, a presente adenda ao contrato de comodato, nos termos do artigo 1129º e seguintes do Código Civil, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Na Cláusula Terceira do Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações, onde se lê:

"Cláusula Terceira

O presente contrato tem a duração de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias relativamente ao

termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais."

Deve ler-se:

"Cláusula Terceira

O presente contrato tem a duração de 10 (dez) anos, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias relativamente ao termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais."

O presente documento é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, _____ de _____ de 20__.

O Comodante, O Comodatário,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva) (_____)

(_____)

CONTRATO EM REGIME DE COMODATO

DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Considerando que os municípios dispõem de atribuições no domínio da acção social, em conformidade com as disposições conjugadas dos artigos 2.º e 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea h), ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito das competências conferidas pelo Anexo I à citada Lei, nomeadamente na alínea u), do n.º 1, do seu artigo 33.º, apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Considerando que também compete à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal, atento o disposto na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, ao mesmo diploma legal;

Considerando ainda que, na sequência do processo de reordenamento da rede escolar, o funcionamento da Escola Básica do 1.º Ciclo (EB1) de Casais de Monte, localizada na freguesia de Santo Isidoro, se encontra suspenso desde o ano lectivo 2007/2008, estando os alunos a frequentar a Escola Básica da freguesia de Santo Isidoro e que é fundamental dinamizar este edifício pertencente ao património municipal;

Considerando, por último, a missão prosseguida pela **Associação Cantinho da Rita** de capacitação de crianças/ jovens/ adultos portadores de deficiência e/ ou dificuldades de aprendizagem com o máximo de competências pessoais, sociais e funcionais, com vista a um futuro de inserção, autonomia e/ ou qualidade de vida na comunidade e apoio às respectivas famílias;

É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, adiante designado como **Primeiro Outorgante ou Comodante**, e a **Associação Cantinho da Rita**, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 510 892 701, com sede na Estrada da Ponte, n.º 4, 2640-095 Santo Isidoro, neste acto representada pela sua Presidente Rita Anton Ribeiro, adiante designada como **Segundo Outorgante ou Comodatária**, o presente contrato de comodato, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea ee), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e 1129.º e seguintes do Código Civil, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O Primeiro Outorgante é proprietário e legítimo possuidor do prédio sito na Travessa da Escola n.º 1, Casais de Monte Bom, 2640-059 Santo Isidoro, o qual se encontra inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4959 P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 49130, correspondendo às antigas instalações da Escola Básica do 1.º Ciclo (EB1) de Casais de Monte Bom.

Cláusula Segunda

1. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante entrega ao Segundo Outorgante, a título gratuito e em regime de comodato, nos termos do artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, o prédio identificado na cláusula anterior, para a prossecução da sua missão de capacitação de crianças/jovens/adultos portadores de deficiência e/ ou dificuldades de aprendizagem com o máximo de competências pessoais, sociais e funcionais, com vista a um futuro de inserção, autonomia e/ ou qualidade de vida na comunidade e apoio às respectivas famílias, não lhe podendo ser dado fim diferente daquele a que se destina.
2. Considerando o uso que será dado, pelo Segundo Outorgante, ao prédio objecto do presente Contrato de Comodato, é da exclusiva responsabilidade do Segundo Outorgante a obtenção das licenças necessárias ao exercício da actividade, junto das entidades competentes.

Cláusula Terceira

O presente contrato tem a duração de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias relativamente ao termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais.

Cláusula Quarta

Constitui obrigação do Primeiro Outorgante abster-se da prática de actos que impeçam ou restrinjam o uso do prédio urbano pelo Segundo Outorgante.

Cláusula Quinta

1. Todas as obras, designadamente as de beneficiação e adaptação, interiores e exteriores, necessárias ao fim a que se destina o prédio, bem como todo e qualquer tipo de benfeitorias, são da exclusiva responsabilidade do Segundo Outorgante e só podem ser pelo mesmo realizadas desde que obtida a autorização escrita do Primeiro Outorgante.
2. O Segundo Outorgante renuncia expressamente a qualquer indemnização decorrente de obras ou benfeitorias realizadas no prédio, ficando as mesmas a fazer parte integrante do prédio objecto do presente contrato.
3. Os encargos e as despesas correntes relativos ao prédio, designadamente de água, electricidade, telecomunicações e segurança, correm por conta do Segundo Outorgante, devendo ser contratados em nome deste.
4. O Segundo Outorgante obriga-se, aquando da cessação do presente contrato, a restituir, de imediato, ao Primeiro Outorgante, o prédio, livre de pessoas e bens e em perfeito estado de limpeza e conservação, com ressalva das deteriorações inerentes a um uso prudente e ao decurso do tempo.
5. O Segundo Outorgante obriga-se ainda a avisar o Primeiro Outorgante, sempre que tenha conhecimento de vícios no prédio urbano ou saiba que o ameaça algum perigo ou que terceiros se arroguem direitos em relação a ele, sem que para tal estejam autorizados pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula Sexta

A restituição a que se refere o número 4, da Cláusula Quinta, far-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para o efeito, dirigida pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, através de carta registada com aviso de recepção.

Cláusula Sétima

O Primeiro Outorgante poderá resolver o presente contrato de comodato a todo o tempo e sem a interpelação prévia do Segundo Outorgante para o efeito, desde que se verifique o incumprimento, por este, das obrigações estabelecidas no presente contrato ou quando estejam em causa razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula Oitava

1. As questões resultantes da execução ou interpretação do presente contrato de comodato serão dirimidas por acordo do Comodante e Comodatário.
2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Camara Municipal de Mafra, ouvido o Comodatário e atenta a legislação em vigor.
3.

Cláusula Nona

Para resolução dos litígios emergentes do presente Contrato será competente o Juízo de Média e Pequena Instância Cível de Mafra, da Comarca da Grande Lisboa Noroeste-Mafra, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente contrato é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, 8 de Novembro de 2014

O Comodante,

A Comodatária,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

(Rita Anton Ribeiro)

ADITAMENTO AO CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Considerando as atribuições que os municípios dispõem no domínio da cultura, em conformidade com as disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, diploma legal que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

Considerando que, no âmbito das competências conferidas pelo Anexo I à citada Lei, nomeadamente na alínea u) do n.º 1 do seu artigo 33.º, compete à Câmara Municipal apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Considerando que, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I ao mesmo diploma legal, cabe ainda à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

Considerando que, na sequência do processo de reordenamento da rede escolar, a Escola Básica de Casais de Monte Bom foi desactivada, e cedida em Regime de Comodato à Associação Cantinho da Rita, conforme deliberação da Câmara Municipal, datada de 27 de Junho de 2014;

Considerando que a Associação Cantinho da Rita, composta por uma equipa especializada de acompanhamento a crianças e jovens portadores de deficiência, integra a CREVIDE – Creche Popular de Moscavide, conforme deliberação favorável em reunião de Assembleia Geral desta última, datada de 18 de Dezembro de 2014;

Considerando os mais de 38 anos de experiência da CREVIDE – Creche Popular de Moscavide, Associação sem Fins Lucrativos, na prestação de serviços de apoio social à família, especialmente na área da infância e juventude;

Considerando, ainda, os benefícios desta integração para os jovens portadores de deficiência residentes no Concelho de Mafra e suas famílias;

É alterada, pelo presente aditamento, a identificação das partes, do Contrato de Comodato acima referido, passando a ter a seguinte redacção:

"É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, Pessoa Colectiva de Direito Público n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, adiante designado como Primeiro Contraente ou Comodante, e a **Crevide – Creche Popular de Moscavide, Associação sem Fins Lucrativos**, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 501 116 028, com sede na Rua Artur Ferreira da Silva, n.º 18, 1885-010 Moscavide, neste acto representada pela sua Presidente, Margarida Maria Sena Ferreira César, e pelo Tesoureiro, Jorge Manuel Saraiva Guilherme, adiante designados como Segundo Contraente ou Comodatário, o presente Contrato de Comodato, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:".

Mantêm-se inalteradas todas as Cláusulas do Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, inicialmente celebrado com a Associação Cantinho da Rita.

O presente aditamento ao contrato é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, 21 de Março de 2015

O Comodante,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

O Comodatário,

(Margarida Maria Sena Ferreira César)

(Jorge Manuel Saraiva Guilherme)

Filipe Fernandes

De: CMMafra Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Assunto: RE: Contrato de Comodato Edifício da Antiga Escola EB1 de Casais de Monte Bom

De: Margarida César [mailto:margarida.cesar@crevide.pt]

Assunto: Contrato de Comodato Edifício da Antiga Escola EB1 de Casais de Monte Bom

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Engº Helder Sousa e Silva,

A Crevide – Creche Popular de Moscavide, Associação Sem Fins Lucrativos, vem relativamente ao imóvel cedido à nossa associação em regime de Contrato de Comodato e que:

- atendendo a que o mesmo necessita, para fazer face ao seu objetivo, de intervenções profundas com avultado investimento;
- o mesmo será afetado por um período de médio/longo prazo em projeto a autorizar pelo do Ministério da Educação para fins de Estabelecimento de Ensino Especial,

solicitar que o contrato de comodato que existe sobre o edifício da antiga Escola EB1 de Casais de Monte Bom, sito na Travessa da Escola, nº 1, na localidade de Casais de Monte Bom seja efetuado por um prazo mínimo de 10 anos, pois só assim estarão reunidas as condições para que o mesmo se adeque à resposta social considerada adequada ao Concelho.

Mais informamos que este estabelecimento será também ponto de prestação de serviços de outras Respostas Sociais da Crevide, que sejam desenvolvidas localmente.

Na expectativa de deferimento a este pedido enviamos os nossos cumprimentos.

Cumprimentos,
Margarida César
Diretora Geral
margarida.cesar@crevide.pt

Crevide, Apoiar e Ensinar
Telefone **219 446 086**
Site **www.crevide.pt**

Crevide é uma marca da IPSS Crevide-Creche Popular de Moscavide
Associação de Utilidade Pública fundada em 1976

AVISO
Esta mensagem (incluindo quaisquer anexos) pode conter informação confidencial para uso exclusivo do destinatário. Se não for o destinatário pretendido não deverá usar, distribuir ou copiar este e-mail. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor informe o emissor e elimine-a imediatamente. Obrigado

DISCLAIMER
This e-mail (including any attachments) may contain confidential information for exclusive use of its recipient. If you are not the intended recipient you must not use, distribute or copy this e-mail. If you have received this e-mail in error please notify the sender and delete it immediately. Thank You

22

205

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo. 19./07./2016 O(A) Director(a) de Departamento, Ilda Isabel Concordo com o proposto. 19./07./016 O(A) Chefe de Divisão Paulo Ribeiro	A reunir 19/07/16 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/10499

ASSUNTO: Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço – atribuição de apoio financeiro

A Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço, sediada na localidade que lhe confere o nome, tem realizado ao longo do tempo, diversas atividades de caráter cultural e desportivo.

Com vista à promoção do lazer, do convívio e entretenimento quer dos associados quer da população local, organizam atividades envolvendo assim as diferentes gerações em momentos de partilha e encontro e mobilizando a comunidade para a valorização e promoção da sua terra.

No âmbito das suas atribuições e procurando uma melhoria das condições das suas instalações, a Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço pretende efetuar obras de beneficiação das instalações, designadamente a substituição do telhado da sede, tendo efetuado, para esse fim, solicitação de apoio à Câmara Municipal de Mafra.

anexo XVIII

Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

Propõe-se, na sequência de pedido de apoio formalizado pela Associação Cultural e Recreativa de Casais de São Lourenço, a atribuição de uma verba no valor de 2.500€ (dois mil e quinhentos euros) a esta entidade, para comparticipação nas despesas de remodelação do telhado da sede.

Mafra, 19 de julho de 2016

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional

Paula Santos

(Paula Santos)

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA
CASAIS DE S. LOURENÇO

RUA DO MOINHO, N.º 8 - CASAIS DE S. LOURENÇO
2640-206 ENCARNAÇÃO - MAFRA

CONTRIBUINTE N.º 501 439 463

295

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
19 JUL. 2016
SAÍDA

Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município
2644-001 MAFRA

V/ Ref.	V/ Carta	N/ Ref.	Data
			14/04/2016

Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

A sede da Associação Cultural e Recreativa dos Casais de S. Lourenço é um local onde se realizam várias actividades, quer desportivas, quer culturais, que ajudam a manter a união e convívio entre as pessoas desta localidade e localidades vizinhas. Este edifício carece neste momento da substituição do telhado, para enfrentarmos o próximo inverno com mais tranquilidade.

Dada a fraca disponibilidade financeira desta Associação, vem a Direcção, representada pelo seu presidente, solicitar a V. Exa. a comparticipação da Câmara Municipal de Mafra nesta obra, orçada em 5.000,00€.

Agradecendo a melhor atenção de V. Exa., apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Associação

Rogerio Paulo Cândido da Silva

INSCRITA
NO INATEL
UCD Nº 2005

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 2032
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0102		CÂMARA MUNICIPAL
C. F.	2.5.2. 06	Desporto, recreio e lazer
C. E.	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos

1	Orçamento Inicial	10.030,00
2	Reforços / Anulações	505.500,00
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	515.530,00
4	Despesas Pagas	470.000,00
5	Encargos Assumidos (a)	16.500,00
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	29.030,00
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	2.500,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	26.530,00

2016/07/19 (c)

APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CASAIS DE S. LOURENÇO

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO (e)

(f)

(a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
(b) - Despesa a cabimentar
(c) - Data
(d) - Identificação funcional
(e) - Assinatura
(f) - Nome